

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**A TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO LEITE NO
OESTE CATARINENSE E A BUSCA DE VIAS ALTERNATIVAS**

MÁRCIO ANTONIO DE MELLO

FLORIANÓPOLIS - SC, DEZEMBRO DE 1998

TSE
0032168

A TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO LEITE NO OESTE CATARINENSE E BUSCA DE VIAS ALTERNATIVAS

Dissertação apresentada ao Centro de
Ciências Agrárias da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para obtenção do título
de **Mestre em Agroecossistemas**.

AUTOR: Márcio Antonio de Mello
ORIENTADOR: Prof. Sadi Sérgio Grimm
CO-ORIENTADOR: Prof. Wilson Schmidt

FLORIANÓPOLIS - SC, DEZEMBRO DE 1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

Dissertação

submetida por *Márcio Antonio de Mello* ao
Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção
do Grau de **MESTRE EM AGROECOSSISTEMAS**.
Núcleo Temático: Gerenciamento da Unidade Familiar de Produção.

Aprovada em: 16 / 12 / 1998.

Prof. Sadi Sérgio Grimm
Orientador

Prof. Paulo Emílio Lovato
Coordenador

Prof. Wilson Schmidt
Co-orientador

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Maria Ignez Silveira Paulilo (Dra.)
CFH/UFSC

Prof. Wilson Schmidt (Dr.)
CCA/UFSC

Sergio Leite Guimarães Pinheiro (Dr.)
EPAGRI

Prof. Mário Luíz Vincenzi (M.Sc)
CCA/UFSC

À Rita
Amada companheira

dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta dissertação, uma reflexão leva-me a concluir que mesmo um trabalho individual, como é a natureza deste, não chegaria ao seu desfecho sem a cooperação e solidariedade de muitas pessoas e entidades. Embora correndo o risco do esquecimento, quero registrar meus agradecimentos àquelas que foram fundamentais à consecução deste trabalho:

À EPAGRI, pela oportunidade de realizar este curso e pelo apoio institucional e financeiro;

um agradecimento especial aos meus pais que me ensinaram a não permanecer indiferente às injustiças. Especial também é meu agradecimento e reconhecimento ao apoio recebido da amiga Nely;

ao colega Leandro do Prado Wildner, Gerente Regional da EPAGRI de Chapecó, pelo apoio recebido;

a todos os funcionários do CETREC, pela excelência no bem servir;

ao Professor Sadi Sérgio Grimm, pela compreensão e valiosos ensinamentos;

ao Professor Wilson Schmidt; que não economizou esforços na tarefa de ensinar;

ao Professor John Wilkinson, pelas sugestões;

ao colega Vilson Marcos Testa, pelo incentivo, apoio e sugestões num momento fundamental desta pesquisa;

a todos os colegas de trabalho do CPPP, em especial ao Raul de Nadal, Milton Silvestro, Nelson Cortina, Dilvan Ferrari e Clóvis Dorigon, pelo valioso apoio e incentivo;

ao colega Luiz Carlos Mior, pela leitura e sugestões em parte deste trabalho;

a todo o pessoal técnico da região Oeste catarinense que gentilmente respondeu ao questionário enviado;

aos amigos do curso, em especial a Adriano, Artêmio, Renato, Edson, Nardel, Gervásio e Prezotto;

aos professores do mestrado em agroecossistemas, pela convivência e por propiciar um ambiente de crescimento e de livre pensar;

às funcionárias da biblioteca da EPAGRI, sobretudo à Zilma Vasco, pelo esmero no atendimento;

a todas as pessoas que gentilmente aceitaram dedicar parte de seu tempo para responder às minhas entrevistas;

ao colega Nestor Breda pelo apoio prestado quando da pesquisa de campo em São José do Cedro;

agradeço a Tabajara Marcondes pelas informações fornecidas;

sou grato a Maria Tereza de Queiroz Piacentini que com seu profissionalismo, conhecimento e dedicação revisou este trabalho e muito contribuiu com meu aprendizado;

a todos que direta ou indiretamente, anonimamente contribuíram para a realização desta dissertação.

RESUMO

O presente estudo traça um paralelo entre a evolução da suinocultura e a da bovinocultura de leite no Oeste catarinense e contesta a conclusão dos principais diagnósticos de que o aumento na escala de produção é o único caminho para conferir competitividade à atividade leiteira. Analisa as possibilidades da inserção e desenvolvimento da atividade leiteira em unidades familiares de produção diversificada e apresenta caminhos alternativos para a sua viabilização, partindo da constatação de que a produção e a transformação de leite de forma desconcentrada trariam benefícios ambientais, sociais e econômicos para toda a região.

A produção de leite, na escala desejada pela maioria dos grandes e médios laticínios, é inviável na maioria das propriedades rurais, tendo em vista sua disponibilidade de terra, a não ser que profundas alterações sejam efetuadas na estrutura e nas características dos sistemas produtivos predominantes na região, implicando um grande aumento no uso de insumos externos à propriedade. Por outro lado, existem evidências de que a sinergia existente nos sistemas de produção diversificados confere competitividade em preço à produção de leite, principalmente àquela baseada na produção de alimentos no próprio estabelecimento agrícola.

Quanto à transformação do leite, existem indicativos de que, além do mercado para produtos de massa onde volume, preço e acesso a uma ampla e bem estruturada rede de distribuição constituem os principais fatores determinantes da competitividade, tende a crescer a demanda por produtos diferenciados, com garantia de qualidade e origem controlada. Este segmento de mercado oferece novas oportunidades para a agricultura familiar, mas seu sucesso depende da existência de um ambiente favorável para que empreendimentos locais e regionais, de pequena e média escala, com a participação direta dos produtores, possam florescer e prosperar.

Conclui-se que a produção e a transformação do leite podem assumir um papel de destaque no desenvolvimento sustentável da região Oeste, podendo substituir com vantagens o papel anteriormente desempenhado pela suinocultura.

ABSTRACT

This work makes a parallel between the evolution of the hog and the milk industries, in Western Santa Catarina, and refutes the conclusion of most diagnostic studies that indicate the increase in production scale as the only way to grant competitiveness to the milk production. It also analyses the fitness and the development of milk production in family farms with diversified production systems and presents alternative ways to turn it into a viable option, starting from the evidence that milk production and transformation, in a non-concentrated form, would result in environmental, social and economical benefits to the whole region.

Milk production, on the scale wanted by most large and middle size processing plants, is not viable for most farms due to their restriction of land, unless deep changes are performed in terms of structure and characteristics on the production systems, implying on a large increase in the use of external inputs. On the other hand, there are evidences that the synergy present in the diversified production systems dives the milk production, mainly that based on food produced in the farm itself, competitiveness in price.

On the processing side, there are indications of two major markets for products derived from milk. One is related to mass products where volume, price, and access to distribution channels represent the major factors for competitiveness. The other, with clear signs of an increasing demand, is for differentiated products with guaranteed quality and origin control. This market segment offers new opportunities for entrepreneurs from family farms. The success of these small or medium size enterprises, with direct participation of producers, will depend on the existence of a favorable environment, at local and regional level.

The conclusion is that milk production and processing can take on a key role in the sustainable development of the Western region, substituting, with advantages, the role previously played by pig industry.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABPLB	Associação Brasileira dos Produtores de Leite B
ACARESC	Associação de Crédito Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina
ACCS	Associação Catarinense do Criadores de Suínos
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
APPCC	Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BRDE,	Banco Regional de Desenvolvimento Econômico
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCCL	Cooperativa Central Catarinense de Leite Ltda.
CCGL	Cooperativa Central Gaúcha de Leite
CCLPL	Cooperativa Central de Laticínios do Paraná
CEPA/SC	Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CETREC	Centro de Treinamento da Epagri de Chapecó
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CNPSA	Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves
COOPEROESTE	Cooperativa de Comercialização do Extremo Oeste
CPPP	Centro de Pesquisa da Pequena Propriedade
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAESC	Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FAO	Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAP	Fundo Agropecuário da Secretaria Estadual da Agricultura
FAT,	Fundo de Apoio ao Trabalhador
FECOAGRO	Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina
FETAESC	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa

	Catarina
FETRAFESC	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA/SC	Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
ICM	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRPP	Indústria Rural de Pequeno Porte
LEADER	Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
ONG	Organização Não Governamental
PENSA	Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial
PNQL	Programa Nacional de Qualidade do Leite
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ROA	Renda da Operação Agrícola
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
S.I.E.	Serviço de inspeção Estadual
SIF	Serviço de inspeção Federal
SIM).	Serviço de inspeção Municipal
SINDILEITE	Sindicato das Indústrias de Laticínios de Santa Catarina
SAAI	Secretaria Estadual da Agricultura do Abastecimento e da Irrigação)
SAU	Superfície Agrícola Útil
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
TEC.	Tarifa Externa Comum
UFSC.	Universidade Federal de Santa Catarina
UPL	Unidade Produtora de Leite
UNIIJUÍ,	Universidade Regional de Ijuí

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO.....	VII
ABSTRACT	VIII
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	IX
LISTA DE FIGURAS.....	XIII
LISTA DE TABELAS.....	XIV
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I.....	25
1. FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE	25
1.1 COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE	26
1.2 CARACTERÍSTICAS DE SOLO E OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DA REGIÃO.....	28
1.3 OS COLONOS IMIGRANTES CHEGAM AO OESTE	29
1.4 INTEGRAÇÃO DOS COLONOS AO MERCADO.....	30
1.5 CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO E DA SUA AGRICULTURA	32
1.6 A ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR.....	35
1.7 EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO.....	39
1.8 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO OESTE.....	42
1.9 A POLÍTICA DE CRÉDITO AGROINDUSTRIAL	45
1.10 ESPECIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS COMO FATO GERADOR DE CRISE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL.....	46
1.11 A BUSCA DE ALTERNATIVAS	52
1.12 PRODUÇÃO DE LEITE COMO ALTERNATIVA À CRISE	54
1.13 O LEITE NO OESTE CATARINENSE NOS ANOS 90	56
CAPÍTULO II.....	60
2. TENDÊNCIAS PARA A PRODUÇÃO DE LEITE NO OESTE CATARINENSE 60	
2.1 O LEITE NO BRASIL E SUAS TENDÊNCIAS.....	60
2.1.1 <i>O leite esterilizado</i>	62
2.1.2 <i>A atividade leiteira: da crise nacional até Santa Catarina</i>	66
2.1.3 <i>A polêmica chega à Câmara dos Deputados</i>	67
2.1.4 <i>O debate sobre a qualidade sanitária da produção</i>	76
2.1.5 <i>A coleta do leite a granel e a especialização da produção</i>	81
2.1.6 <i>A crise das cooperativas de leite</i>	84
2.2 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE EM SANTA CATARINA	88
2.2.1 <i>A produção e transformação de leite em Santa Catarina a partir dos anos 70</i>	88
2.2.2 <i>As cooperativas e a produção de leite no Oeste catarinense</i>	94
2.2.3 <i>Estudo da cadeia produtiva em Santa Catarina</i>	97
2.2.4 <i>Módulo de produção</i>	104

CAPÍTULO III	115
3. A PRODUÇÃO DE LEITE E A VIABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PRODUTIVAS OU POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL?	115
3.1 INTEGRAÇÃO COM OS LATICÍNIOS E O CUSTO DA COLETA DO LEITE	116
3.2 OS CONDOMÍNIOS LEITEIROS.....	123
3.3 PRODUTOS COM QUALIDADE ESPECÍFICA	127
3.4 OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA E GERAÇÃO DE EMPREGO.....	128
3.5 INOVAÇÕES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	131
3.6 O PAPEL DAS INOVAÇÕES NA DIVERSIFICAÇÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS.....	132
3.7 INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS	137
3.8 PROCESSO DE APRENDIZAGEM COLETIVA	141
3.9 A INSERÇÃO NO MERCADO.....	142
3.10 A AGROINDÚSTRIA RURAL DE PEQUENO PORTE	145
3.11 NOVO AMBIENTE	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – REPRESENTAÇÃO PARCIAL DA AMÉRICA DO SUL, COM DESTAQUE PARA A REGIÃO OESTE CATARINENSE	17
Figura 2 – SANTA CATARINA COM DETALHE DA REGIÃO OESTE	33
Figura 3 - NÚMERO DE SUINOCULTORES NA REGIÃO OESTE ENTRE 1980 E 1995	49
Figura 4 – PRODUTIVIDADE MÉDIA DE PROPRIEDADES TÍPICAS DO OESTE CATARINENSE EM DIVERSOS ANOS ACOMPANHADAS PELO MÉTODO DE GESTÃO AGRÍCOLA (LITROS DE LEITE/ha DE SUPERFÍCIE FORRAGEIRA PRINCIPAL)	102
Figura 5 – PRODUTIVIDADE MÉDIA DE SEIS TIPOS DE PROPRIEDADES REPRESENTATIVAS DO OESTE CATARINENSE – SAFRA AGRÍCOLA 93/94 (LITROS DE LEITE POR HA DE SUPERFÍCIE FORRAGEIRA)	103
Figura 6 – CUSTO MÉDIO DO LITRO DE LEITE PARA O LATICÍNIO, NA PLATAFORMA, COMPARADO COM QUATRO SIMULAÇÕES.	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 DATA DE FUNDAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS FRIGORÍFICOS	31
Tabela 2 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA TOTAL, PERCENTUAL DE ÁREA E ÁREA MÉDIA POR ESTRATO DE ÁREA NA REGIÃO OESTE.....	34
Tabela 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO TOTAL DE LEITE E PRODUÇÃO ABSORVIDA PELA INDÚSTRIA POR REGIÃO DE SANTA CATARINA	54
Tabela 4 – VACAS ORDENHADAS E QUANTIDADE DE LEITE PRODUZIDA E VENDIDADA NO OESTE CATARINENSE ENTRE 1985 E 1995	55
Tabela 5 – VENDA DE LEITE FLUIDO NO BRASIL	64
Tabela 6 – MAIORES LATICÍNIOS DO BRASIL EM VOLUME DE LEITE RECEBIDO EM 1996	65
Tabela 7 – LATICÍNIOS PRESENTES NA REGIÃO DO GRANDE VALE DO ITAJAÍ E VOLUME DE LEITE RECEBIDO EM 1970	90
Tabela 8 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS E DA PRODUÇÃO DE LEITE SEGUNDO AS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA ENTRE 1985 E 1995	92
Tabela 9 – PRODUTORES E VENDEDORES DE LEITE, VOLUME DE PRODUÇÃO E DE VENDA NA MESORREGIÃO OESTE SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E O TOTAL DE SANTA CATARINA.....	108
Tabela 10 - PRODUÇÃO ANUAL DE LEITE, PRODUTORES NECESSÁRIOS PARA PRODUZIR O VOLUME DE LEITE COMERCIALIZADO NA REGIÃO OESTE EM 1995 E O NÚMERO DE PRODUTORES EM “EXCESSO” QUANDO SE ADOTA ESCALA DE 30, 40 E 50 VACAS POR PROPRIEDADE AGRÍCOLA.	109
Tabela 11 – CARACTERÍSTICAS DE ALGUNS SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO OESTE CATARINENSE SAFRA 92/93.....	110
Tabela 12 – EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS GERADOS PELA AGROINDÚSTRIA DE LATICÍNIO E POR INDÚSTRIAS DO SETOR METALÚRGICO E MECÂNICO EM CADA AUMENTO DE PROCURA EM Cr\$ 1.000.000,00. BRASIL, 1975.	129

INTRODUÇÃO

A região Oeste de Santa Catarina possui quase uma centena de pequenos municípios com população inferior a 10 mil habitantes e que se aglomeram em torno de outros cinco municípios mais populosos, formando pólos microrregionais. A economia regional está apoiada na agropecuária, cuja característica é a agricultura familiar com produção diversificada, sendo que a suinocultura desde a colonização da região desempenhou um papel central e esteve presente na maioria das propriedades. Isso possibilitava uma melhor utilização dos recursos naturais da região e propiciava uma distribuição de renda mais equitativa. Como reflexo disso, a região apresentava um crescimento pujante e equilibrado. No entanto, a partir de meados dos anos 80, a produção de suínos tende a se concentrar, transformando esse cenário. Em geral, essas transformações iniciam na agropecuária e no meio rural e acabam se refletindo em todos os segmentos econômicos e sociais. Alguns trabalhos sobre a agricultura e meio rural da região têm centrado seu foco de análise em uma ou outra dessas transformações, como BELATO (1985), CAMPOS (1987), BUCHMANN (1991), MIOR (1992), MIRANDA (1995), SILVESTRO (1995) e FLORIT (1998).

Pesquisas recentes, como a de TESTA *et al.* (1996) e a de ABRAMOVAY *et al.* (1997), apontam uma tendência à desertificação social e a um acelerado aumento no êxodo rural na região Oeste. Esse êxodo atinge de forma mais acentuada a população jovem, dentre a qual as mulheres são as primeiras a deixar o meio rural. Tal situação sugere - se considerada e tratada como uma tendência inevitável - o envelhecimento e a masculinização da população rural, tendo como consequência o enfraquecimento da agricultura familiar, que é a força motriz do desenvolvimento regional.

O esvaziamento do meio rural da região apresenta razões complexas. Entre elas, TESTA *et al.* (1996) consideram que a concentração na criação de suínos contribui significativamente para essa crise. Além disso, também faltam oportunidades que despertem nos jovens, sobretudo nas mulheres, o interesse de realizar na região seus projetos de vida.

Com a concentração na suinocultura, a produção de leite desponta como uma alternativa produtiva para as propriedades que deixam de produzir suínos. Acredita-se que a estruturação e a consolidação da atividade leiteira de forma heterogênea e desconcentrada pode gerar muitas alternativas de ocupação produtiva para a população da região.

especialmente os jovens (homens e mulheres), desde a fase de produção do leite, o transporte, a transformação até a comercialização. Essas etapas ocorrendo de forma desconcentrada aumentam as chances para uma melhor distribuição de renda. Não se trata simplesmente de uma questão econômica, mas sim de haver condições para o pleno exercício da cidadania.

Para se atingir o desenvolvimento em toda a sua amplitude, o território não pode ser ignorado. A região, a microrregião e o local passam a ser espaços não só físicos mas sócio-institucionais onde se trabalha na concepção, discussão, preparação, execução e avaliação de políticas, programas e projetos de mudanças socialmente estimadas (PORTELA, 1994: 3).

Utilizamos aqui a noção de espaço definida por SANTOS (1997), segundo a qual o espaço é formado pela contínua interação da configuração territorial e a dinâmica social, sendo que a configuração territorial é dada pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social, como plantações, caminhos, aeroportos, redes de comunicação, prédios residenciais, comércio e indústrias, enquanto a dinâmica social é dada pelo conjunto de variáveis econômicas, culturais e políticas. Com base nessa noção de espaço, designamos genericamente como a região Oeste catarinense aquela compreendida, segundo o IBGE (1998), pelas microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e Joaçaba. No mapa 1 observa-se a localização espacial de Santa Catarina em relação ao sul da América do Sul, com destaque para a região Oeste.

Ao iniciar o curso de mestrado tínhamos como propósito geral aprofundar os estudos que o Centro de Pesquisa da Pequena Propriedade (CPPP/EPAGRI) desenvolvia desde os anos 80 sobre a agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. Trabalhando na região há mais 10 anos, vivemos a época contemporânea dessa história da agricultura familiar. Por isso, percebemos a importância de entender um pouco todo o processo dinâmico e as implicações a que estavam sujeitas a agricultura familiar e, por dependência daquela, toda a região. Trata-se de um lócus de pesquisa rico em implicações políticas, econômicas, culturais e ecológicas, cujas interpretações exigem a incorporação de conhecimentos específicos em uma abordagem contextualizada.

Figura 1 – REPRESENTAÇÃO PARCIAL DA AMÉRICA DO SUL, COM DESTAQUE PARA A REGIÃO OESTE CATARINENSE



Fonte: TESTA *et al.* (1996)

Tendo como recorte as questões envolvidas na produção e transformação do leite, este estudo discute o desenvolvimento da região Oeste catarinense. A complexidade de um estudo dessa natureza, cuja dinâmica faz surgir novos elementos a cada dia, teve como outro fator complicador as “idéias-feitas”, que poucas pessoas ousam discutir, quanto mais contestar. Uma dessas idéias-feitas, com a qual não compartilhamos, é que grande parcela das unidades familiares de produção diversificada que produzem leite no Oeste está com os dias contados. Sob a perspectiva dos interlocutores desse prognóstico resta um único caminho: especializar-se na produção de leite, ou passar por um processo de reconversão produtiva. A partir da segunda metade dos anos 80, uma das reações dos agricultores que

não conseguiram se adequar às novas exigências da produção de suínos foi uma progressiva orientação da produção de leite para o mercado. Uma análise dos dados de produção de leite, no final da década de 80, ICEPA/SC (1989) e ICEPA/SC (1990), indica um grande crescimento na bacia leiteira do Oeste catarinense, enquanto nas demais observa-se uma estabilização ou até uma redução. Destaque-se que as unidades familiares de produção do Oeste catarinense mantêm uma das suas características principais: a diversificação das atividades, sendo que o leite representa apenas um dos componentes do sistema produtivo.

A maioria dos agricultores que abandonam a suinocultura o faz por falta de recursos financeiros para investir na atividade. Optam pela produção comercial de leite porque já existia na propriedade uma produção de leite para o consumo familiar. Dessa forma, os custos de entrada na atividade são pequenos, representados basicamente pela aquisição de uma ou duas vacas ali mesmo na redondeza e/ou a retenção das novilhas que nasciam na propriedade. Entretanto, apenas aqueles que conseguem uma renda relativamente elevada – normalmente os que possuem maiores e melhores áreas – conseguem fazer caixa para investir mais intensivamente na produção de leite. A grande maioria desenvolve a atividade lentamente, utilizando os poucos recursos de que dispõem e esperançosos que daquela vaca que vai parir nasça uma novilha.

Além de se constituir em uma atividade importante aos agricultores que perderam a oportunidade na suinocultura, TESTA *et al.* (1996) também ressaltam os seguintes aspectos positivos da atividade leiteira: (1) alta absorção de mão-de-obra; (2) alto valor agregado na propriedade; (3) fácil descentralização das unidades industriais; (4) grande alcance social; (5) uso de terras “não nobres”; (6) atividade ecologicamente limpa. Outro aspecto positivo da atividade leiteira é o fato de possibilitar ingresso mensal de recursos financeiros.

Apesar da adequação socioeconômica e ecológica e do seu potencial de desenvolvimento, a partir dos anos 90 crescem as análises que apontam a baixa competitividade da produção leiteira na região. Para aumentá-la sugerem que a atividade deverá seguir inexoravelmente a mesma trajetória tecnológica da suinocultura, ou seja, os caminhos da especialização e da concentração, reproduzindo assim as mesmas recomendações de outras regiões sem considerar as importantes diferenças apresentadas pela agricultura familiar que produz leite. Essas análises também são influenciadas pelas noções de “modernização da agricultura”, que já demonstraram ser ineficientes para dar conta de um desenvolvimento mais equânime.

A partir do início dos anos 90, principalmente com o advento do MERCOSUL, começa a ganhar corpo entre os estudiosos do assunto um consenso de que nos próximos anos haverá no Brasil uma drástica redução do número de produtores de leite, uma vez que se torna caro para a indústria brasileira produzir a partir do leite entregue por produtores muito pequenos. Baseiam-se na experiência dos EUA e Argentina, onde o número de propriedades produtoras de leite cai abruptamente a partir do processo de especialização da atividade. Dentre essas análises em nível de Brasil, como exemplo podemos citar KONZEN & FENSTERSEIFER (1993), FARINA (1995), FARINA (1997), FERNANDEZ (1995), JANK (1995), PEREIRA & LIMA (1995), BORTOLETO (1996), BRUN, JANK & LOPES (1997), JANK & GALAN (1997), FILIPPSEN & PELLINI (1997) e GOMES (1997).

Também em Santa Catarina o INSTITUTO CEPA (1990), COLLI (1992) e CONCEIÇÃO (1993) apontam para a necessidade da especialização e aumento de escala na produção de leite. A hipótese dominante é que o leite produzido no Brasil, em especial na região Sul, é um “produto sensível”. Segundo essas análises, para fazer frente à concorrência da produção argentina e uruguaia necessita-se aumentar a escala e a produtividade, o que terá como reflexo a diminuição do número de produtores.

Essa “quase unanimidade” acaba engendrando pressões por políticas públicas e a implantação de medidas regulatórias que ajustem a produção a esse novo cenário. O presidente da Cooperativa Central de Laticínios dos Estado de São Paulo, BASTOS (1996), diz que *esse conjunto de idéias-feitas constitui-se em ideologia cujo propósito é evitar qualquer desvio em relação aos interesses de determinados grupos dominantes*. Assim, apesar dos muitos fatores que condicionam o futuro, as mensagens - e seus porta-vozes - que concluem que a produção de leite no Oeste tende à especialização e à concentração possuem poder suficiente para transformar tal prognóstico em realidade.

Nesse novo cenário, o aumento de escala e produtividade passa, necessariamente, pelo aumento de matrizes nas propriedades e que essas devem ser de raça especializada na produção de leite. Essa discussão causa alguma apreensão entre os agricultores do Oeste catarinense, inclusive porque a trajetória tecnológica da suinocultura era utilizada como exemplo. Por isso, os poucos agricultores que têm condições econômicas buscam se adequar a esse novo cenário.

Somente em sistema especializado pode-se produzir leite de qualidade? É possível produzir leite de forma competitiva - tanto em termos de custo como de qualidade - em

sistemas diversificados? Que índices produtivos seriam razoáveis? Quais as tecnologias adequadas a esses sistemas? Até que intensidade de diversificação agrícola é possível produzir leite comercialmente? O leite produzido em sistemas diversificados e os produtos originados dessa produção têm alguma qualidade¹ que o consumidor possa valorizar? E quanto aos produtos artesanais elaborados a partir desse tipo de matéria-prima, podem ser valorizados pelo consumidor? Para o Brasil em geral e o Oeste catarinense em particular, respostas concretas a esses questionamentos ainda estão por acontecer. Um esforço nesse sentido certamente indicaria que muitas das respostas dependem dos rumos das políticas de desenvolvimento para a agricultura.

Um exemplo de mudança no rumo nas propostas de políticas vem da Europa. A conferência que ocorreu em Cork, na Irlanda, no final de 1996 delineou as grandes orientações da política europeia de desenvolvimento rural para além do ano 2.000. A manutenção de “um meio rural vivo” foi a tônica do debate. “*Quando o meio rural morre, é também uma parte das cidades que desaparece*”, disse Franz Fischler, membro da comissão europeia responsável pela agricultura e pelo desenvolvimento rural. Entre os presentes na conferência havia um consenso de que a futura política agrícola deverá ser orientada para objetivos de proteção ambiental e desenvolvimento rural. Uma das indicações da conferência é que o apoio ao desenvolvimento rural deve privilegiar os projetos de pequena escala em vez de visar os investimentos pesados.

Comparando as bacias leiteiras de New York, Wisconsin e Califórnia, DUPUIS (1993) constatou que a produção e transformação de leite em empreendimentos de pequena escala pode ser competitiva se apropriado apoio sociopolítico for instituído e se condições de comercialização e políticas regulatórias forem formuladas e implementadas à luz de seus impactos sobre o crescimento econômico e a viabilidade de uma ampla região.

Pairam dúvidas se as políticas e as análises que apontam que a eficiência na produção e transformação de leite passa inexoravelmente pela especialização estão

¹ A qualidade do produto que nos referimos vai além da qualidade sanitária, ou qualidade industrial: também se refere à qualidade gustativa, nutricional, visual, ligada à forma de conservação; também pode estar relacionada à cultura, à tradição, à forma de produção/elaboração, à origem da matéria-prima; e igualmente à conservação dos recursos naturais, ao comércio solidário (*Fair trade*), que valoriza atributos sociais, etc. As análises de rotina dos serviços de inspeção sanitária animal não identificam a contaminação por agrotóxico, por antibióticos e por hormônios, por exemplo, isso demonstra os limites da noção de “qualidade do leite” difundido pelos grandes laticínios e produtores especializados e que se resume a ausência de coliformes, dando a falsa idéia que o produto de origem animal aprovado pelo serviço de inspeção daria origem a alimento inócuos a saúde humana.

considerando as novas tendências que se configuram para a agricultura, o espaço rural e o sistema agroalimentar. A constatação da ineficácia dessas políticas e fragilidade das análises que sugerem a especialização na produção de leite no Oeste catarinense contribuíram para motivar o presente trabalho.

Sob as perspectivas da geração de oportunidades de trabalho e renda, da preservação ambiental e da qualidade de vida, a visão do espaço rural unicamente como local de produção agrícola perde sentido e surgem novas funções para a agricultura e o meio rural. Entre estas, cita-se a ocupação territorial, a preservação da paisagem e do meio ambiente, a cultura, turismo, lazer, local de moradia e a geração de empregos, especialmente os não agrícolas. A própria valorização do espaço rural pode ampliar o mercado de trabalho para o exercício da pluriatividade pelas famílias rurais.

Nas propriedades familiares do Oeste catarinense existem diferentes modelos técnicos de produção e transformação de leite que podem se constituir numa característica valorizada pelo mercado consumidor. A especialização e a produção em escala, enquanto viabilizam a integração dos agricultores com as grandes indústrias, paradoxalmente também é um caminho que mina as possibilidades de inserção em um mercado mais reflexivo, que valoriza outros atributos. Esse é um dilema que se apresenta no momento, sobretudo quando se consideram cenários futuros.

Algumas experiências em curso dão mostras que existem caminhos diferentes para a produção, transformação e comercialização de leite no Oeste capazes de promover um desenvolvimento mais harmônico, social e economicamente, e mais parcimonioso com os recursos ambientais. Sua consecução dependerá de políticas capazes de neutralizar o que MARQUES & PORTELA (1993) chamam de "hostilidade social envolvente". Sua exequibilidade permite-nos contestar a noção de homogeneização presente naquelas análises, cujo prognóstico é a inelutável concentração e especialização na produção e transformação do leite no Brasil e por consequência no Oeste catarinense.

Assim, a produção e transformação de leite na região Oeste encontra-se numa encruzilhada que envolve a definição do modelo técnico. O debate gira em torno da decisão entre produção especializada e em grande escala ou diversificada de escala média².

² Considera-se nesse trabalho que a para o Oeste catarinense a produção de leite especializada e em grande escala é aquela em cuja propriedade existem mais de 40 vacas e que a atividade leiteira contribua com mais de 70% da renda total. Enquanto produção diversificada com escala média considera-se aquela propriedade que possui entre seis e dez vacas e cuja renda da atividade leiteira não supere 50% da renda total.

que poderão se desdobrar em outras alternativas. Isso pode determinar a tecnologia a ser utilizada (material genético, forma de alimentação, instalações, manejo do plantel, etc.) e diversidade da produção (homogênea ou heterogênea) e uso de mão-de-obra (familiar ou assalariada). Essa definição por sua vez traz reflexos na dinâmica econômica da região, no número de oportunidades de trabalho e no uso dos recursos naturais.

O Censo Agropecuário do IBGE 1995/1996 revela a existência de mais de 70 mil estabelecimentos que produzem leite no Oeste catarinense. Desses, 38 mil venderam leite, o que representou uma receita de R\$ 68 milhões. A característica distributiva dessa receita confere-lhe um elevado poder multiplicador e dinamizador da economia regional. Acredita-se, com base nesses dados, que somente nas propriedades que hoje comercializam leite no Oeste estão envolvidas, direta ou indiretamente, mais de 200 mil pessoas. Isso já seria motivo suficiente para nos debruçarmos em busca de soluções para os problemas que inviabilizam essa produção.

Apesar dessa importância, até hoje poucos trabalhos acadêmicos trataram da produção e transformação de leite para as condições da agricultura familiar Catarinense. O primeiro foi conduzido por COLLI (1992), que valendo-se da metodologia da análise de *filière* identificou a situação do setor leiteiro catarinense no início da década de 90. O trabalho se destaca pelo resgate histórico e pelas análises mais gerais, porém a metodologia utilizada não conseguiu captar as nuances próprias da heterogeneidade da atividade. Usando a abordagem de análise desenvolvida por Porter, OLIVEIRA (1994) executou uma pesquisa com o objetivo de verificar o comportamento da indústria catarinense de laticínio nas décadas de 70 e 80. O terceiro trabalho sobre o leite em Santa Catarina realizado por (MOREIRA, 1994) no Alto Vale do Itajaí, em que a autora buscava compreender o modo como os agricultores estavam interiorizando a lógica presente no modelo modernizador da agricultura, naquele momento veiculada pelo advento do Mercosul.

Para o desenvolvimento deste trabalho partiu-se do pressuposto de que os rumos que tomarem a produção e a transformação de leite no Oeste catarinense serão o vetor resultante da interação das diversas forças que atuam num determinado momento e que emanam dos atores sociais. São elas, entre outras, as forças políticas, sociais, ambientais, mercadológicas, técnicas e econômicas. Para identificar esses rumos, é importante conhecer a posição das principais lideranças regionais e a congruência de seus pensamentos e ações com os cenários externos. Além do que, conhecendo a posição dos

diversos segmentos e seu poder de alcance, pode-se identificar a existência ou não de abertura para a adoção de estratégias diferenciadas para a região.

Pelos motivos citados acima na realização do trabalho utilizamos duas técnicas de pesquisa: entrevista semi-estruturada e análise de documentos e publicações. As entrevistas semi-estruturadas foram empregadas para captar a visão dos atores sociais e das entidades que eles representavam. Assim, entre os meses de março e maio de 1998, realizamos 20 entrevistas com informantes-chaves representando diversos segmentos envolvidos na produção e transformação de leite em Santa Catarina. Entre os entrevistados havia dois representantes da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) sendo um ligado à pesquisa e outro à extensão; dois representantes da FAESC (Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina); dois representantes da FECOAGRO (Federação das Cooperativas Agropecuária de Santa Catarina) e dois representantes de pequenos laticínios. Das demais entidades listadas a seguir entrevistou-se um representante: FETAESC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina); FETRAFESC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina); SINDILEITE (Sindicato das Indústrias de Laticínio de Santa Catarina); Instituto CEPA; Cooperativa Central de Leite; uma cooperativa singular de produção; cooperativa central de comercialização (ligada aos assentados do Extremo Oeste catarinense); laticínio ligado a um assentamento; ONG; grupo de cooperação agrícola (que industrializa a produção de leite); laticínio de porte médio; miniusina de leite (900 litros/dia). As entrevistas foram posteriormente transcritas, analisadas e confrontadas visando verificar em que pontos os entrevistados apresentavam opiniões convergentes ou divergentes. Cabe salientar que não se construiu nenhuma tipologia mais elaborada que merecesse constar do corpo deste trabalho.

Quanto à análise de documentos fizemos uma busca em nível nacional e estadual, sendo que no nacional merecem destaque os documentos “Competitividade do sistema agroindustrial do leite”, elaborado pelo Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA), e o Relatório “Um projeto para o leite”, elaborado pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal. Também fizemos um levantamento na revista Balde Branco e na Revista Batavo analisando todos os artigos e reportagens relacionadas com nosso interesse publicados no período de 1990 a 1997. O mesmo procedimento fizemos com relação a um jornal, no caso a Folha de São Paulo, referente ao

período de 1994 a 1997. Quanto aos documentos estaduais pesquisados, eles foram diversos e os mais importantes estão referenciados no corpo desta dissertação.

No capítulo I descrevemos o processo de colonização da região Oeste e os elementos que contribuíram para a formação do atual modelo técnico da suinocultura. Analisamos alguns elementos presentes na crise socioeconômica e ambiental da região e o surgimento da produção e transformação de leite como uma alternativa à crise. Em seguida, discutimos algumas características da produção de leite no Oeste catarinense e traçamos um paralelo entre os modelos técnicos da suinocultura e os modelos técnicos da produção de leite, destacando as características de cada modelo técnico e comparando-os a fim de encontrar suas convergências e divergências.

Iniciamos o capítulo II resgatando os principais debates sobre as tendências da produção e transformação do leite no Brasil e a formação de grupos de interesse que as mudanças engendram, sobretudo os originados da produção especializada de leite, que pressionam para implantação de políticas e normas capazes de favorecer seus modelos técnicos. À luz desse cenário mostramos que as análises que sugerem que a produção e transformação de leite no Oeste catarinense necessita se especializar para ser competitiva são influenciadas por “idéias-feitas” que emanam do debate nacional, as quais incorrem em erro quando não consideram as características inerentes à agricultura familiar do Oeste e que lhe conferem vantagens competitivas. Concluimos o capítulo discutindo a exequibilidade e as possíveis conseqüências para a região em geral e sua agricultura familiar em particular quando adotado um sistema de produção e transformação de leite em sistemas especializados ou em sistemas diversificados.

Por fim, no capítulo III discutimos algumas possíveis alternativas às propostas de produção e transformação de leite em sistemas especializados e em grande escala e as possibilidades de a região se transformar em um pólo de referência na produção e transformação de leite, onde coexistem diversos sistemas de produção, transformação e formas organizacionais. Isso nos habilita a concluir que a atividade leiteira no Oeste catarinense pode ser um elemento aglutinador de forças para o desenvolvimento equânime da região se específico apoio político for instituído.

CAPÍTULO I

1. FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE

Nesta pesquisa refletiremos sobre o desenvolvimento regional do Oeste catarinense tendo como recorte a produção, transformação e comercialização de leite. Para se alcançar o desenvolvimento em toda a sua amplitude, o território não pode ser ignorado. PORTELA (1994) comenta que a região e a microrregião passam a ser espaços não só físicos mas sócio-institucionais onde se trabalha na concepção, discussão, preparação, execução e avaliação de políticas, programas e projetos de mudanças socialmente estimadas. É sob essa perspectiva que este trabalho se desenvolverá.

Durante muito tempo, as regiões foram estudadas de forma isolada do mundo como um todo. Dividia-se o mundo em inúmeras regiões, com pouca ou nenhuma relação entre si, como se cada uma delas fosse entidade autônoma. As transformações ocorridas nas últimas décadas, favorecendo o relacionamento entre diferentes locais e aumentando as trocas entre elas, acabam tendo implicações econômicas, políticas, culturais. Assim, toda e qualquer região está mais suscetível às influências externas, não podendo ser considerada como autônoma. Milton Santos, um dos mais respeitados geógrafos contemporâneos, ensina que estudar uma região significa

penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações e estruturas com seus mais distintos níveis de interação e contradição. Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. **Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos.** É neste contexto que o estudo regional assume importante papel nos dias atuais, com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do globo, dadas suas especificidades. **A região torna-se uma importante categoria de análise,** importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes (SANTOS, 1997:46-7). [grifos nossos]

A falta de incorporação dessa perspectiva enfraquece os estudos e análises que vaticinam a derrocada dos pequenos empreendimentos ou que concluem pela tendência

inelutável do êxodo rural ou que predizem a inexorável especialização na produção de leite no Oeste catarinense, apenas para citar alguns exemplos. A inexistência da perspectiva acima colocada por Milton Santos é que levou Lênin e Kautski³ a predizerem o desaparecimento das pequenas unidades de produção agrícola. Cada local é singular, uma dada situação não é semelhante a outra, variáveis muitas vezes semelhantes são combinadas diferentemente conforme o local. Impõe-se, então, que a análise incorpore – na medida do possível – as relações como um todo. A singularidade inerente a cada região se subordina às relações sociais e históricas a que está sujeita. Por esse motivo, analisaremos a seguir algumas dessas relações que ocorrem no Oeste catarinense e suas conseqüências para o desenvolvimento regional e, especificamente, a produção e a transformação do leite.

1.1 COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE

A região Oeste de Santa Catarina até o início do século XX era pouco povoada: sua população era composta por índios (*kaigangs*) e caboclos (luso-brasileiros)⁴. Neste trabalho, o marco temporal da análise iniciará a partir da colonização da região por imigrantes de origem européia. Sabendo que nossas interpretações se darão pelas lentes da “visão de mundo” desses colonizadores, estaremos atentos para evitar que elas ocorram sob uma perspectiva etnocêntrica.

Lança-se mão de obras de autores como CABRAL (1970), CAMPOS (1987) e PIAZZA

³ Estamos nos referindo aos dois grandes clássicos sobre a questão agrária, “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” e “A questão agrária” de Lênin e Kautsky respectivamente, ambos publicados em 1899. Tanto um como outro vêem a agricultura familiar do seu tempo com tendência ao desaparecimento. Lênin procura demonstrar a heterogeneidade social do mundo rural que conduz a uma diferenciação social, sendo que uma parte dos camponeses se capitaliza enquanto outra é convertida em proletários. Kautsky, por sua vez, procura demonstrar a superioridade técnica e econômica da grande exploração capitalista em relação à pequena exploração de caráter familiar e a impossibilidade desta incorporar o progresso técnico e organizacional. Isso, em última análise, implicaria uma tendência ao grande e não ao pequeno produtor se integrar a agroindústria (ABRAMOVAY, 1992: 46-47). A partir das obras de Lênin e Kautsky o destino da produção familiar na agricultura tem se constituído no objeto central de muitos estudos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, uma vez que os prognósticos da eliminação da produção agrícola familiar não se concretizaram. Ao contrário, a agricultura familiar parece ter sido a forma mais adequada para o fornecimento de alimentos a preços constantes ou decrescentes porque não criava nenhuma dificuldade à intensificação da produção, incorporando todas as invenções tecnológicas, e porque mantinha em funcionamento o *treadmill* (VEIGA, 1992).

⁴ O processo de ocupação do Oeste catarinense pela população indígena e cabocla anterior à colonização da região por imigrantes europeus e a expulsão sistemática daqueles para dar lugar a estes, que recebiam das colonizadoras os títulos da terra, pode ser visto, entre outros, em D'ANGELIS (1995); POLI (1995); RENK (1997); ROSSETTO (1995).

(1978) para fazer uma sucinta descrição do processo de colonização, da ocupação da região, da distribuição fundiária e das características da agricultura praticada na região e que se baseia no trabalho familiar. São de particular interesse as características inerentes a essa produção familiar diversificada do Oeste catarinense porque são elas que contribuem para conferir algumas vantagens comparativas da produção de leite mas que não são adequadamente consideradas na maioria dos estudos que analisam a situação atual e perspectiva da produção de leite na agricultura familiar da região e por isso influenciam ou legitimam políticas que não beneficiam a maior parcela da população.

A colonização do Extremo Oeste catarinense por pequenos agricultores imigrantes tem início em 1908 juntamente com a construção, pela empresa americana “Brazil Railway Co.”, do trecho catarinense da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Essa empresa firma contrato com o governo da República do Brasil para a execução da obra e recebe por concessão uma faixa de terra de 15 quilômetros às margens da estrada de ferro. Para compensar os trechos que já estivessem legalmente ocupados o governo concedia outras áreas no Extremo Oeste do Estado. Cabia à empresa colonizar as áreas recebidas em concessão.

Após a conclusão da obra, em 1910, a Brazil Railway Co. repassou à sua filial – a “Brazil Development & Colonization Co.” – a tarefa de colonizar as áreas recebidas em concessão. Em 1914 a Brazil Development & Colonization Co. dá início à sua propaganda nas antigas colônias de migração européia em Santa Catarina e Rio Grande do Sul na tentativa de convencer as pessoas a migrarem para a região oestina de Santa Catarina e adquirir os lotes de terra que a colonizadora colocava à venda.

Segundo CAMPOS (1987), a Brazil Development & Colonization Co. recebeu um total de 569.057 hectares de terra em concessão a oeste do rio do Peixe. Em novo contrato com o governo de Santa Catarina a empresa ficava obrigada a demarcar lotes de 20 a 25 hectares, ou lotes de 100 a 1.000 hectares quando a topografia permitia explorações agropastoris. Também se comprometia a construir estradas vicinais dando acesso a todos os lotes. Para cumprir estas obrigações a estratégia utilizada pela Brazil Development & Colonization Co. foi repassar suas concessões e obrigações a outras empresas colonizadoras.

A década de 20 marcou o início da migração de colonos oriundos quase que exclusivamente do Rio Grande do Sul. Uma parcela menor veio de outras regiões de Santa Catarina ou diretamente da Europa. A década de 50 apresenta, como indica CAMPOS

(1987), o ponto máximo de crescimento relativo do fluxo migratório, porém é nos anos 60 que ocorre o maior fluxo absoluto de migrantes, calculando o autor que então a população da região tenha se expandido 83%. Na década de 70, praticamente toda a região encontrase ocupada, ocorrendo, então, o fechamento da fronteira e a reversão do fluxo migratório.

1.2 CARACTERÍSTICAS DE SOLO E OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA DA REGIÃO

Praticamente toda a área da região Oeste catarinense é formada por uma topografia de ondulada a fortemente ondulada. As áreas mais planas se resumem às partes baixas dos vales e ao planalto mais ao norte, próximo à divisa com o Estado do Paraná. As características do solo, da topografia ondulada, e a área de terra disponível para cada agricultor exerceram forte poder de determinação na forma como é explorada a propriedade.

Da tipologia dos solos do Oeste catarinense apresentados por TESTA *et al.* (1996), evidencia-se a presença de topografia com relevo ondulado em praticamente toda a área da região. Além disso, registra-se pedregosidade em muitos casos. Enquanto as condições de solo e topografia são aspectos desfavoráveis para a prática da agricultura, a alta fertilidade natural dos solos é um ponto positivo a contribuir para a competitividade de alguns produtos agrícolas.

Uma das principais características da colonização do Oeste catarinense foi o modelo de ocupação adotado, sendo de 10 alqueires ou 24,2 hectares o módulo básico do lote que era vendido aos colonos. Por ocasião da instalação nos lotes os colonos localizavam a moradia e as outras construções, por motivos óbvios, próximo ao curso d'água, que ficava em uma das extremas do lote. O potreiro, onde ficavam os bovinos, também localizava-se nas imediações da casa de tal forma que os animais também tivessem acesso à água. As áreas de lavouras anuais aos poucos vão ocupando os platôs do terreno, enquanto as áreas mais declivosas recebem lavouras permanentes como as pastagens, ou outras que não necessitam o uso intensivo do solo. À medida que aumentam as áreas de lavouras, estas avançam para a outra extremidade do lote, distanciando-se da sede da propriedade. Dessa forma, configura-se uma paisagem que assemelha-se a uma colcha de retalhos, formada por construções, estradas, áreas de potreiro, pastagens, mato, capoeira e, dependendo da topografia e tipo de solo, por diferentes tipos de lavouras.

1.3 OS COLONOS IMIGRANTES CHEGAM AO OESTE

Na colonização do Oeste catarinense conjugaram-se os interesses das companhias colonizadoras, do Estado e dos colonos. Àquelas interessava vender a terra, ao Estado ocupar a área, enquanto para os colonos era uma oportunidade de acesso à terra para assegurar-lá aos seus filhos, principalmente àqueles que constituíam as novas unidades familiares (SILVESTRO,1995:61).

Na nova colônia o agricultor encontrava madeira de boa qualidade, que utilizava para construção da sua casa, paiol, chiqueiro e demais benfeitorias. Ao cortar o mato para a retirada da madeira, que em muitas ocasiões utilizava para a venda com a finalidade de obter os primeiros recursos financeiros, já efetuava o preparo da terra para o plantio das primeiras lavouras.

Pode-se arriscar dizer que desde a colonização, em todas as propriedades rurais havia a presença de animais domésticos, principalmente a vaca de leite, os bois de trabalho, os suínos para a produção de carne e banha e as galinhas para a produção de carne e ovos. Ao casar, era costume da família dos noivos presentear-los com animais como um cavalo, uma vaca de leite, uma novilha, uma junta de bois, algumas galinhas e uma porca para iniciar a criação de suínos.

Os agricultores desde o início da colonização praticavam um sistema de policultura baseada no cultivo de uma variedade relativamente grande de produtos e na criação de suínos, bovinos e aves com o uso intensivo da mão-de-obra familiar. A estratégia de policultura posta em prática pelos agricultores, além de buscar a auto-suficiência na produção de alimento para a unidade familiar, reveste-se de outros aspectos importantes, dentre os quais cita-se:

- a) utilização intensiva das exíguas áreas de terra favoráveis ao cultivo anual, lançando mão do uso de consorciação, sucessão e rotação de culturas;
- b) aproveitamento da mão-de-obra durante todo o ano;
- c) diminuição dos riscos de perdas econômicas por frustração de safra e flutuação de preços;
- d) interação entre atividades visando um sinergismo econômico e ecológico;

Os resultados positivos da diversificação das atividades nas unidades familiares de produção do Oeste catarinense se expressam tanto econômica com ecologicamente.

transformando-se em fatores de competitividade, sendo analisados mais detalhadamente no segundo capítulo.

1.4 INTEGRAÇÃO DOS COLONOS AO MERCADO

Quando migraram para o Oeste catarinense, os colonos já praticavam em sua região de origem uma agricultura mercantilizada. Portanto, a agricultura comercial não lhes era estranha. Desde a sua chegada eles se preocuparam em gerar produtos para o mercado, comportamento também registrado por PAULILO (1987:46) para os colonos da região Sul de Santa Catarina. A possibilidade de comercializar a produção, aliás, era o argumento utilizado pelas colonizadoras para convencer os agricultores do Rio Grande do Sul a adquirir colônias no Oeste catarinense. A propósito, a completa integração ao mercado, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação são relacionados por ABRAMOVAY (1992:160) como características da agricultura familiar. Apenas em alguns locais da região é que nos primeiros estágios de ocupação os colonos praticaram uma agricultura voltada quase que exclusivamente para a subsistência, fato ligado ao isolamento da área, à inexistência de um mercado local e à precariedade dos meios de transporte.

Com a expansão da colonização e o aumento da produção agrícola, principalmente a partir da década de 40, formou-se na região uma malha comercial que permitiu a inserção do colono no mercado. Na maioria das comunidades e distritos surgiram pequenos comerciantes, muitos deles também agricultores, que compravam a produção local e a levavam para vender aos comerciantes maiores localizados nos municípios de Chapecó, Xanxerê e Joaçaba.

Até meados da década de 40, o fumo é a principal atividade agrícola comercial no Oeste catarinense, sobretudo na região próxima ao rio Uruguai. A queda do preço do fumo contribui para a diminuição do interesse dos agricultores pela fumicultura, surgindo em seu lugar outros produtos, especialmente o suíno.

A substituição do fumo pelo suíno como principal atividade comercial da região consolida-se já em meados dos anos 40. Dois aspectos foram de grande importância para esta mudança. Em primeiro lugar, após 1940, ao contrário das duas décadas anteriores, a migração de origem italiana predominou sobre a alemã, e entre os italianos do Oeste a cultura do fumo não era tradicional. Em segundo lugar, a possibilidade de utilização da rota comercial via estrada de ferro para São Paulo e Rio de Janeiro favoreceu a

comercialização e o aumento da produção de suínos. Vale destacar que no início dos anos 40 surgiram na região os primeiros frigoríficos que transformavam a carne e a banha em produtos com maior valor agregado⁵. Na tabela 1 pode-se verificar a data de fundação e a localização dos principais frigoríficos abatedouros de suínos na região Oeste catarinense.

Tabela 1 DATA DE FUNDAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS FRIGORÍFICOS

FRIGORÍFICO	ANO DE FUNDAÇÃO	MUNICÍPIO
Perdigão S. A. Comércio e Indústria	1940	Videira
Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli	1942	Joaçaba
Sadia – Concórdia S. A.	1944	Concórdia
S. A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC)	1952	Chapecó
Frigorífico SEARA	1956	Seara
S. A. Frigorífico Itapiranga (Safrita)	1962	Itapiranga
UNIFRICO S. A. Indústria e Comércio	1963	Salto Veloso
Indústrias Reunidas Ouro S. A.	década 60	Ouro
Cooperativa Central Oeste Catarinense	1969	Chapecó
Frigorífico São Carlos	1975	São Carlos

Fonte: CEAG (1979) apud MIRANDA (1995).

A produção comercial de suínos nas unidades familiares surge com espontaneidade, uma vez que os agricultores já produziam suínos para a sua subsistência. Isto significa que não foram necessários maiores incentivos externos para que eles passassem a produzir suínos comercialmente. Assim, de produto de subsistência, a criação de suínos torna-se a principal atividade econômica dos agricultores do Oeste, o que também acontecerá em meados dos anos 80 com a produção de leite.

Nos primeiros momentos de relacionamento entre a agroindústria e os agricultores não havia grandes interferências daquela no processo de produção dos agricultores, limitando-se à aquisição da matéria-prima (MIRANDA, 1995:67). Na década de 60 tem início uma segunda fase da suinocultura na região, influenciada pelas políticas do Estado que visavam modernizar a agropecuária nacional. Essa fase caracteriza-se pela passagem da produção do suíno tipo banha para o tipo carne, o que traz em seu bojo mudanças técnicas como o uso de rações balanceadas e de medidas direcionadas ao controle sanitário

⁵ A constituição dessas estruturas agroindustriais bem como suas estratégias empresariais podem ser vistas em BELATO (1985), CAMPOS (1987), GIESE (1991) e MIOR (1992).

dos rebanhos. A necessidade do uso de ração balanceada para a alimentação do suíno tipo carne, em detrimento de toda a variedade de plantas que o agricultor cultivava para alimentá-los, contribui para simplificar o diversificado e complexo agroecossistema⁶, trazendo implicações negativas ambientalmente.

Juntamente com a expansão da suinocultura ocorre o aumento da produção de milho, um dos principais componentes da alimentação dos suínos. Num primeiro momento, este sistema de produção também permite a exploração do feijão e da soja em cultivos consorciados com o milho. Estas lavouras passaram então, gradativamente, a se constituir em novas opções de renda para as unidades familiares. Deste modo, já a partir da década de 60 havia na região três produtos destinados à comercialização: suínos, milho e feijão. Um pouco mais tarde, surgiu a soja. De todos, o mais importante do ponto de vista econômico era o suíno.

1.5 CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO E DA SUA AGRICULTURA

O censo demográfico realizado pelo IBGE em 1996 identificou na região Oeste uma população de 1.031.405 habitantes, dos quais 576.216 residem na zona urbana e 455.189 na zona rural, ou 55,9% e 44,1% respectivamente. Esta população distribui-se em uma área de 24.943 quilômetros quadrados, o que significa uma densidade populacional de 41 habitantes por quilômetro quadrado.

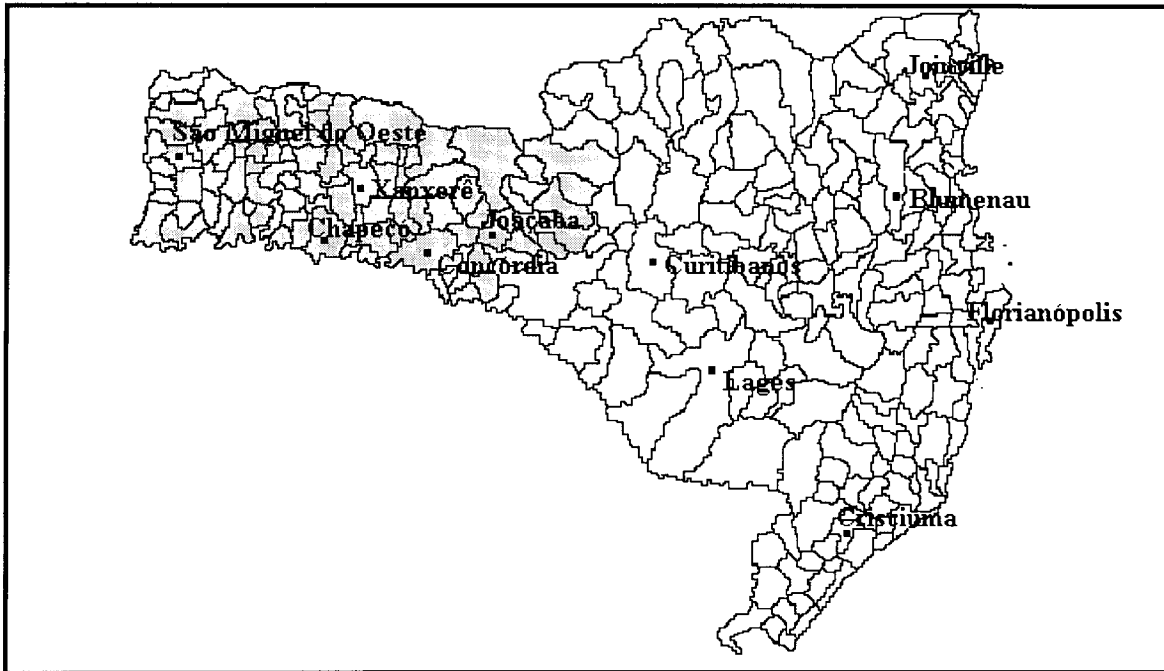
Para a determinação geográfica da região Oeste catarinense nos valem da noção de espaço definida por SANTOS (1997) e mencionada na Introdução deste trabalho. Com base nela, definimos como região Oeste catarinense aquela compreendida, segundo o IBGE (1997), pelas microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e Joaçaba. A região é composta por 95 municípios, sendo 18 na microrregião de São Miguel do Oeste, 30 na de Chapecó, 14 na de Xanxerê, 13 na de Concórdia e 20 na de Joaçaba⁷. Na figura 2

⁶ Neste trabalho define-se como agroecossistemas aqueles ecossistemas modificados pelo homem para a produção de alimentos, fibras e insumos energéticos. As complexas interações entre o meio físico, os organismos domésticos e não domésticos e as práticas de manejos realizadas pelos agricultores resultam nas principais características desses sistemas.

⁷ A microrregião de Joaçaba segundo a classificação do IBGE é composta por 24 municípios. No entanto, por não se enquadrarem naquela noção de espaço que definimos, os municípios de Matos Costa, Calmon, Lebon Régis e Fraiburgo, pertencentes à microrregião de Joaçaba, nesse trabalho não serão considerados como tal.

podemos observar a representação do Estado de Santa Catarina com destaque para a região Oeste.

Figura 2 – SANTA CATARINA COM DETALHE DA REGIÃO OESTE



Os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 referentes ao Oeste e apresentados na tabela 2 revelam a presença de 88.279 estabelecimentos agropecuários. Isso representa 43,4% de todos os estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina. Segundo a mesma fonte, 70% dos estabelecimentos agropecuários da região possuem menos de 20 hectares e 94% possuem menos de 50 hectares. Os dados apresentados evidenciam a pequena disponibilidade de área da maior parte dos estabelecimentos agropecuários da região. Além disso, a predominância de relevo forte ondulado contribui para diminuir ainda mais a área de que cada estabelecimento dispõe para o cultivo de lavouras anuais. A pequena disponibilidade de terra agricultável faz o agricultor adotar uma estratégia de diversificação de atividades tendo como objetivos maiores a diminuição dos riscos climáticos e econômicos e a melhor utilização da terra⁸.

⁸ A reunião da Câmara Setorial do Leite de Santa Catarina realizada em agosto de 1996, debatendo sobre o aumento da competição em função da abertura do mercado, concluiu que há necessidade de aumentar a diversificação da produção nas pequenas propriedades como um forma de obter maior lucratividade. Para isso, diz o documento, é fundamental a profissionalização dos agricultores para que viabilizem a diversificação da produção.

Tabela 2 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA TOTAL, PERCENTUAL DE ÁREA E ÁREA MÉDIA POR ESTRATO DE ÁREA NA REGIÃO OESTE

Estrato de área total (ha)	Estabelecimentos (n ^o)	Estabelecimentos (%)	Área (ha)	Área (%)	Área média
Menos de 1	1.030	1,17	464	0,02	0,45
1 a menos de 2	1.739	1,97	2.232	0,10	1,28
2 a menos de 5	8.809	9,98	30.771	1,43	3,49
5 a menos de 10	18.051	20,45	133.080	6,15	7,37
10 a menos de 20	32.229	36,51	449.646	20,78	13,95
20 a menos de 50	20.977	23,76	612.030	28,28	29,18
50 a menos de 100	3.482	3,94	230.966	10,68	66,33
100 a menos de 1.000	1.828	2,07	446.265	20,62	244,13
1.000 e mais	120	0,14	258.426	11,94	2.153,55
Sem declaração	14	0,01	---	---	---
Total da região Oeste	88.279	100,00	2.163.881	100,00	---

Fonte: IBGE (1998), Censo Agropecuário 1995-1996 – Oeste catarinense.

A suinocultura limitada a uma determinada escala – específica para cada propriedade – é uma forma de diversificação das atividades da propriedade familiar, que se traduz em alternativa à pouca terra e à utilização da força de trabalho ociosa, uma vez que essas atividades podem ser realizadas no intervalo de outras. A conjugação dessas características foi que rapidamente transformou a suinocultura na principal atividade da região. Semelhante à suinocultura, a produção de leite, quando se criaram condições de mercado favoráveis para a produção comercial na região, também desempenhou o mesmo papel.

Dessa maneira, as unidades familiares de produção da região diferenciam-se entre si, principalmente pela forma de uso do solo, tipo de atividade desenvolvida, organização física da propriedade, tecnologia utilizada, forma de comercialização e nível de capitalização. Isso determina um elevado grau de heterogeneidade ao universo agrícola e rural da região.

1.6 A ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR

A pequena área de terra, associada à heterogeneidade do ambiente, resultante das inúmeras combinações de topografia e tipo de solo presente nas propriedades agrícolas, faz com que a maioria dos agricultores adote uma estratégia que maximize a variedade de cultivos e criação visando tanto o auto-abastecimento como a comercialização. Assim, os agricultores manipulam a paisagem natural com o intuito de manter e favorecer duas características do ambiente: a heterogeneidade espacial e a diversidade biológica. O resultado disso é que o ambiente natural é transformado e se converte numa complexa paisagem, que aparece como um mosaico em que cultivos agrícolas, áreas de pousio, matas, capoeiras, pomar e jardim, potreiro, pastagens, cursos d'água são parte do complexo sistema de produção. É neste ambiente que o agricultor busca a sobrevivência e a reprodução da unidade familiar, através do manejo dos componentes geográficos e ecológicos (espécies vegetais e animais, solos, topografia, água e espaço) e dos processos ecológicos (ciclo de vida e fluxo de energia e matéria).

Em resumo, a diversificação em termos geográficos, ecológicos, biológicos e comerciais é uma característica fundamental para a sobrevivência de grande parcela das propriedades agrícolas da região Oeste. Até mesmo porque a diversificação é um poderoso mecanismo utilizado pelos agricultores para a redução dos riscos climáticos e comerciais. Também é uma forma de aproveitar ao máximo a propriedade, especialmente quando há carência de terra.

Em um estudo antropológico, que traz grandes contribuições ao conhecimento do meio rural brasileiro, LOVISOLO (1989) utiliza-se da comparação para estudar diferentes unidades de produção familiar na agricultura. Nessa pesquisa, o autor compara as unidades familiares que acumulam capital com as unidades familiares aparentemente imunes à dinâmica da acumulação. Usa as unidades familiares do município de Cândido Godói – RS como representantes do primeiro grupo, e as do município de Conceição do Coité – BA representando o segundo grupo. Tanto nas unidades capitalizadas como nas não capitalizadas, a não-diversificação aparece como uma característica negativa para o funcionamento e reprodução das unidades.

Em pesquisa que analisa o sistema de integração do Sul de Santa Catarina a partir do produtor integrado, PAULILO (1987:298) também verifica que a monocultura não é praticada e nem desejada pelos produtores integrados. Na época da pesquisa, segundo a

autora, para as empresas integradoras também não era interessante direcionar as explorações agrícolas para um só produto porque deixaria o agricultor mais suscetível ao risco e aumentaria os custos de reprodução da família. A autora prossegue dizendo que isso não significa que a existência de uma diversidade de linhas de exploração dentro de uma propriedade deva ser analisada apenas em termos de “funcionalidade” (para a agroindústria). Admite que a policultura pode favorecer os lucros da agroindústria, mas nega que ela só continue existindo por isso. Podemos verificar esse fato através da tentativa da agroindústria de especializar a produção de suínos e mais recentemente na pressão para transformar os produtores diversificados do Oeste em produtores especializados na produção de leite. Essas tentativas parece que sofrem influências das mensagens que partem de outras regiões do país e mesmo fora dele, e aqui são reproduzidas sem merecer qualquer crítica.

Estará presente aqui a noção de eficiência que pode ter interpretações diferentes para agricultores de um lado e técnicos e indústrias por outro. MOREIRA (1994), em pesquisa conduzida na região do Alto Vale do Itajaí, verificou que para os agricultores familiares com produção diversificada a eficiência é muito mais a segurança de obter a renda de dois ou mais produtos do que produzir um só em grande quantidade. A autora conclui que para esse tipo de agricultor é arriscado demais apostar tudo em um só produto; diz ainda que até mesmo os agricultores que estão diminuindo o fumo e aumentando a produção de leite fazem devagar e quase nunca o leite torna-se a única atividade.

Muitos estudos de antropólogos, geógrafos, economistas agrícolas ou biólogos têm revelado a complexidade, diversidade e racionalidade de muitas práticas agrícolas que aparentemente pareciam desorganizadas e pouco sistemáticas. O que faria um agricultor familiar especializado na produção de leite quando os preços recebidos caíssem a níveis que causassem prejuízos, já que demitir os membros da família não é possível? Vender o plantel, como fizeram alguns agricultores especializados na produção de leite em meados de 1997⁹? Para quem, se outros também tiveram a mesma idéia?

CHAMBERS (1997), por exemplo, comenta que pesquisas em propriedades agrícolas têm proporcionado o entendimento da complexidade, diversidade e tendência ao risco de

⁹ “Fazendeiro de Lins liquida todo o rebanho”, esse é o título da reportagem do jornal Folha de S. Paulo de 22/07/97, 5-3 – mesmo vendendo 1.500 litros por dia, obtendo produtividade de 19 litros/vaca/dia e recebendo R\$ 0,32 por litro. No mesmo jornal, em 03/07/96 página 6-4, 05/08/97 5-5, 12/08/97 5-4 e 25/11/97 5-8, informa a desistência da produção de leite de produtores especializados, devido aos baixos rendimentos.

muitos sistemas agrícolas e têm demonstrado o conhecimento, profissionalismo e racionalidade do “pequeno agricultor” e a habilidade que ele possui para conduzir suas próprias análises.

É por esse motivo que a posição da maioria dos agricultores familiares do Oeste em manter uma produção diversificada é contraditória com a tendência dominante da maioria dos projetos de modernização agrícola. Esta é a situação que se coloca frente às proposições de especialização da atividade leiteira nas propriedades familiares daquela região. A opinião de um técnico representante da indústria ilustra o pensamento dessas em relação à estratégia de diversificação de atividades adotada pelos agricultores. Para algumas indústrias, trata-se de um “problema”, um “empecilho” ao desenvolvimento da atividade.

A maioria dos nossos agricultores entregam 600 a 800 litros de leite/mês. Além da falta de estrutura das propriedades, **outro problema** que se tem é que o agricultor tem cinco a seis atividades e **não cuida de nenhuma** delas. Isto acontece por que anteriormente foi criada essa idéia de diversificar. Os agricultores que trabalham com nós têm em média 12 hectares de terra. Se esse agricultor produzisse somente leite, teria condições de produzir de 15.000 a 18.000 litros por mês, isso se ele se dedicasse exclusivamente ao leite (Entrevista 18, maio de 1998). [grifos nossos]

Quando o entrevistado diz que é um “problema” o agricultor desenvolver cinco a seis atividades, talvez o seja para a indústria, porque para a maioria dos agricultores trata-se de uma solução. A insinuação do técnico para uma certa negligência do agricultor em conduzir suas atividades baseia-se na sua noção idealizada daquilo que seria “bom” para o agricultor. Considerando as condições ambientais, econômicas e de políticas adversas a que está sujeito esse agricultor, conseguir sobreviver e sustentar a família – mesmo que em condições precárias – não parece ser uma façanha obtida por alguém relapso.

A opinião do técnico se contrapõe à da maioria dos agricultores. Sobre isso, um representante dos agricultores assim se manifestou: *“Eu diria que em qualquer área em que o agricultor pratica monocultura, ele corre riscos. Nossos agricultores dificilmente trabalham com um só produto, e eu não aconselho trabalhar”* (Entrevista 8, abril de 1998). Nesse mesmo sentido, outro representante dos agricultores assim se expressou:

Nós temos que avançar no processo, acho que nós estamos atrasado. Agora dizer que nós vamos revolucionar de um dia para o outro, que dessas duas ou três vaquinhas comum que nós temos, vamos partir para 50 vacas de alto nível, isso é

bobagem! A gente sabe que o pessoal no interior para conseguir alguma coisa, não é do dia para a noite. Às vezes leva 20 a 30 anos para conseguir uma propriedade, então ele não vai mudar isso de um ano para o outro, porque ele sabe que o que vem muito fácil, até o santo desconfia (Entrevista 6, abril de 1998).

Quando esse representante dos agricultores admite um atraso e que tem de “avançar no processo”, ele reconhece a necessidade e a possibilidade de melhorar o sistema produtivo de muitas propriedades. No entanto, isso dependerá, em primeiro lugar, das mudanças estarem em consonância com os objetivos familiares e, em segundo lugar, de o agricultor perceber com clareza que o caminho é seguro. Por último, é fundamental que o agricultor disponha dos recursos necessários para efetuar a mudança.

Analisando a relação dos produtores de suínos do Oeste catarinense com a tecnologia agropecuária e como essa afeta o processo decisório, MIRANDA (1995) afirma que é possível comprovar que no processo decisório dos produtores familiares continuam participando elementos tradicionalmente associados a uma lógica camponesa. Isto é, se as famílias são jovens e apresentam uma maior predominância de unidades de consumo do que de unidades de trabalho, ocorre uma tendência para uma menor diversificação das atividades; situação inversa se presencia quando existe uma maior disponibilidade de força de trabalho – os produtores privilegiam lavouras e criações que ocupam o maior número de pessoas da família.

No estudo que conduziu em unidades de produção familiar capitalizadas do município de Cândido Godói – RS, LOVISOLO (1989) verificou que a mecanização da lavoura de trigo e soja determina a criação de um tempo de ócio para a força de trabalho familiar e cita quatro opções para a utilização desse tempo livre:

- a) redução das dimensões da mão-de-obra familiar, proporcionando estudo aos filhos, postergando a entrada no processo de trabalho, por um lado, e abrindo a possibilidade da inserção no mercado de trabalho fora da propriedade, por outro.
- b) dedicação do tempo de ócio à produção de autoconsumo.
- c) diversificação da produção comercial sem investimentos, o que denomina opção de “diversificação tradicional”.
- d) a última opção é a diversificação capitalista com o objetivo – em contraste com o tradicional – de aumentar a oferta dos produtos comerciais.

Essas opções não são excludentes. Podem aumentar a diversificação de autoconsumo simultaneamente à comercialização tradicional ou capitalizada.

Com relação à diversificação das atividades nas unidades familiares de produção, TOLEDO (1993) comenta que a explicação apenas sob a perspectiva econômica ou relacionada com a família falha ao analisar os fenômenos de forma isolada do seu contexto ambiental, desconsiderando os fatores naturais ou simplesmente tomando-os como constantes.

É importante deixar claro que quando se diz que a agricultura familiar lança mão da diversificação das atividades como estratégia de sobrevivência não há qualquer idéia subjacente de que ela tenha algum tipo de predisposição intrínseca, necessariamente favorável a uma produção ambientalmente correta. O que está se dizendo é que a diversificação das atividades é uma prática agrícola em geral mais favorável ambientalmente do que a monocultura. A produção familiar é uma estrutura altamente flexível no que diz respeito às suas formas de produção e renda, podendo chegar aos extremos da monocultura ou de dependência quase total em rendas externas, mas exibe uma “vocação” para a policultura (WILKINSON 1996a: 103).

1.7 EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Os colonos que migraram para o Oeste catarinense já haviam tido contato com atividades comerciais nas antigas colônias. Por isso, geravam excedentes que poderiam ser comercializados se houvesse condições. O processo produtivo era organizado em torno da unidade familiar e a produção era diversificada e, no início da colonização, destina-se basicamente à subsistência. Não porque essa fosse sua característica, mas sim por falta de mercado. Tanto que, rapidamente, surgem as oportunidades de comercialização da produção excedente, que evolui para a formação de um mercado regional.

A suinocultura firma-se então como a principal atividade mercantil da maioria dos agricultores familiares do Oeste catarinense. Isso não significa que essas propriedades agrícolas se transformam em produtoras especializadas em suínos – elas mantêm sua característica de produção diversificada. A opção pela policultura está relacionada, entre outras coisas, com a organização interna da propriedade e a utilização dos recursos naturais. A suinocultura permite integração de lavouras com a pecuária, havendo uma relação direta entre o número de suínos presente na propriedade e a capacidade que ela tem

de produzir alimentos para engordá-los – tal é a característica desse modelo técnico¹⁰. Tanto assim que há pouco tempo era corrente entre os agricultores e técnicos da região o uso da referência da relação de 1 a 1,3 hectares de lavouras para cada porca existente na propriedade. Essa referência significava que uma propriedade que tivesse cinco hectares de lavouras, como é a média das propriedades da região, poderia ter em sua propriedade cinco a sete porcas com a garantia de produzir em anos normais toda a alimentação necessária para o plantel de suínos. Este modelo técnico foi defendido e enfatizado pelas agroindústrias e pela extensão rural até meados dos anos 80, quando passa a perder a força.

Com a expansão das agroindústrias e de sua infra-estrutura comercial, abrem-se perspectivas para o surgimento de outras atividades comerciais para a agricultura familiar da região, tais como o feijão, a soja e o próprio milho. A produção de feijão se eleva com seu cultivo consorciado com o milho destinado à alimentação de suínos. No final da década de 60, a soja surge como outra alternativa comercial, podendo, como o feijão, ser cultivada em consórcio ou em sucessão ao milho.

Considerando a evolução das relações entre capital agroindustrial e produção familiar no Oeste catarinense, CAMPOS (1987: 143), sugere a existência de quatro fases:

- a) a primeira inicia com a colonização indo até meados da década de 30 e caracteriza-se pelo esforço da economia local em estabelecer ligações comerciais com a economia do país. Tem como característica a comercialização do excedente de suínos da produção de subsistência;
- b) na segunda fase, cujo período vai de 1935 até 1945, ocorre uma expansão da base geográfica de atuação e o crescimento de capitais comerciais. A suinocultura se firma como a principal atividade comercial da região, com um crescente aumento de novas unidades familiares no ciclo comercial;

¹⁰ Utilizaremos o conceito de modelo técnico definido por BYÉ (1995), como um conjunto de conhecimentos e de artefatos ligados por uma relação de coerência que permite a sua reprodução e os seu aperfeiçoamento. Tal noção inclui além dos “artefatos” - que também podem ser chamados de “objetos técnicos” - o conjunto de conhecimentos envolvidos na produção. Ou seja, deixa-se de considerar simplesmente a combinação de insumos e máquinas (os artefatos) e as práticas em si que resultam de seu uso (capina, aração, gradagem, poda, pulverização...) e passa-se a considerar os conhecimentos que são exigidos/produzidos. Assim, o “modelo técnico” considera muito mais de perto as complexas relações que se estabelecem ao longo do tempo entre dinâmica técnica e dinâmica social. Ou seja, considera-se que não se pode extrair um objeto técnico de sua dimensão temporal. Colocar o objeto técnico no tempo permite introduzir a dimensão histórica. A análise da mudança técnica tem tradicionalmente privilegiado a seqüência de aparição dos objetos técnicos.

- c) a terceira fase compreende o período entre os anos de 1945 a 1965, época em que surgem os grandes frigoríficos processadores de suínos. A suinocultura consolida-se como a principal atividade comercial da região, e na maioria das propriedades transforma-se em atividade comercial por excelência, não exigindo maiores investimentos, já que os suínos podiam ser perfeitamente alimentados com o milho e outros produtos colhidos na propriedade;
- d) a quarta fase inicia em 1965 e caracteriza-se por transformações profundas na base técnica do processo produtivo e na relação entre a agroindústria e as unidades familiares de produção. Ocorre a “modernização seletiva” dessas unidades, sendo que o Estado desempenha um papel fundamental nessa transformação.

Diz-se que a modernização foi seletiva porque, devido às diferenças de ordem técnica e econômica existentes entre as diversas propriedades, a modernização não atingiu igualmente a todos os agricultores. Na suinocultura do Oeste catarinense, em particular, ocorre um processo de seleção/exclusão de agricultores. Transcrevemos abaixo parte de um documento do CEAG/SC que ilustra bem esse processo.

Os produtores integrados não são produtores comuns, são escolhidos em função de possuírem um número de hectares de terra acima da média dos produtores da região, de terem condições de receberem crédito e de se situarem a uma distância relativamente próxima à indústria, diminuindo, assim, os custos de transporte. É fundamental que os produtores possuam certas características para que o projeto global de integração seja viabilizado, segundo a estratégia estabelecida pelo frigorífico (CEAG/SC, 1978:141).

A atuação do Estado na região Oeste segue as mesmas linhas praticadas no país como um todo, que por sua vez segue a mesma tendência verificada em nível mundial após a Segunda Guerra Mundial. Isto é, busca-se a modernização da agricultura através da implementação de políticas públicas que favoreçam a aquisição de insumos industriais e que tenham como objetivo a “transformação da agricultura tradicional” (SCHULTZ, 1964) e se apoiavam no tripé: geração de tecnologias, difusão dessas tecnologias e crédito agrícola (CASTRO, 1984).

1.8 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO OESTE

O processo denominado de “modernização da agricultura”¹¹ vem se processando no Brasil desde o final da Segunda Guerra Mundial. A partir dos anos 60 é que tomou maior corpo em face da maior participação do Estado na formulação de políticas que visavam a industrialização da agricultura¹² brasileira. Para tanto, um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado, segundo KAGEYAMA *et al.* (1990), foi o crédito – tanto rural como agroindustrial – subsidiado e vinculado à utilização de insumos e práticas predeterminadas. Ao fomentar o uso de insumos industriais, transformava-se a base técnica da agricultura. A implantação dessas políticas veio ao encontro dos interesses do complexo agroindustrial no Oeste, contribuindo decisivamente para sua estruturação e consolidação.

Até meados da década de 60 o aumento da demanda de suínos para abate por parte dos frigoríficos era suprida pela via da ocupação da fronteira agrícola através da incorporação de novas unidades produtivas familiares. Com o fechamento da fronteira agrícola do Oeste nos anos 60, acabam as possibilidades de aumento “horizontal” da produção de suínos e as agroindústrias necessitam adotar novas estratégias para suprir o crescimento da demanda de produção.

Lançar mão desse crédito subsidiado para ampliar seu parque industrial e aumentar a produção agrícola dos integrados, através da mudança da base técnica, foi a estratégia fundamental para que essas agroindústrias se consolidassem na produção de carne de suínos e aves no Brasil. Criado em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) se transforma a partir de 1967 no principal instrumento de política agrícola do Estado. O crédito a juros subsidiados e por vezes a taxas reais negativas visava transformar a agricultura brasileira em fornecedora de quantidades crescentes de alimentos a preços baixos e proporcionar excedentes agrícolas exportáveis.

Ao mesmo tempo, nos anos 60-70, tem início um processo de mudanças na dieta alimentar do brasileiro, que passa a ser baseada no consumo de proteína de origem animal.

¹¹ O processo de modernização da agricultura no Brasil já foi objeto de muitos trabalhos. Uma discussão sobre o assunto pode ser vista, por exemplo, em DELGADO (1985) e em KAGEYAMA *et al.* (1990).

¹² KAGEYAMA *et al.* (1990) fazem uma distinção entre modernização e industrialização da agricultura. A modernização refere-se à mudança na base técnica da produção agrícola e ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas importadas e insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) de culturas ou novas variedades. A industrialização da agricultura brasileira é um processo que inicia em meados dos anos 60 e não se resume apenas à utilização de insumos industriais mas sugere também a presença de três transformações básicas: a) mudanças na relação de trabalho; b) mecanização do processo produtivo e c) internalização no país dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura.

a exemplo do que já vinha ocorrendo nos Estados Unidos e Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial¹³. Esse padrão alimentar, que valoriza o consumo de carne e substitui a banha pelo óleo de soja no preparo de alimentos, pressiona para a troca das raças de suínos do tipo banha para outras com maior aptidão à produção de carne. Assim, os frigoríficos importam dos Estados Unidos e Europa matrizes de suínos que apresentam essas características¹⁴, que posteriormente são introduzidas nas criações dos integrados, substituindo as matrizes existentes. Tal mudança técnica desencadeia grandes transformações nos sistemas de criação. Os frigoríficos buscam, com isso, obter maior quantidade e qualidade da matéria-prima demandada pelo consumidor. Os agricultores, por sua vez, não percebem vantagens nessa mudança técnica. Em primeiro lugar pelo medo do desconhecido. Em segundo lugar, porque a diferença nos preços recebidos não compensava o risco. Depois, porque o agricultor necessitava fazer importantes modificações no sistema de produção (MIRANDA, 1995). Mudam os cuidados sanitários e principalmente o sistema de alimentação “caseira”¹⁵ que ele utilizava, ao ser substituída por outra de origem industrial¹⁶. Para a maioria dos agricultores, ao menos num primeiro momento, essa troca trouxe benefícios econômicos. A “ração industrial” podia ser adquirida com crédito subsidiado e seu preparo exigia menor quantidade de mão-de-obra,

¹³A atual dieta alimentar americana e européia, baseada no consumo de carne, começa se configurar com o início da chamada revolução agrícola nos Estados Unidos; e a implantação do plano Marshall, que previa políticas para a reconstrução da Europa, acaba se firmando no pós-guerra. A revolução agrícola americana dissemina-se a outras partes do mundo e materializa-se com o desenvolvimento do milho híbrido, que requer o uso intenso - com base no petróleo - de insumos mecânicos e químicos; e com a massiva introdução da soja substituindo as plantas forrageiras, que se espalha pelo mundo desde 1945. Isso favorece o desenvolvimento de lavouras especializadas e em grande escala, potencializando a produção de grãos e criando um excedente, que é canalizado ao consumo animal. Desta forma a soja, que se destinava exclusivamente à alimentação humana na Ásia, torna-se o componente básico de ração para produção animal (FRIEDMANN 1994; FRITSCHER 1987).

¹⁴Essas raças - obtidas a partir do avanço no melhoramento genético, da química e da nutrição animal - são selecionadas para a produção de carne através do uso de ração balanceada, que por sua vez favorece a criação concentrada e intensiva de suínos e aves e a emergência de grandes frigoríficos, além de possibilitar o aumento no confinamento de bovinos. A indústria de ração - não raramente de propriedade do mesmo grupo dos frigoríficos - com o uso de capital intensivo articula-se entre os produtores de grãos e os de animais e organiza ambos os setores através de contratos de longo prazo (FRIEDMANN, 1994).

¹⁵Sistema de preparo do alimento para os suínos realizado na propriedade. Consistia na utilização de restos de comida e produtos colhidos na propriedade como o milho, mandioca, abóbora, batata-doce, inhame, etc. que eram misturados e normalmente cozidos em grandes tachos. Também era costume misturar alguns outros ingredientes como sal, enxofre, osso moído, cinza, etc.

¹⁶Diferentes aspectos da produção rural e que foram transformados em produção industrial e reintroduzidos na agricultura sob a forma de insumo, máquinas ou equipamentos (como é o caso da substituição da ração caseira pela industrial), foram denominados, por GOODMAN *et al.* (1985), de “apropriacionismo”. Tal processo, segundo os autores, busca transformar as atividades “rurais” ou “naturais” em industriais com o objetivo de diminuir a dependência da agricultura à terra e à “natureza”.

que era liberada para a intensificação de outras atividades, especialmente as lavouras de milho.

No entanto, a mudança na base técnica da suinocultura também traz em seu bojo uma série de transformações de ordem organizacional e no modelo técnico das unidades familiares de produção. Se por um lado facilitam ao agricultor o preparo do alimento para os suínos, por outro causam efeitos negativos à região de caráter ecológico, ambiental e paisagístico. Por exemplo, a alimentação dos suínos com “ração industrial” contribui para simplificar o sistema diversificado de cultivo até então utilizado pela maioria dos agricultores. Antes o agricultor devia cultivar diversas plantas como milho, mandioca, abóbora, inhame, batata-doce, alfafa, ervilhaca, cana-de-açúcar e outras, e agora o milho é o único componente que o agricultor acrescenta no preparo da alimentação dos suínos. Desta forma, o milho passa a ocupar a área que antes era reservada às outras culturas, diminuindo o processo de rotação de culturas e de sistemas de cultivo consorciado, que aumentavam a eficiência na utilização da terra e favoreciam a diversidade da fauna do solo. Com isso estamos pretendendo exemplificar a noção de irreversibilidade e *sub-optimal lock-in* por meio do qual fatores independentes de critérios de eficiência levam a escolha de uma trajetória tecnológica específica (WILKINSON, 1997). Ter presente essa noção é importante para analisar as trajetórias que hoje estão se delineando para a produção e transformação de leite no Oeste catarinense.

Além disso, as análises que tratam do processo de modernização da agricultura brasileira (KAGEYAMA, *et al.* 1990; MARTINE, 1991; DELGADO, 1985) centram seu foco nas transformações econômicas e sociais das mudanças da base técnica. Ao aceitar implicitamente a concepção tecnológica da modernização da agricultura, pouco valorizam as transformações ecológicas e ambientais que estão subjacentes às mudanças da base técnica que em geral, não recebem a atenção merecida.

Apesar do menor tempo para engordar os suínos e do fato de receber um preço um pouco superior para o porco tipo carne, o agricultor vê poucas vantagens nesse tipo de inovação. Por isso, foi fundamental a participação do Estado na transformação da base técnica. Assim, no contexto das políticas públicas de modernização da agricultura foi implementada uma série de medidas específicas para a suinocultura, entre as quais MIRANDA (1995) cita o convênio entre o Ministério da Agricultura e a USAID que previa a realização de um projeto de “assistência à suinocultura”. Dividia-se ele em duas etapas: 1)

criar infra-estrutura humana e material através da capacitação de técnicos e a instalação de unidades didáticas junto às escolas agrotécnicas e aos Centros de Treinamento da ACARESC; 2) a capacitação aos agricultores para produzirem suínos tipo carne. A suinocultura também conta, nas ações de assistência técnica, com o emprego de recursos provenientes de crédito rural a juros favorecidos, que se transforma em um dos indutores da mudança. Tanto que em 1965, segundo o mesmo autor, 43% dos recursos do “programa de crédito rural orientado” em Santa Catarina foram utilizados para financiamento da atividade suinícola. O “projeto suinocultura” também contava com a participação da Secretaria da Agricultura, do Ministério da Agricultura, da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos (ACCS), dos Sindicatos das Indústrias de Carnes e Derivados e de órgãos cooperadores como o Banco do Brasil, o BRDE, e o BNCC.

Com a organização, a partir de 1973, dos Centros Nacionais de Pesquisa da EMBRAPA, cria-se o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPSA), em Concórdia, que passa a desenvolver pesquisa em suínos.

1.9 A POLÍTICA DE CRÉDITO AGROINDUSTRIAL

A expansão agroindustrial ocorrida no Oeste de Santa Catarina baseou-se no aumento da capacidade produtiva da unidade familiar de produção. O principal mecanismo que viabilizou esse aumento foi o crédito rural, a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural¹⁷. No Oeste esses recursos foram dirigidos prioritariamente aos agricultores integrados às agroindústrias. Recorde-se que esses agricultores foram selecionados pela agroindústria.

Estudos de BELATO (1985), CAMPOS (1987) e GIESE (1991) demonstram que, na verdade, o maior beneficiário das políticas públicas do Estado voltados para a agricultura foi o setor agroindustrial. Da leitura dos autores, conclui-se que o crescimento exuberante apresentado pelo setor agroindustrial do Oeste catarinense não se deve apenas à sua eficiência competitiva, mas é fruto, sobretudo, das benesses dos fundos de financiamentos.

A utilização do crédito rural por parte dos grupos agroindustriais no Oeste catarinense se deu, por um lado, pelos investimentos no desenvolvimento de atividades industriais, realizados com recursos provindos do BNDES; por outro lado, através da

¹⁷ Uma análise aprofundada sobre o Sistema Nacional de Crédito Rural pode ser visto em DELGADO (1985).

utilização do crédito rural para comercialização da produção, via políticas de preços mínimos.

Na década de 70 os grupos agroindustriais também se favoreceram de empréstimos subsidiados do governo estadual além de facilidades ou isenção no recolhimento dos impostos devidos. Segundo GIESE (1991), o governo estadual criou fundos de apoio, como o FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina –, que beneficiavam as agroindústrias. Este fundo, que passou a operar em 1968, trabalhava com recursos financeiros oriundo de incentivos fiscais concedidos às empresas, as quais podiam descontar 10% sobre o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) devido, para aplicação em projetos industriais. A mesma autora cita como exemplo da utilização dos recursos do FUNDESC o reequipamento de todas as fábricas da Sadia S. A. e a construção e instalação da Sadia Avícola de Chapecó no início dos anos 70. Foi também através deste Fundo que a CEVAL, empresa do grupo Hering, foi constituída em 1972.

1.10 ESPECIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS COMO FATO GERADOR DE CRISE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL

Como já mencionado, ao longo da década de 30 e 40 o aumento da produção de suínos e a evolução da atividade na região Oeste ocorre mais pela entrada de novos produtores do que pela tecnificação da atividade.

Segundo MIRANDA (1995:55), somente na década de 50 é que começa uma maior preocupação por parte dos dirigentes agroindustriais no sentido de intensificar a produção de suínos nas propriedades agrícolas do Oeste catarinense. Aquele autor comenta que com o objetivo de introduzir novas técnicas de produção, buscando atender uma demanda crescente de matéria-prima, foi criado, em 1954, o Serviço de Fomento Agropecuário pelo frigorífico Sadia S. A.

O nível tecnológico da atividade suínica praticado na região até meados da década de 60 não criava para os agricultores grandes barreiras para a entrada ou saída da atividade. A partir de 1972 as agroindústrias passaram a selecionar os agricultores com o objetivo de integrá-los aos seus departamentos de fomento. Dentre os critérios de seleção destacava-se a proximidade da propriedade à agroindústria e que esses agricultores possuíssem área própria para a implantação de lavouras. Enfim, os agricultores

privilegiados com o crédito subsidiado eram os que possuíam propriedades mais bem estruturadas¹⁸.

Até meados dos anos 80, a produção de suínos na região Oeste catarinense estava presente na maioria das propriedades agrícolas, nas quais havia uma média de 3 a 5 matrizes. Esse número dependia da capacidade que tinha a propriedade de produzir os alimentos necessários para criá-los. Isso caracterizava um sistema de produção agrícola que TESTA *et al.* (1996) denominaram de “*policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura*”. A partir dessa época, as agroindústrias buscam aumentar a escala de produção das propriedades, bem como incrementos na produtividade/porca, cuja meta era passar de 14 para 20 terminados/porca/ano. Tais medidas têm o objetivo de melhorar a logística no transporte de ração e de animais e na assistência técnica, e assim diminuir os custos para as indústrias. Por outro lado, na perspectiva das agroindústrias, o aumento do plantel nas propriedades deveria resultar num maior empenho do agricultor à atividade e aumentar ou ao menos manter a renda dessas propriedades, que diminuía em função da queda nos preços dos suínos. O aumento do plantel médio por propriedade causa, no entanto, impactos econômicos, sociais e ambientais negativos na região. A concentração da produção e a redução no número de produtores de suínos integrados à agroindústria convergem a renda para poucos estabelecimentos e deslocam da atividade aqueles agricultores que tinham de 3 a 5 matrizes. No final dos anos 80 e início dos anos 90, as agroindústrias buscam substituir o sistema de produção de suínos de “ciclo completo¹⁹” por um sistema mais especializado, o qual, denominado de “parceria”, separa em distintas propriedades as fases de criação de leitão e de engorda. Nesse novo sistema surgem as “unidades produtoras de leitão²⁰” (UPL) e os “terminadores²¹”. Aquelas têm estrutura para alojar no mínimo 50 matrizes enquanto esses têm estrutura para fazer a engorda de pelo menos 300 suínos a cada três meses. A ração é fornecida total ou parcialmente pela agroindústria, desaparecendo a relação que havia entre o tamanho do plantel e a capacidade

¹⁸Uma análise detalhada sobre o processo de seleção e o mecanismo de integração agroindustrial pode ser vista em BELATO (1985).

¹⁹ Trata-se da produção de suínos, em todas as suas fases, em uma única propriedade. Isto é, desde a cobertura da porca, à gestação, à amamentação e à engorda, quando atingem em torno de 90 kg e são levados para o abate.

²⁰ São as propriedade que possuem no mínimo 50 matrizes e produzem os leitões que serão vendidos aos terminadores quando atingem a idade aproximada de 2 meses e peso em torno de 25 kg.

²¹ Propriedades que engordam os leitões com peso a partir de 25 kg até o abate, o que leva em torno de três meses, quando alcançam peso em torno de 90 kg.

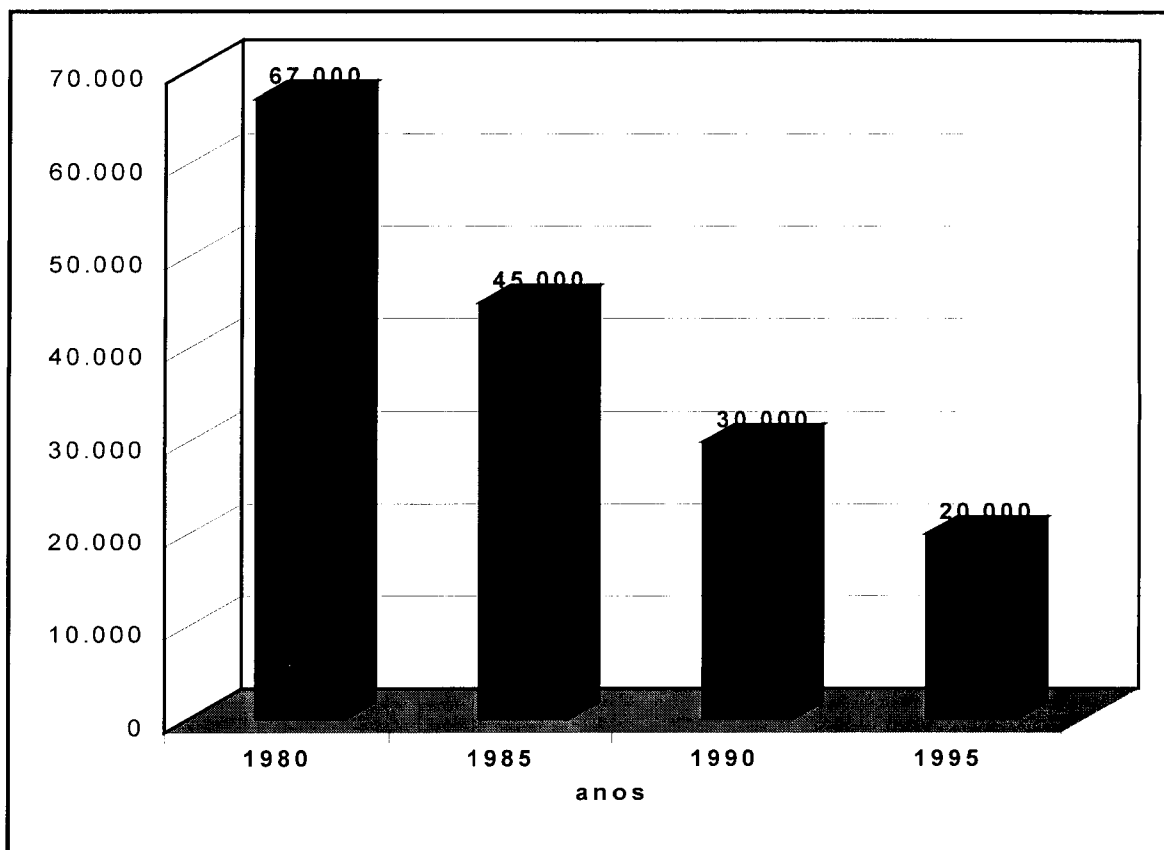
da propriedade em produzir os alimentos necessários para criar esses animais. Há casos em que o produtor sequer possui área com lavoura. Isso traz sérias implicações ambientais, uma vez que as propriedades não possuem capacidade para reciclar todos os dejetos produzidos. A consequência é a poluição da água, do solo e do ar, refletindo-se negativamente na saúde e diminuindo a qualidade de vida da população.

Essa mudança técnica abre caminho para a especialização e o aumento da escala de produção. Nos atuais níveis de consumo de carne de suínos, se toda a produção nacional ocorresse nesse sistema bastaria algo em torno de 36 mil unidades para atender toda a demanda nacional.

Portanto, se políticas públicas ainda sintonizadas com as chamadas “funções da agricultura” das décadas de 60 e 70 continuarem priorizando apenas a produção, desconsiderando questões emergentes como o desemprego, a preservação ambiental, a valorização do espaço rural e o esvaziamento regional, então, no Oeste catarinense, a crise socioeconômica e ambiental que hoje se apresenta pode se agravar.

Essa crise tem como fatores preponderantes, como salientam TESTA *et al.* (1996), a expressiva concentração da suinocultura e a insuficiente geração de oportunidades de trabalho, ocasionando reflexos diretos no êxodo rural e regional. Mantidas as atuais tendências tecnológicas, de mercado e de uso dos recursos naturais, de sistemas de produção agrícola e de políticas de desenvolvimento, indicam os autores, em um espaço de tempo inferior a dez anos poderá ocorrer a exclusão de 250 mil pessoas da produção agrícola comercial, dentre as quais 80 mil economicamente ativas. A figura 3 mostra a evolução do número de suinocultores da região Oeste catarinense entre os anos de 1980 e 1995, observa-se que nesse período houve um decréscimo de 67 mil para 20 mil suinocultores.

Figura 3 - NÚMERO DE SUINOCULTORES NA REGIÃO OESTE ENTRE 1980 E 1995



Fonte: TESTA *et al.* (1996).

Na iminência de ficar fora da produção de suínos, muitos agricultores utilizam diferentes estratégias para escapar a essa ameaça e manter o *status* de agricultor. Para ele, “ficar para trás”²² na evolução da suinocultura significa uma derrota, significa ser visto pelos seus pares como um indolente. Nesta situação, aqueles que SILVESTRO (1995) chamou de “agricultores fortes”, por possuírem propriedades agrícolas com melhor infraestrutura e alguma reserva de capital, investem na suinocultura tentando se adequar à nova situação, ao passo que uma parte dos “agricultores fracos”, desejando manter-se na atividade mas sem recursos próprios, busca empréstimos bancários (tratava-se de crédito de custeio agrícola) ou, o que era mais comum, junto às agroindústrias, através da aquisição de insumos (ração e concentrado) a prazo. Por se tratar de empréstimos de curto prazo, cujo juros da época eram incompatíveis com os rendimentos da atividade, a maioria

²² Utilizando o termo que PAULILO (1987) recupera do discurso dos agricultores do Sul de Santa Catarina.

dos agricultores que fazem esse tipo de financiamento fica em situação ainda pior. Outras famílias, devido à indefinição no processo sucessório, não tomam decisões e ficam em compasso de espera. Outras, sem recursos para aumentar a escala da suinocultura - ou sem o desejo de fazê-lo - mas possuindo sistema de produção diversificado, abandonam a suinocultura e incrementam outras atividades existentes na propriedade. Assim, o meio rural do Oeste catarinense apresenta um cenário multifacetado, onde os agricultores, face às características internas de cada propriedade e às pressões externas a que estavam sujeitos, adotam diferentes estratégias.

Com efeito, o processo de concentração e especialização da produção de suínos no Oeste catarinense não ocorre sem conflitos e paradoxos. Por exemplo, para haver aumentos de escala e produtividade ao nível desejado pelas agroindústrias, o investimento para a implantação ou adequação das instalações se torna relativamente alto, podendo ser assumido por poucos agricultores. Assim, as agroindústrias reivindicam, junto ao BNDES, recursos financeiros para emprestar aos agricultores. Como a tramitação desse projeto não acontecia no ritmo desejado pelas agroindústrias e cooperativas, elas o incorporam a um outro cujo objetivo era o tratamento de dejetos de suínos. Com isso o processo ganha maior agilidade na tramitação e os recursos que se destinavam a solucionar um problema de poluição acabam financiando a especialização e a concentração da produção. Como consequência, deslocam agricultores da produção de suínos; concentram a renda e, paradoxalmente, podem originar ainda mais poluição. Isto ocorre porque a concentração da produção de suínos também concentra a produção de dejetos em poucas propriedades, o que pode agravar a poluição na região, contaminar os mananciais de água e causar a proliferação de moscas e mosquito com consequências negativas à saúde pública.

Além disso, soluções tecnológicas que buscam a correção dos efeitos negativos de um sistema produtivo apenas no final do processo, como as bioesterqueiras que estavam sendo propostas para solucionar o problema de poluição, segundo WILKINSON (1997), pressupõem a manutenção do sistema de produção não sustentável. Estratégias de desenvolvimento desse tipo de tecnologia ou mesmo de regulação podem desempenhar um papel na redução da poluição no curto prazo; no entanto, também podem minar as bases e

incentivos para mudanças técnicas mais radicais, que ataquem o núcleo central do problema²³.

Para as condições européias, BYÉ & FONTES (1994) comentam que as opções técnicas inicialmente adotadas para aumentar a produção e a produtividade agroalimentares defrontam-se hoje com dois obstáculos principais: a queda generalizada dos preços dos produtos agrícolas e as demandas mais exigentes em matéria de qualidade e proteção do ambiente.

Outro conflito é de ordem social e ocorre em nível de comunidade. Os agricultores que adotam o sistema proposto pelas agroindústrias são constrangidos pelos seus pares, principalmente pelos que criam suínos no sistema de ciclo completo. Estes sabem que se alguns agricultores aceitam participar do sistema proposto pelas agroindústrias e cooperativas estão, de certa forma, legitimando e viabilizando tal proposta. Este fato gera, ao menos num primeiro momento, uma certa animosidade na comunidade, deslocando o foco das discussões e criando um clima desfavorável à organização dos agricultores em torno de questões maiores, como por exemplo as relacionadas ao setor agrícola, à região ou à comunidade em si.

Portanto, a concentração e a especialização da suinocultura transformam o modelo técnico e trazem em seu bojo resultados ambientais, sociais e econômicos indesejáveis sob a perspectiva de um desenvolvimento regional sustentável. Por exemplo, a desarticulação da estrutura de produção familiar diversificada, segundo WILKINSON (1996c) causa conseqüências negativas como: a) êxodo rural; b) subutilização de investimentos rurais (escolas, serviços de saúde, eletricidade); c) surgimento de bolsões de pobreza nas áreas urbanas; d) esvaziamento da região. Apesar de tudo isso, GUIVANT (1997) relata que existe na região um consenso tácito que exime as agroindústrias da responsabilidade do controle da poluição e aponta o agricultor como o responsável direto pelo que acontece na sua propriedade. Segundo a autora tal consenso se baseia: a) no temor que elas ao serem pressionadas abandonem a região; b) na legislação ambiental, que focaliza o agricultor como o responsável direto, desconsiderando o modelo produtivo; e finalmente c) a

²³ Esse tipo de tecnologia, também denominado "*End-of-pipe technology*", segundo FORAY & GRUBLER (1996), oferece vantagens para as empresas devido à sua grande adaptabilidade a curto prazo em comparação com um processo mais radical de inovação; estas tecnologias podem ser adicionadas às estruturas existentes e geralmente requerem menor aprendizagem do que um processo maior de inovação. Nesse sentido, elas são uma solução racional para a necessidade de controlar a emissão de poluição de estruturas existentes. No entanto, também podem gerar efeitos contra-inovativos, protelando mudanças radicais de longo prazo.

aceitação – resignada – por parte das comunidades locais da política das agroindústrias de não envolvimento no tocante aos problemas sociais e econômicos de seus integrados.

1.11 A BUSCA DE ALTERNATIVAS

A busca por atividades alternativas que ocupassem na propriedade o lugar deixado pela suinocultura, embora contando com a participação – tímida, é verdade – do setor público estadual, do setor cooperativo e de outros interesses agroindustriais, surge num primeiro momento no próprio interior das unidades familiares de produção. Dentre elas destaca-se a intensificação da produção integrada de fumo, atividade em que os agricultores têm a oportunidade de utilizar o crédito de custeio e investimento viabilizado pelas fumageiras. No entanto, é voz corrente entre uma parcela dos agricultores que passam a produzir fumo, que se trata de uma situação transitória. Seu objetivo é capitalizar-se (aquisição de terra, equipamentos ou instalação) para posteriormente tentar outras atividades. Isso coloca a produção de fumo como uma alternativa importante do ponto de vista econômico e de reprodução ou resistência de algumas propriedades, porém de menor abrangência que a suinocultura; além do que, seu cultivo nos sistemas de produção utilizados atualmente apresenta restrições ambientais e também por parte de alguns agricultores já que requer a utilização intensa de adubos sintéticos e agrotóxicos, além de competir em terra com outras atividades agrícolas.

Uma alternativa de produção comercial, que abrange praticamente todo o universo de agricultores que deixam de produzir suínos, é a produção comercial de leite, vislumbrada como uma oportunidade de utilizar os recursos da propriedade e ocupar a mão-de-obra familiar de forma a pelo menos substituir a renda da suinocultura. A análise do Instituto CEPA/SC para o desempenho da atividade leiteira catarinense para o ano agrícola 1988-89 mostra essa realidade.

O que se nota nos últimos anos é um sensível crescimento na produção do Oeste do Estado, cuja participação na produção estadual aumentou de 39,6% em 1980 para 43,7% em 1987. [...] cuja produção tende a se destacar cada vez mais no cenário estadual (Instituto CEPA/SC, 1989).

Para o ano agrícola 1989/90 a mesma fonte assim avalia a situação:

É importante destacar que é nos municípios que compõem a bacia leiteira do Oeste que se têm verificado as maiores expansões da atividade leiteira. Enquanto nas demais bacias a produção tem apresentado pouco incremento, ou até redução, aquela vem apresentando uma participação cada vez mais expressiva em relação à produção total do Estado (Instituto CEPA/SC, 1990).

Para o ano agrícola 1990/91 a avaliação é a seguinte:

Em termos de bacias leiteiras do Estado, permanece a tendência dos últimos anos, isto é, a produção da bacia do Oeste tende a aumentar a participação no total do Estado. Em 1989 respondeu por 46% da produção estadual. É em boa parte das microrregiões que a compõem que se verifica as produtividades bem maiores que a média estadual, podendo crescer com relativa facilidade (Instituto CEPA/SC, 1991).

Dados do Censo Agropecuário 1995/1996 do IBGE mostram que continua crescendo participação da produção de leite do Oeste em relação ao Estado de Santa Catarina. Assim, para uma produção estadual de 869 milhões de litros de leite os dados do IBGE mostram que o Oeste catarinense produziu 485 milhões, o que corresponde a uma participação de 55,8% na produção do Estado. Uma característica da atividade leiteira na escala de 6 a 10 vacas é seu potencial para se estabelecer na quase totalidade das propriedades da região, transforma-se por isso numa das mais importantes atividades comerciais para uma significativa parcela das propriedades do Oeste. Sendo apenas mais uma das atividades que compõem o sistema diversificado de produção, consegue se adaptar perfeitamente às condições agroecológicas das propriedades. Pelas suas características permite uma melhor utilização da mão-de-obra e é uma alternativa para fazer sucessão de cultivo com culturas anuais ou a utilização das áreas declivosas, impróprias às culturas anuais. Ao utilizar melhor a pequena área disponível possibilita o desenvolvimento de um sistema de produção mais rentável do ponto de vista econômico e mais sustentável do ponto de vista da utilização dos recursos naturais. Deve-se salientar, por fim, que a conversão do leite de uma atividade voltada à subsistência para uma atividade comercial talvez seja a última alternativa que emerge do interior da unidade familiar de produção do Oeste com tamanho poder de abarcar tão grande número de agricultores.

1.12 PRODUÇÃO DE LEITE COMO ALTERNATIVA À CRISE

No Oeste catarinense a transformação da produção de leite de atividade de subsistência para comercial pode ser verificada na tabela 3 observando-se o significativo incremento na produção do Oeste quando comparada com outras regiões do Estado e, principalmente, o incremento da parte da produção absorvida pela indústria. Chama a atenção o expressivo aumento da produção de leite no Oeste na primeira metade da década de 90. Isso é reflexo do aumento horizontal da produção proporcionado pela grande adesão dos agricultores à produção comercial de leite com o objetivo de substituir a lacuna deixada pela suinocultura. No mesmo período, na região do Planalto a produção se manteve praticamente inalterada, enquanto no Litoral, tradicional região produtora de leite, o volume produzido diminuía. Já no Oeste o incremento da produção na primeira metade da década de 90 foi de 67%, ou seja, quase 11% ao ano. Também merece destaque a quantidade de leite comercializada, alcançando em 1996 a marca de 71,7% do leite produzido, o que significa que se trata de uma produção eminentemente comercial.

Tabela 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO TOTAL DE LEITE E PRODUÇÃO ABSORVIDA PELA INDÚSTRIA POR REGIÃO DE SANTA CATARINA

Anos	Produção do Litoral			Produção do Planalto			Produção do Oeste		
	Total	Absorvida pela Indústria		Total	Absorvida pela Indústria		Total	Absorvida pela Indústria	
	Milhões Litros	Milhões De litros	em %	Milhões de litros	milhões de litros	Em %	milhões de litros	Milhões de litros	Em %
1975	203,9	64,2	31,4	48,1	7,0	14,6	157,7	6,7	4,2
1980	254,5	56,9	22,3	68,2	10,6	15,5	211,3	16,1	7,6
1985	260,0	61,3	23,5	74,6	10,9	14,6	269,0	59,5	22,1
1990	305,9	73,4	24,0	88,9	22,9	25,7	289,5	133,0	45,9
1992	319,0	72,0	22,6	94,9	27,7	29,2	311,0	179,7	57,8
1996 ²⁴	286,6	151,8	52,9	97,7	57,2	58,5	485,2	348,1	71,7

Fonte: OLIVEIRA, (1994); IBGE (1998).

Adaptado pelo autor.

²⁴ Trata-se dos dados do Censo Agropecuário 1995/1996. Neste caso não se refere somente à produção absorvida pela indústria, como apresentado nos dados anteriores, mas sim a toda a produção comercializada.

Enquanto a atividade leiteira tinha característica de subsistência havia uma divisão bem marcante no trabalho familiar. Isto, é, a produção de leite na propriedade era de responsabilidade da mulher. Em geral cabia a ela e às filhas a tarefa de ordenhar e manejar os animais. Aos homens geralmente cabiam as tarefas mais pesadas, como lavrar o terreno para o plantio de pastagens, retirar o esterco do estábulo e a colheita de forragens. Com o incremento da comercialização do leite e o aumento da sua importância na composição da renda familiar, a tarefa da ordenha também passa a ser dos homens da família. Antes de se transformar num produto com venda freqüente, a renda obtida, principalmente da venda de produtos transformados em queijo, manteiga, nata ou outros derivados, era utilizada para adquirir os bens não produzidos na propriedade (como sal, café, roupas, tecidos, medicamentos) e normalmente para pagar a conta mensal de energia elétrica, motivo por que a chamavam de “renda da cozinha”, que em geral também cabia à mulher administrar.

A conversão da produção de suínos para a produção leiteira é facilitada, em primeiro lugar, em virtude da existência da produção de leite para o consumo da família. Em segundo lugar, pelo fato de já existir a infra-estrutura de produção - pelo menos a mínima - e a atividade praticamente não necessitar de insumos externos. Com isso, os custos da entrada comercial na atividade são baixos, representados basicamente pela retenção das fêmeas existentes no plantel da propriedade, ou pela aquisição na vizinhança. Trata-se de uma típica diversificação comercial sem investimento ou “diversificação tradicional”, como denominou LOVISOLO (1989).

Na tabela 4 verifica-se o incremento no número de vacas ordenhadas, o volume de leite produzido e vendido e o percentual de leite comercializado entre os anos de 1985 e 1995. Como pode se observar, o leite passa a ter maior importância comercial, passando de 54% para 72% a participação das vendas de leite sobre a produção.

Tabela 4 – VACAS ORDENHADAS E QUANTIDADE DE LEITE PRODUZIDA E VENDIDA NO OESTE CATARINENSE ENTRE 1985 E 1995

ANO	VACAS ORDENHADAS		QUANTIDADE		
	Número	Litros/vaca	Produzida (mil L)	Vendida (mil L)	Variação (%)
1985	184.466	1.458	269.058	146.294	54
1995	259.481	1.869	485.151	348.060	72
Variação (%)	40,7	28	80,3	137,9	--

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1985 e 1995/1996.

Desde os primeiros momentos da expansão da produção leiteira até o final dos anos 80, ela ocorre praticamente às margens de qualquer apoio oficial ou privado. É impulsionada apenas pela oportunidade de comercializar o produto, proporcionada pelos laticínios que passam a se instalar na região e principalmente pelo desejo dos agricultores em encontrar alternativas para viabilizar a propriedade. Embora não dispondo de dados oficiais, arriscamos dizer que a participação do crédito rural foi inexpressiva para o desenvolvimento da atividade leiteira pelo menos no primeiro momento, assim como foi mínima a pesquisa estadual nesse sentido. Quanto ao Serviço de Extensão Rural, em meados dos anos 80, mesmo que de forma incipiente, em alguns municípios da região desenvolviam-se alguns trabalhos técnicos na área de produção de leite que se intensificaram depois que ele perdeu para as agroindústrias a hegemonia na assistência técnica da suinocultura.

Portanto, mesmo que o surgimento e consolidação da atividade leiteira no Oeste apresente alguns elementos semelhantes à trajetória da suinocultura, existe pelo menos uma diferença fundamental, o momento em que cada uma das trajetórias acontece e que pode determinar rumos diferentes para a atividade leiteira. Guarda, pois, a produção comercial de leite na sua fase inicial certa semelhança com o início da produção comercial de suínos na região, com exceção da época. É essa diferença de época – que não está sendo considerada nas análises – que exige que as políticas e ações voltadas para a atividade e o desenvolvimento da região sejam diferentes das adotadas no desenvolvimento da suinocultura.

1.13 O LEITE NO OESTE CATARINENSE NOS ANOS 90

No início dos anos 90, o interesse dos agricultores se combina com o objetivo de algumas prefeituras e principalmente das cooperativas de fomentar a produção leiteira na região. De outras regiões são trazidas vacas ou novilhas especializadas na produção de leite para serem comercializadas com os agricultores. Essa comercialização foi facilitada porque se dava no quadro das primeiras discussões sobre a abertura de mercado, em especial o MERCOSUL. A análise dominante era de que o leite produzido no Brasil, em especial no Sul, seria um “produto sensível” e, para fazer frente à concorrência das produções argentina e uruguaia, necessitava-se aumentar a produtividade por vaca, o que passava,

necessariamente, pela introdução de novas raças²⁵. Essa discussão causa uma espécie de pânico nos agricultores, inclusive porque a trajetória tecnológica e a especialização da suinocultura era utilizada como exemplo. A especialização da atividade leiteira, segundo essa análise, é a única forma de fazer frente a essas ameaças. A respeito disso um representante da indústria de laticínios ligado às cooperativas assim se manifestou:

Não podemos ter uma produção de leite baseada em produtores que estão com dificuldade. Que têm dificuldade para acompanhar. Então qual é o sistema de produção ideal? Hoje o ideal é ter um sistema de produção onde você tenha alguma coisa em torno de 500 litros/dia para cima. Claro que não é só esse o sistema ideal, mas você tem que pensar que não está mais competindo só com a produção de Santa Catarina, está competindo com a produção mais regionalizada, e logo será globalizada ou pelo menos em nível de Mercosul. Então você tem que estar preparado para isso (Entrevista 4, abril de 1998).

Face à baixa disponibilidade de terra da maioria das propriedades do Oeste, as poucas que pudessem adotar o sistema de produção “ideal” a que se refere o entrevistado precisariam se especializar na atividade. Porém, mesmo que desejassem produzir conforme o sistema de produção “ideal”, isso não estaria ao alcance de todos, pois a área restringiria o acesso a esse sistema àqueles estabelecimentos com menos de 10 hectares, e, conforme a tabela 2, eles representam 33,57% na região. Além do que, a especialização pressupõe o emprego de uma tecnologia que requer alguns investimentos, o que também impediria o acesso a esse sistema a muitos estabelecimentos com mais de 10 hectares. Por isso o sistema “ideal” preconizado somente estaria ao alcance daquelas propriedades mais bem estruturadas e em condições de arcar com os custos de investimento.

Como salienta DENARDI (1994), nos últimos anos vêm sendo implementados na região Sul alguns programas que visam transformar a pecuária leiteira, com a justificativa de enfrentar a concorrência advinda do Mercosul. Esses programas apresentam em sua maioria dois tipos de deficiência: (1) estão centrados no melhoramento genético do rebanho, o que os torna mais dispendiosos e menos eficientes; (2) são dirigidos a produtores já bem estruturados, que têm condições de arcar com compromissos financeiros

²⁵ Em entrevista concedida à revista Balde Branco, o Ministro da Agricultura da época dizia: “Não podemos continuar produzindo leite a partir de um rebanho misto; é preciso ter rebanhos especializados. (...) Os pequenos produtores vão ter que incorporar as novas tecnologias de produção. Do contrário, eles vão ter que trocar de atividade. Trata-se de uma realidade pois o Mercosul é irreversível. Cada produtor deve planejar o que fazer com o rebanho que possui na propriedade, pois mudar um patrimônio genético não acontece do dia para a noite” (Revista Balde Branco, ago. 1992, p.10).

relativamente elevados, contribuindo para a marginalização da maioria dos pequenos agricultores, cujas deficiências estruturais são sabidamente acentuadas. Em Santa Catarina no final do ano de 1991 a Secretaria da Agricultura lança o “Programa de Incremento da Pecuária Leiteira 1991/95”, cuja meta era disponibilizar recursos para financiamento de investimento na atividade leiteira em 6.000 propriedades. A finalidade do financiamento era a construção civil, aquisição de máquinas e equipamentos e a introdução de matrizes, sendo que estas deveriam ser animais registrados. Conforme SANTA CATARINA (1992), os requisitos exigidos para o agricultor participar do programa são:

- a) Ser produtor de leite.
- b) Estar localizado em linhas de coleta de leite.
- c) Participar de curso de profissionalização da EPAGRI durante a vigência do Programa.
- d) Ter condições concretas de comercialização do leite ou derivados²⁶.
- e) Ter condições de receber financiamento junto ao BADESC.

Com estas restrições discriminatórias o referido programa teve uma pequena abrangência, tendo se restringido a atender apenas aqueles agricultores mais bem estruturados e principalmente ao financiamento de matrizes e por serem originárias de outras regiões não se adaptam facilmente as condições de ambientais e aos sistemas de produção de leite existente no Oeste catarinense.

O INSTITUTO CEPA/SC (1990) prevê que os produtores de leite serão pressionados pelo mercado a elevar a competitividade via redução de custos, o que coloca a “melhoria da eficiência técnica” como imperativo. A mesma fonte complementa que essas mudanças certamente trarão a elevação da escala mínima de produção e uma possível expansão da atividade leiteira da região para dentro daquelas propriedades agrícolas mais bem estruturadas e que atualmente possuem os sistemas de produção milhoXsuínos e/ou aves.

Em vista do exposto neste capítulo, deduz-se que a previsão feita pelo Instituto CEPA/SC não pode ser considerada com uma tendência inelutável. As características peculiares da produção, transformação e comercialização do leite, dependendo das políticas institucionais, poderão se constituir em uma alternativa para a manutenção das

²⁶ Esta exigência também é estabelecida nas normas do programa d agropecuária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse banco foi a fonte de origem de parte dos recursos para implantação do Programa de Incremento da Pecuária Leiteira, e que foram repassados pelo BADESC. Entre os critérios gerais de apoio a pecuária leiteira, do BNDES, uma das restrições observadas na página 18 é a seguinte: “não serão apoiados os empreendimentos de produtores de menor porte que não estejam integrados a empresas agroindustriais ou cooperativas, que garantam o acesso destes empreendedores ao mercado”.

peças no meio rural em condições satisfatórias de emprego e de renda, como produtores de leite e/ou elaboradores de derivados e/ou vendedores e/ou transportadores. Enfim, abrem-se possibilidades em toda a cadeia produtiva e nas outras atividades que se formam ao redor. Conseqüentemente, ao gerar emprego, distribuir melhor a renda, preservar o ambiente e o espaço rural, o leite pode assumir o papel de produto-âncora para a agricultura familiar em transição para um novo perfil de produção.

CAPÍTULO II

2. TENDÊNCIAS PARA A PRODUÇÃO DE LEITE NO OESTE CATARINENSE

2.1 O LEITE NO BRASIL E SUAS TENDÊNCIAS

As inovações tecnológicas, a desregulamentação da atividade leiteira, o aumento da concorrência devido ao ingresso de produtos importados, contribuem para transformar o mercado de produtos lácteos no Brasil, em especial do leite fluido. Esse mercado que anteriormente apresentava uma abrangência mais regionalizada passa, cada vez mais, a sofrer influências do mercado nacional e internacional. Observa-se, então, um aumento na segmentação do mercado consumidor, a expansão de multinacionais e grandes grupos, a crise do cooperativismo leiteiro e outras mudanças que expõem um novo panorama e mexem com o equilíbrio dinâmico que antes havia no setor. Por exemplo, o mercado de leite fluido, principalmente após o advento do leite esterilizado, também conhecido como leite longa vida, é um dos mercados que nos anos 90 tem passado por consideráveis mudanças. Essas transformações tecnológicas e institucionais acabam gerando conflitos que se refletem na constituição e fortalecimento de grupos de interesses para fazer frente às ameaças.

A produção e transformação de leite em Santa Catarina de uma forma geral, e a produção familiar do Oeste catarinense em particular, acabam sendo influenciadas pelo resultado das estratégias e ações desenvolvidas pelos grupos de interesse em nível nacional. Por esse motivo, resgataremos algumas delas, num esforço analítico para fazer emergir as conseqüências futuras dessas ações na produção familiar de leite no Oeste, limitando-nos aos anos 90, já que foi nessa época que elas passaram a ser mais intensas.

Entre abril de 1945 a novembro de 1991 a produção leiteira no Brasil esteve sob rígido controle de preços. O governo federal determinava o preços dos produtos, em especial o leite fluido, desde o produtor até o consumidor. A partir de meados dos anos 70, o segmento produtivo vinculado à produção de leite tipo A e B consegue uma flexibilização nos preços, o que lhe possibilita a tecnificação da atividade. O mercado de leite tipo A e B praticamente se restringia a São Paulo, com uma menor participação no

Rio de Janeiro e Minas Gerais e inexpressiva em outros Estados. Portanto, os tipos de leite A e B ocupavam o mercado de maior potencial de consumo no Brasil, quer pela concentração da população, quer pela maior renda per capita. O grande potencial de consumo dessa região se reflete no preço pago aos agricultores, sabidamente os mais bem remunerados no país. As condições de mercado regionalizado e o fato de não sofrer competição de leite fluido importado faziam com que o crescimento vegetativo da população e o aumento da sua capacidade de compra atendessem, pelo menos de forma razoável, o crescimento da produção especializada de leite. Esse ambiente favorável possibilitou que se desenvolvessem modelos técnicos baseados no uso intensivo de insumos e mão-de-obra contratada. Embora apresentasse produtividade superior à média brasileira, seus custos de produção em geral são maiores que da produção não tecnificada²⁷. Por isso, a viabilização desse sistema se dava devido à existência de um mercado cativo, formado principalmente por um grande número de pessoas com renda suficiente para pagar por um produto de maior valor.

A liberação do controle de preços do leite, a maior abertura ao mercado externo, o crescimento do mercado do leite esterilizado e a expansão da produção de leite para o estado de Goiás e para dentro da agricultura familiar do Noroeste gaúcho, Oeste catarinense e Sudoeste paranaense modificam o cenário de relativa tranquilidade até então vivido pela produção especializada de leite. A estratégia agressiva de aquisição de laticínios, o advento do leite esterilizado, a forte estratégia publicitária das grandes empresas buscando associar sua marca à qualidade do leite esterilizado e a abertura de novas bacias leiteiras com custos de produção inferior à produção especializada ameaçam sua soberania. Sentindo-se numa situação desfavorável quanto à sua competitividade em relação a preço, a produção especializada de leite faz pressões políticas com o intuito de obter e manter vantagens competitivas via implantação de medidas regulatórias e protecionistas que favoreçam modelos técnicos específicos. Isso é o que observaremos a seguir.

²⁷ MARCONDES (1990) comenta que com a liberação temporária dos preços em julho de 1990 verifica-se uma diferenciação no preço do leite de acordo com a região. Cita que em São Paulo o preço do leite ao consumidor é 20% superior ao verificado em Santa Catarina e 11% em relação ao Paraná, o que confirma um fato conhecido há muito tempo: os custos de produção apresentam grandes variações entre as regiões. O próprio comportamento da produção indicava isso: enquanto em alguns Estados a produção estabilizava ou até decrescia, em Santa Catarina na década de 80 houve um crescimento de 150%.

2.1.1 O leite esterilizado

A disseminação da produção e comercialização do leite esterilizado no mercado brasileiro provocou uma revolução quer pelo processo tecnológico em si assim como pela introdução de nova embalagem. O maior custo da sua embalagem é compensado pelos menores custos na distribuição e armazenamento e pelo maior tempo de preservação. A inovação tecnológica proporcionada pelo leite esterilizado, que permite o armazenamento do leite fluido por um período de até seis meses, muda a lógica da atividade. Em primeiro lugar o mercado de leite fluido, que antes se restringia ao âmbito regional, se amplia e permite às empresas buscar leite em locais distantes dos maiores centros consumidores a custos favoráveis. Em segundo lugar, esse tipo de leite ganhou a preferência do consumidor brasileiro devido à sua conveniência. Ou seja, as menores exigências quanto ao armazenamento e maior durabilidade permitem ao consumidor a aquisição de maiores volumes, evitando a necessidade das compras diárias. Foi durante o período inflacionário que o consumo de leite esterilizado teve um impulso inicial porque ao permitir a compra em grandes quantidades a preços favoráveis protegia o salário dos consumidores da corrosão inflacionária. Também o setor de distribuição atacadista ganhou maior flexibilidade nas suas operações de compra e venda, estimulando as promoções²⁸. Isso faz com que a comercialização do leite fluido se desloque gradativamente das padarias e pequenos mercados para os grandes supermercados. Estes, por sua vez, utilizam a venda do leite esterilizado com pequenas margens de lucro como estratégia para atrair clientes. Em resumo, todas essas conveniências colocam em xeque a hegemonia dos sistemas especializados na produção de leite, os quais, localizando-se próximos aos maiores centros consumidores de leite fluido, podiam até então se dar ao luxo de produzir com maiores custos.

A disseminação da tecnologia do leite esterilizado também contribuiu para valorizar sistemas que apresentavam maiores sazonalidades na produção, o que acaba gerando conflitos em vários segmentos do setor, disparando ações de proteção que vêm a alcançar a produção de leite originada da agricultura familiar diversificada do Oeste.

Atualmente existe uma acirrada disputa pelo mercado do leite fluido. Por um lado, essa disputa é protagonizada pelos laticínios produtores de leite pasteurizado e de leite

²⁸ BORTOLETO, E. E., "Cadeia Agroindustrial do Leite no Estado de São Paulo: Tendências e Demandas, In: *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 1996, v. I, p.716-736.

esterilizado, a ponto de ocupar importante espaço nos meios de comunicação de massa²⁹. Por outro lado, há uma disputa velada entre as empresas que produzem o leite esterilizado, cada um das quais tentando a liderança de um mercado que aparenta ser altamente promissor. Além de concorrer com o leite tipo C, o leite esterilizado, como afirma FARINA (1997:44), também disputa o mesmo mercado do leite B, tendo-lhe roubado parcela significativa de consumidores. Por enquanto, como pode ser observado na tabela 5, a disputa pelo mercado consumidor está sendo vencida pelo leite esterilizado, o que não significa se tratar de uma situação definitiva, uma vez que suas qualidades nutricionais e uma possível existência de resíduos tóxicos originados da embalagem já estão sendo questionadas. Essa vitória parcial do leite esterilizado amplia o mercado do leite fluido, que até então apresentava uma abrangência apenas regional.

As empresas produtoras buscam diferenciar o segmento do leite esterilizado e ganhar a fidelidade do consumidor adicionando vitaminas e minerais ou outro componente que ele possa valorizar. Na tentativa de obter sua preferência, o preço final é fundamental, a ponto de as empresas se acusarem mutuamente de estarem fazendo *dumping* comercial.

A partir de 1992, conforme dados apresentados na tabela 5, o leite esterilizado no Brasil apresenta um crescimento na sua participação no mercado conquistando o espaço ocupado pelo leite tipo C. Essa situação provoca no setor especializado estabelecimento de ações que visam manter sua hegemonia e voz ativa na definição das políticas para o setor. Um dos frutos dessa ação foi a transformação da Associação Brasileira dos Produtores de Leite B para Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Leite Brasil). Enquanto aquela congregava apenas os produtores de leite B, cuja abrangência restringia-se aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, esta pretende representar todos os produtores especializados de leite do Brasil, buscando aliados e poder de pressão³⁰.

²⁹ MEIRELES, A. J. O lobby monstruoso do leite esterilizado. **Folha de S. Paulo**. 07/09/95, p. 2-2.

CAMPOS, R. M. A Guerra do leite. **Folha de S. Paulo**. 27/09/95, p. 3-2.

PEREIRA, B. V. esterilizado, eterna crise. **Folha de S. Paulo**. 02/10/95, p. 2-2.

RUBEZ, J. Um órfão no mercado. **Folha de S. Paulo**. 29/05/96, p. 6-4.

³⁰ Em 1996 a produção de leite do tipo B foi reduzida em 3,62% em relação ao ano anterior, passando de 794,9 milhões de litros em 1995 para 766,1 em 1996. Os números da Associação dos Produtores de Leite B indicam que de 1992 até 1996 houve uma diminuição de 30% no número de produtores de leite tipo B, que eram 6.185 em 1992 e 4.100 no início de 1997. O presidente da Associação dos Produtores de Leite B reconhece que alguns produtores deixaram a atividade devido aos altos custos e à baixa competitividade frente a países dos quais o Brasil importa (FOLHA DE S. PAULO, 22/07/97, p. 5-4).

Tabela 5 – VENDA DE LEITE FLUIDO NO BRASIL

ANO	VENDA TOTAL (milhões de litros)	PARTIPAÇÃO PERCENTUAL NAS VENDAS			
		Leite esterilizado	Tipo A	Tipo B	Tipo C
1984	3.158	3.30	0.13	8.71	87.86
1985	3.484	3.65	0.17	7.43	88.75
1986	3.986	3.19	0.30	11.64	84.87
1987	4.392	3.01	0.46	9.95	86.52
1988	4.074	3.73	0.66	8.03	87.58
1989	4.115	4.25	0.73	9.38	85.64
1990	4.214	4.37	0.66	9.23	86.73
1991	3.928	5.19	0.87	11.33	82.61
1992	3.659	9.32	0.98	9.78	79.91
1993	3.112	12.4	1.54	13.91	72.14
1994	3.500	21.69	1.37	11.09	65.86
1995	3.997	26.27	1.38	11.51	60.85
1996	4.453	38.18	1.00	9.10	51.72

Fonte: Anualpec (1997); Anuário Milkbuzz (1997)

Elaboração: do autor

A busca da liderança do mercado de leite esterilizado produz uma disputa pelo controle das bacias leiteiras. Para liderar o mercado, além da preferência do consumidor, torna-se estratégico manter o controle da obtenção da matéria-prima. Isso faz com que as grandes companhias adotem diversas estratégias para se instalarem nas bacias leiteiras. A forma mais rápida para alcançarem esse objetivo é a aquisição de pequenos e médios laticínios que tradicionalmente dominaram a produção e o mercado local. Dentre essas empresas destaca-se a Parmalat, que adquiriu 30 empresas desde 1989 até 1996. No sul do Brasil ela chegou em 1993, quando adquiriu a empresa Lacesa no Rio Grande do Sul. Uma das estratégias utilizadas pela Parmalat para se fazer presente na região Sul foi consolidar parcerias com as cooperativas que não participavam do sistema CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) e estavam interessadas em iniciar atividades no leite, como foi o caso da Cotrel de Erechim – RS (LUCCAS, 1996). Até o final de 1997, além do Rio Grande do Sul a Parmalat possuía posto de resfriamento no município de Capinzal, no Meio-Oeste catarinense, e em Pato Branco e São João, no Sudoeste do Paraná. Essa estratégia tem dado à Parmalat a liderança do mercado de leite esterilizado.

Na tabela 6 podemos verificar que em 1996 a Parmalat ultrapassa a Leite Paulista em termos de captação de leite. Esses números confirmam que a estratégia da Parmalat é se fazer presente na maioria das bacias leiteiras do país visando o acesso privilegiado à matéria-prima. Nisso tem se mostrado eficaz, já que no curto período em que está presente

no Brasil ela conseguiu ultrapassar, tanto em volume como em número de fornecedores de leite, tradicionais empresas instaladas há longo tempo no país.

Tabela 6 – MAIORES LATICÍNIOS DO BRASIL EM VOLUME DE LEITE RECEBIDO EM 1996

NOME	Recepção de leite (milhões de Litro)	Produtores	Litros/dia/produtor
Nestlé	1.432	39.200	100
Parmalat	1.068	35.846	82
Paulista	1.059	25.404	114
Itambé	740	20.155	101
Elegê	670	43.960	42
Grupo Vigor	302	8.391	99
Fleischmann Royal	280	9.500	81
Danone	173	2.006	236
CCPL	171	12.231	38
Batavo/Agromilk	165	10.700	42
Total	6.060	207.393	80
Total Brasil	11.366		

Fonte: Leite Brasil apud Revista Batavo n° 72, p. 27, out. 1997.

Elaboração: o autor

A estratégia adotada pelas grandes empresas para se instalarem nas bacias leiteiras e terem em seu poder o fornecimento de leite acaba se refletindo no Oeste catarinense. No final de 1995 a Fleischmann & Royal (Nabisco) adquire a Gunz Alimentos, tradicional empresa de produção láctea do Vale do Itajaí e que tinha se instalado havia pouco tempo no Oeste Catarinense. Atualmente a Fleischmann & Royal possui duas unidades na região, uma localizada no município de Tunápolis e outra em Xanxerê. A Parmalat chega ao Oeste em 1998, através de uma associação com as cooperativas. Portanto, até o momento lá existem em operação duas grandes empresas de nível internacional, o que cria um ambiente de competição. A princípio, a presença dessas duas empresas é positiva, pois como elas têm um poder de penetração em praticamente todo o mercado nacional, contribuem para escoar a produção para além dos limites territoriais catarinenses. Por outro lado, as ações que elas desenvolverem podem ter o poder de influenciar nos destinos da atividade na região. Em nossa pesquisa tentamos entender um pouco como os outros atores se comportariam frente às iniciativas desenvolvidas por essas duas empresas líderes. Os poucos representantes das entidades que se manifestaram sobre o tema entendem que devem evitar qualquer confronto, tentando uma convivência pacífica. Alguns até

admitem fazer algum tipo de parceria com essas empresas desde que resulte em benefício para a entidade que eles representam. Ao passo que outros, até mesmo ligados àqueles que dizem que podem fazer parceria, se mostraram preocupados com a possibilidade de haver um oligopólio. Ficou claro que as entidades pesquisadas não tinham uma posição definida sobre a questão. Tratava-se mais da opinião pessoal do entrevistado.

2.1.2 A atividade leiteira: da crise nacional até Santa Catarina

A abertura comercial adotada no Brasil a partir dos anos 90 reduziu significativamente as barreiras tarifárias e não-tarifárias nas importações. Em relação às tarifas, a pauta dos produtos lácteos em 1995 variava de 12% a 16% para os produtos provenientes de países diferentes do Mercosul, que a partir de 1995 tem alíquota de importação zero. Com isso a indústria brasileira acusava as indústrias dos outros países do Mercosul de importar produtos lácteos com subsídio da Europa e revender ao Brasil sem qualquer tarifa. Esse estratagema foi denominado de triangulação. Também era denunciado que os exportadores do Mercosul vendiam produtos lácteos para o Brasil, especialmente o leite esterilizado, com prazo para pagamento superior a um ano e taxas de juros anuais inferiores a 8%. Essa estratégia comercial resultava no aviltamento do preço dos produtos lácteos no Brasil, diminuindo a remuneração do produtor e da indústria. Associada a isso, a defasagem na taxa de câmbio aumentava a competitividade dos produtos importados. Esse debate ocupou as páginas dos principais jornais do país desde 1995 e mobilizou as entidades que exigiam do governo a implementação de medidas para corrigir as distorções, sendo sugeridas: a) redução do prazo de financiamento das importações de produtos lácteos para período máximo de 30 dias; b) criação de um preço de pauta para evitar o subfaturamento das importações; c) elevação da tarifa externa comum (TEC) de 16% para 20%.

Os agricultores de produção diversificada de Santa Catarina têm maior capacidade para resistir a situações de baixos preços do que os produtores especializados de leite. Contudo, dada a gravidade da situação, o debate também chega ao Estado. No final de 1997, a Câmara Setorial do Leite, que congrega representantes de todos os atores envolvidos com a atividade, elabora um documento e o enviam às autoridades demonstrando a sua preocupação com a crise do setor lácteo brasileiro e catarinense, que – o documento explicita – está relacionada com as crescentes importações brasileiras de

produtos lácteos e demonstra as conseqüências econômicas e sociais caso se mantenha essa política, sugerindo por fim algumas providências.

Com a abertura proporcionada pela presença constante nos meios de comunicação da crise na atividade leiteira, o Sindicato das Indústrias de Laticínios Catarinense tenta sensibilizar o governo estadual para a sua causa. Apresenta em outubro de 1997 um estudo à Secretaria da Fazenda do Estado com o objetivo de viabilizar a concessão de incentivos fiscais para as indústrias do setor. Utiliza como argumentos tratamento igual ao que os laticínios recebem nos Estados vizinhos, garantia de empregos, a permanência das famílias rurais no campo e a manutenção da capacidade contributiva das empresas. Solicita a redução da alíquota do ICMS do queijo prato e mussarela de 17% para 7% e a isenção da alíquota para o leite esterilizado.

A crise da atividade leiteira no Brasil, motivada pelas importações subsidiadas na origem e de um comércio desleal, prejudicou os agricultores familiares do Oeste, especialmente aqueles com pior estrutura, que chegaram a receber R\$ 0,09 por litro de leite no final do ano de 1997. Portanto, o movimento a princípio poderia favorecer esses agricultores. Trata-se, contudo, de um emaranhado de relações cuja dinâmica gera multivariados cenários. Por exemplo, outros segmentos da atividade acabam seguindo o rastro dessa discussão e buscam constituir arranjos institucionais capazes de favorecê-los. É sobre o desenrolar desse debate, os rumos que ele vai tomando e as conseqüências para a produção familiar diversificada que trataremos a seguir.

2.1.3 A polêmica chega à Câmara dos Deputados

Os estudiosos do assunto apontam que a crise que atravessa a atividade leiteira no Brasil desde 1995 deve-se ao aumento das importações de leite e derivados após a implantação do Plano Real. A polêmica ganha a esfera do Legislativo federal, especificamente no âmbito da Comissão de Agricultura e Política Rural.

Em agosto de 1997 a Confederação Nacional da Agricultura encaminha ofício ao Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura denunciando alguns importadores de leite em pó que não estavam respeitando a legislação sanitária brasileira. A Câmara dos Deputados propõe, então, que a Comissão de Agricultura e Política Rural fiscalize o Ministério da Agricultura e Abastecimento quanto ao cumprimento da legislação relativa à inspeção sanitária do leite e seus derivados importados. A denúncia e a

discussão gerada acabam levando a Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados a realizar um diagnóstico da situação presente e as perspectivas futuras do sistema agroindustrial do leite.

O relatório final, intitulado “*Um projeto para o leite*”³¹, foi aprovado em maio de 1998. A partir de agora denominaremos esse documento simplesmente por “Relatório” e faremos sua análise numa tentativa de entender seus objetivos implícitos e as implicações subjacentes para a produção de leite na agricultura familiar diversificada do Oeste catarinense.

O Relatório teve por primeiro objetivo fundamentar diretrizes e propostas de políticas para modernização da atividade láctea. Por segundo, identificar deficiências do aparelho administrativo e fiscalizador dos órgãos encarregados da vigilância sanitária. Por último, examinar as possibilidades de alterações na legislação para dotar o Poder Executivo de meios mais eficientes de corrigir distorções do comércio externo e do mercado de leite e derivados.

Uma análise do documento mostra que os objetivos foram muito além da proposta inicial, que previa a fiscalização do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Mesmo admitindo-se que o trabalho não poderia se restringir a questões tópicas, fica a impressão que no meio do caminho incorporaram-se objetivos alheios aos que deram origem ao trabalho e que passaram a ser o foco principal da discussão.

O Relatório inicia o diagnóstico afirmando que o sistema agroindustrial do leite no Brasil é fértil em paradoxo:

Convivendo com uma indústria que se equipara às mais modernas do mundo, o segmento rural continua tecnológica e gerencialmente rudimentar, apenas pontilhado por “ilhas de modernidade” e por um número um pouco maior de produtores mais arrojados que lutam para fazer a difícil transição do tradicional para o moderno. O rebanho leiteiro brasileiro, de baixa qualidade genética, encontra-se disperso por cerca de mais de um milhão de pequenos estabelecimentos, cada um produzindo um volume irrisório, com métodos de produção arcaicos, baixa produtividade, e qualidade tão ruim que alguns consideram ser um problema de saúde pública (CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, 1998:3).

³¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL **Um projeto para o leite**. Relatório final da proposta de fiscalização e controle n.º 84/97. Moacir Micheletto (relator). 20 de maio de 1998.

Essa citação traduz aproximadamente qual a tônica do documento, isto é, uma dualização entre tradicional e moderno, sendo este em geral representado pelo produtor especializado que seria o sistema ideal a se perseguir e aquele representado por um grande número de pequenas propriedades consideradas atrasadas que precisam ser substituídas.

No Relatório a “qualidade do leite”, na perspectiva industrial, foi um assunto recorrente:

A gravidade da situação impõe urgência às medidas. Porém o mais importante é que o governo sinalize, e logo, o que deseja para o leite. É o mínimo que pode oferecer ao mercado. As opções compreendem a escolha entre ser importador ou exportador de leite e entre proteger o produtor ou o consumidor. [...] No segundo caso, a opção é entre a defesa dos interesses dos consumidores, que desejam produtos de padrão de qualidade internacional a preços também internacionais, ou a manutenção dos meios de subsistência de centenas de milhares de pequenos produtores, com seu leite de qualidade inferior e oferta inconstante. Cerca de 20% do leite produzido no País e quase 2/3 dos produtores encontram-se nessa situação. O dilema é, portanto, extremamente difícil e qualquer que for a escolha, haverá conseqüências das quais o governo não poderá fugir. A opção, por exemplo, pelo aumento da eficiência do sistema produtivo incorrerá perda de equidade distributiva e desocupação em massa de pequenos produtores. Programas arrojados de reconversão e de realocação de mão-de-obra terão, então, de ser contemplados (CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, 1998:6).

Ao colocar que o governo deve fazer uma escolha entre as exigências de qualidade do consumidor e a manutenção de centenas de milhares de pequenos produtores, o Relatório parte do princípio que eles são incapazes de produzir leite com qualidade e a custos em níveis internacionais. Nesse sentido CHALMERS (1994) coloca que quando as pessoas são chamadas para decidir, os principais fatores determinantes já foram definidos. Mesmo que em algumas passagens o Relatório tente temporizar, a impressão que deixa é que pouco pode ser feito para a produção de leite não especializada, já que suas propostas não vão nessa direção. Por exemplo, quando sugere uma reconversão e relocação da mão-de-obra, deixa explícito que o futuro inelutável do pequeno produtor de leite é o desaparecimento, cabendo ao governo apenas a tarefa de tentar encontrar alguma alternativa de ocupação para essas milhares de pessoas. Essa alternativa é bastante remota se considerarmos as dificuldades de acesso que até hoje teve a população rural à educação e a crise ocasionada pelo desemprego e que perpassa todas as economias. Portanto essa possibilidade está ao alcance de poucos agricultores, como verificou MOREIRA (1994) em pesquisa conduzida no Alto Vale do Itajaí. Além do que, quando o documento sugere uma

reconversão dos pequenos agricultores que deixariam de produzir leite, pairam dúvidas se essa é a solução que traria os melhores resultados para a sociedade em termos de custos econômicos sociais e ambientais. Quanto à equidade distributiva, não é preciso maior estudo para perceber que essa opção não é a melhor. Como o Relatório não menciona no que se baseou para fazer tal proposta, permite questionar se antes de despender recursos para buscar uma reconversão de uma grande massa de agricultores não seria conveniente utilizá-los tentando ajustar seus sistemas às exigências de qualidade do produto?

A disseminação da idéia-feita, como a subjacente no Relatório, de que são remotas as possibilidades de produzir leite de forma competitiva em preço e qualidade em sistemas diversificados e de pequena escala pode engendrar arranjos institucionais capazes de configurar trajetórias tecnológicas e organizacionais que fecham as portas para outras alternativas. No caso em análise estaria presente a noção de “*lock-in* sub-ótimo” ou de “convenções” a que se referiu WILKINSON (1997), por meio da qual fatores independentes de critérios de eficiência levam à escolha preferencial de uma trajetória tecnológica específica. O desenvolvimento subsequente desta implica a eliminação de alternativas que num dado momento poderiam ter sido opções competitivas e talvez superiores.

Para cumprir o disposto no Plano de Execução e Metodologia de Avaliação da Proposta de Fiscalização realizaram-se seis reuniões de audiência pública entre janeiro e abril de 1998, denominadas de SOS Leite. Aconteceram em Goiânia, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Maceió e Fortaleza e contaram com o apoio da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Na reunião de Goiânia, o vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite manifestou apreensão quanto ao crescimento da produção informal de leite no Brasil. Segundo ele, de 1990 em diante, enquanto a produção formal passou de 9,5 para 11,5 bilhões de litros/ano, a produção informal passou de 4,5 para 8 bilhões de litros/ano, um crescimento de quase 100%. Por isso propôs o “*imediato estabelecimento de normas de produção e qualidade do leite brasileiro*” (CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, 1998:18).

Na reunião de Fortaleza, o presidente da Associação dos Produtores de Leite – Leite Brasil – também *defendeu a necessidade do estabelecimento de normas de qualidade para a produção leiteira do país*. Denunciou que não existe normas para produção de leite no Brasil. Somente agora, complementou, *depois de dois anos de insistência o Ministério*

da Agricultura e Abastecimento vai promover reunião para tratar da questão (CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, 1998:42).

Chama-se a atenção para a recorrência feita à necessidade de implementação de normas para a produção e transformação de leite no Brasil. Essa insistência está relacionada ao crescimento do leite esterilizado, quando se acirra a competição com a produção de leite não especializada.

O Relatório avalia, a partir de um estudo feito por JANK & GALAN (1997) e por Sebastião Teixeira Gomes, que os problemas da produção de leite no Brasil estão relacionados com os seguintes fatos: a produção é pulverizada e predominam produtores com menos de 50 litros por dia; há no Brasil em torno de 1,2 milhão de produtores de leite, sendo que apenas a terça parte deles vendem leite para estabelecimentos submetidos à fiscalização do Serviço de Inspeção Federal (SIF). As conseqüências disso, segundo o Relatório, é que

um produtor que ordenha duas ou três vacas **não pode ser considerado alvo de uma política para o leite**. Primeiro, será difícil enquadrá-lo na categoria de “produtor de leite”. Segundo uma política que objetivasse cobrir o universo desses miniprodutores seria extremamente onerosa e seus resultados, em termos de incremento da produção, pífios. Melhor será se esses produtores forem objetos de uma política de desenvolvimento da agricultura familiar já que, certamente para eles, o leite é apenas uma entre as múltiplas atividades praticadas na propriedade. Uma política que levar em conta a realidade do conjunto das atividades terá mais possibilidades de sucesso que uma política para um produto específico (CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, 1998:57).
[Grifo nosso]

Há menos de 10 anos o Oeste catarinense tinha uma produção de leite baseada em propriedades que possuíam duas ou três vacas, como diz o Relatório. Ainda hoje a maioria das propriedades apresenta essa característica. Praticamente às margens de maior apoio institucional, a produção cresceu o dobro da verificada no Brasil no mesmo período. Foi tanta a resposta e a competitividade dos agricultores familiares diversificados do Oeste catarinense na produção de leite que atraíram o interesse de multinacionais do porte de Parmalat e Nabisco. Segundo o censo do IBGE 1995/1996, a produção de leite da região apresentou um incremento de 79,36% desde o censo de 1985, mais que o dobro do incremento registrado no país no mesmo período. A produção total da região chegou a 485 milhões de litros de leite em 1995, o que representa 2,5% de toda a produção nacional, com apenas 0,3% de todo o território nacional. Sob a perspectiva do Relatório apresentada

acima, a atividade leiteira do Oeste catarinense, que iniciou em meados dos anos 80, seria uma atividade natimorta. Entretanto, para contestar essa hipótese, há exemplos concretos de que agricultores que hoje têm duas ou três vacas e um mínimo de apoio institucional podem produzir com competitividade. Ambientalmente, essa produção pode ser tão ou mais adequada que a especializada. Socialmente não há necessidade de argumentar, já que esses estabelecimentos que atualmente possuem duas ou três vacas no Brasil representam mais de 800 mil famílias. Evidentemente não estamos nos referindo à totalidade deles. Portanto, como não há nada que impeça a viabilidade econômica da produção de leite em pequena escala em sistemas diversificados de produção, ela também pode – dispondo de tempo e solução tecnológica adequada – produzir com os padrões exigidos de qualidade: se não existem restrições ambientais para a produção de leite em pequena escala e socialmente ela é desejada, instiga descobrir quais foram os parâmetros utilizados pela comissão para concluir que essa produção não deve ser alvo de uma política para o leite.

Concordamos com o Relatório quando diz que esses agricultores que possuem duas ou três vacas devem ser objeto de uma política de desenvolvimento da agricultura familiar e que considere a globalidade das atividades. Entretanto o Relatório peca por não propor linhas de crédito, dentro das normas do PRONAF para a adequação da atividade leiteira desenvolvida em sistemas diversificados aos padrões de qualidade exigido. Aliás, até hoje no Brasil pouco tem sido feito para o desenvolvimento da agricultura familiar, ao contrário do que aconteceu na maioria dos países com agricultura mais desenvolvida. Não partilhamos a mesma idéia do Relatório quando deixa implícito que por ter uma produção diversificada a produção de leite não é importante. Na organização da unidade familiar de produção o leite desempenha uma papel importante na utilização do solo e da mão-de-obra, e notadamente por ser uma atividade que proporciona renda mensal, sua substituição não é algo simples, sobretudo porque estamos falando de um universo de mais de 70 mil famílias só no Oeste catarinense.

O Relatório na página 100 faz o seguinte questionamento: *“Se o Brasil se dispuser a produzir leite segundo os padrões dos principais países produtores, não haverá no mercado espaço para mais de 100 mil produtores de médio e grande porte. O que fazer com os mais de um milhão de agricultores restantes?”* O dilema, diz o Relatório, está entre os objetivos de equidade distributiva e eficiência econômica. Deverá o governo privilegiar os produtores especializados, organizados em bases empresariais e que têm

grande capacidade de resposta a incentivos, ou deverá a política privilegiar os aspectos sociais e procurar estimular o desenvolvimento da massa dos pequenos produtores, mesmo sabendo de antemão que o processo será mais lento e com muito mais custos?

Ao propor políticas para a atividade leiteira – prossegue o Relatório – o país tem que optar entre os produtores especializados por um lado e os pequenos produtores por outro. Nessa perspectiva está descartada a possibilidade de coexistirem outros sistemas: trata-se pois do “país” escolher entre um e outro. O que submerge das idéias apresentadas pelo Relatório é que, mesmo sem razões aparentes, a produção especializada estaria mais bem habilitada para o desenvolvimento da atividade. É discutível sua afirmação de que se o país optar pelos pequenos agricultores o processo será mais lento e custoso – o fato de nunca ter sido tentada essa via no Brasil permite questionar a afirmação. O Relatório pode até estar correto quanto à maior lentidão para desenvolver a atividade através dos pequenos agricultores, mas esquece de mencionar que isso se deve às políticas discriminatórias anteriores, que à semelhança da que está sendo proposta, privilegiava aqueles com maior poder de resposta inicial. O desenvolvimento da atividade através dos pequenos agricultores pode ser mais custoso porque há necessidade de disponibilizar a infraestrutura, a que até hoje poucos deles tiveram acesso.

Sendo os produtores de leite uma categoria heterogênea, diz o Relatório que é necessário separá-los em tipos para investigar os determinantes do sucesso e as ameaças de sobrevivência de cada categoria, que são em número de três: a) os produtores de subsistência; b) produtores de carne e leite e c) produtores especializados.

As metas do “projeto para o leite” são assim apresentadas pelo Relatório:

- a) Coleta a granel, em tanques refrigerados de 60% do leite entregue à indústria e cooperativas, até 2003, e de 90% até 2008.
- b) Erradicação da febre aftosa até 2008 e universalização do uso das vacinas contra brucelose e tuberculose até 2003.
- c) Universalização da fiscalização pelo SIF de todos os produtos lácteos comercializados até 2008.

Ao propor a coleta de leite a granel em tanques refrigerados sem a correspondente previsão da concessão de crédito em condições que os pequenos produtores possam se adequar a essas exigências cria-se uma barreira a entrada e permanência da pequena

produção às vias legais de comercialização. Quanto a proposta de fiscalização pelo SIF, o Relatório ignora que muitos pequenos e médios laticínios são ou poderão ser fiscalizados eficientemente pelos Serviços de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviços de Inspeção (SIM).

O Relatório faz as seguintes propostas para a atividade leiteira:

- a) criação pelo Governo Federal em colaboração com governos estaduais de um programa nacional de recuperação e melhoramento de pastagens, formação de capineira e disseminação de prática de silagem.
- b) Criação de linha especial de crédito para financiamento de tanques de resfriamento e caminhões isotérmicos para a coleta e o transporte do leite.
- c) Implantação de contratos para regular as relações entre indústria e agricultor.
- d) Que o governo incentive a criação de associações de agricultores e contribua para o aumento da concorrência na área de transporte do leite mediante programa de financiamento à aquisição de caminhões isotérmicos, equipados para a realização de testes de qualidade do leite entregue pelo produtor.
- e) Proibição da reidratação de leite em pó.
- f) Criação de um sistema de informações de mercado sobre o leite, partilhado entre governo e iniciativa privada.
- g) Que as deficiências das bacias leiteiras sejam catalogadas e priorizadas para fins de elaborar um programa de ação governamental que vise a corrigi-las.
- h) Conclamar o PRONAF a participar da elaboração e implementação de planos de desenvolvimento da pecuária de leite de base familiar, ou de subsistência, e que sejam feitos no orçamento daquele Programa os ajustes que se fizerem necessários ao atendimento das novas demandas.
- i) Valoração aduaneira e a elevação da TEC.

As propostas deixam claro que o objetivo é consolidar a atividade leiteira nos produtores especializados. A respeito da proposta relativa ao PRONAF, fica evidenciado o que muitos ainda acreditam, que a agricultura familiar não passa de expressões já conhecidas como “pequeno produtor”, “agricultor de baixa renda” ou até “unidade de subsistência”. Quando se trata de agricultura familiar a preocupação fundamental é com renda, sintonia com o mercado, diversificação, integração a mercados de clientela (ABRAMOVAY, 1998: 140). Por isso, não há motivos para incorporar especificamente a

produção de leite no PRONAF como um adendo. Esse programa tem o objetivo principal de dar condições de cidadania para uma parcela da população brasileira que até então estivera ausente das políticas públicas. O orçamento do PRONAF já é por demais exíguo para atender a toda uma demanda reprimida por longa data, por isso torna-se necessário disponibilizar recursos exclusivos para a agricultura familiar desenvolver a atividade leiteira, a exemplo do que aconteceu com a produção especializada de leite.

Essa mobilização, principalmente aquela promovida pelas etapas do SOS Leite, contribuiu para que o segmento da produção especializada de leite ardilmente sensibilizasse os parlamentares e autoridades para a necessidade de implementação de medidas de controle da qualidade do leite³², que visavam fazer frente às ameaças proporcionadas pela desregulamentação da atividade e o recrudescimento da competição com o leite esterilizado. Isso permite concluir que o objetivo central por trás dessas ações era a implementação de medidas regulatórias que criassem barreiras para proteger modelos técnicos específicos.

As entidades ligadas aos produtores especializados de leite sempre tiveram poder de influência nas políticas para a atividade leiteira. Com o aumento no consumo de leite esterilizado e o crescimento da produção de leite em outras regiões do país, como o Cerrado e a produção familiar do Sul do Brasil, ficaram ameaçadas a hegemonia e a representatividade política dessas entidades. Visando reverter esse quadro e ampliar sua ação de abrangência, a Associação Nacional dos Produtores de Leite B, em meados de 1997, transforma-se na Associação Brasileira dos Produtores de Leite – Leite Brasil, que pretende então representar os produtores de leite do país. Segundo a revista BALDE BRANCO (1997) o presidente da entidade considera cinco ações prioritárias:

- a) Agregar 200 mil produtores de leite numa primeira fase, mais 200 mil numa segunda fase, perfazendo o **total que restará após o processo de profissionalização do setor.**
[Grifo nosso]
- b) Arrecadar US\$ 3 milhões para serem usados em marketing, na melhoria de qualidade e em ações para evitar a importação subsidiada.
- c) Criar a “bancada do leite” junto ao Poder legislativo, para defesa das questões da cadeia do leite.

³² Nesse caso, a qualidade do leite refere-se apenas àqueles atributos que estão ao alcance da produção especializada do leite.

- d) **Reformular a arcaica legislação que regulamenta a produção de leite no país.**
[Grifo nosso]
- e) Criar um novo relacionamento entre os principais agentes do mercado lácteo.

Estas ações prioritárias definidas pela Associação Brasileira dos Produtores de Leite dão mostras que a produção especializada de leite busca se organizar e se articular com o intuito de obter apoio político e popular para implementar as ações que têm o claro objetivo de consolidar a atividade leiteira dentro dos estabelecimentos especializados, valendo-se para isso da implantação de barreiras sanitárias e tecnológicas que impeçam o avanço da produção não especializada. Sobre esse movimento, as medidas regulatórias propostas e suas conseqüências para a produção familiar diversificada do Oeste catarinense nos debruçaremos a seguir.

2.1.4 O debate sobre a qualidade sanitária da produção

Durante o período em que o leite esteve sob controle do governo, o setor especializado buscou diferenciar o preço do produto através da implantação do leite tipo A, B e C. Assim, desde julho de 1972 os dois primeiros tipos tiveram seus preços liberados³³. Esse fato, associado ao acesso ao crédito rural subsidiado, possibilitou-lhe maior capitalização, o que permitiu investimentos em modernas tecnologias de produção, coleta e armazenagem.

Nos anos 90, com a disseminação do consumo do leite esterilizado e a abertura do mercado, principalmente ao Mercosul, criou-se uma nova dinâmica na atividade. A abrangência do mercado deixa de ser regional. O leite proveniente de regiões mais distantes dos centros consumidores passa a ter maior poder de competitividade. Comparando a agroindústria do leite com a do suíno e do frango, WILKINSON, (1996a) comenta que no leite não é o nível de tecnificação que determina a sua qualidade industrial necessitando apenas que esse apresente níveis adequados de higiene e de coleta. Diferente do frango caipira ou do porco tipo banha, no leite não é o grau de tecnificação que diferencia um produto do outro. Devido à dificuldade em estabelecer uma superioridade do produto com base na tecnificação, há um esforço por parte do setor de produção

³³ Os preços do leite tipo A e B somente foram controlados no período compreendido entre abril de 1980 e abril de 1982 e entre março de 1986 e novembro de 1987. A partir de setembro de 1991 todos os preços dos produtos lácteos foram liberados.

especializada de leite em criar barreiras para impedir a competição com a produção originada de uma agricultura diversificada e de baixo uso de insumos externos, como é o caso do Oeste catarinense. Dessa forma, representantes dos produtores especializados de leite, através da Confederação Nacional de Agricultura e da Sociedade Rural Brasileira, articulam-se para elaborar propostas de políticas para o setor. As linhas de crédito reivindicadas dão pistas de que um dos objetivos é consolidar o complexo leiteiro brasileiro baseado na produção especializada. Segundo estas proposições, relatadas por WILKINSON (1996b), as linhas de crédito para a atividade leiteira deveriam ter as seguintes restrições:

- a) a produção leiteira a ser beneficiada precisa ser uma atividade expressiva;
- b) a propriedade precisa ser localizada em uma bacia leiteira expressiva;
- c) deve existir uma escala mínima de produção;
- d) devem-se apresentar atestados de sanidade do rebanho em relação à brucelose e tuberculose no caso de bezerras;
- e) o acesso ao crédito deve ser condicionado à apresentação de projeto com controle de aplicação e liberação parcelada;
- f) as empresas ou cooperativas precisam ter equipes de assistência técnica capazes de acompanhar os projetos.

Como pode se observar, as propostas de normalização apresentadas acima – especialmente os itens “a”, “b” e “c” – dão o rumo que a entidade deseja para a consolidação da atividade leiteira, isto é, a produção especializada. Isso alijaria praticamente toda a produção de leite da agricultura familiar do Oeste catarinense. Não tendo havido o sucesso desejado nessa estratégia, buscou-se criar o “*lock in*” através da criação de barreiras sanitárias que impedissem a produção e comercialização de leite por grande parcela dos agricultores. Por exemplo, a Associação dos Produtores de Leite B sugeriu medidas ao Ministério da Agricultura visando melhorar o padrão do leite, tais como o cadastramento dos produtores nacionais, controle veterinário rígido, ordenha em local com piso impermeável e colocação na embalagem dos dizeres “*produto lácteo de alto padrão controlado desde a origem*”³⁴.

³⁴ FOLHA DE S. PAULO. **Produtores defendem controle de qualidade.** 18/12/96, p.6-6.

No Oeste algumas empresas já estão fazendo o pagamento segundo a qualidade industrial apresentada pelo leite. Entretanto, observamos que seu objetivo mais é discriminar preços do que obter um produto de qualidade, uma vez que não possuem equipamentos adequados para separar o leite por qualidade. Esse procedimento parece ter muito mais a ver com uma estratégia para evitar perder fornecedores para a concorrência.

Em novembro de 1996, sob a coordenação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, realizou-se um seminário para discutir o documento “Repensando a agricultura paulista: cadeia produtiva do leite”, elaborado pela equipe de técnicos daquela Secretaria. BORTOLETO (1996) dá conta que o representante da então Associação Brasileira dos Produtores de Leite B (ABPLB) destacou como a parte mais importante do documento o parágrafo que faz referência à “*obsolescência da atual regulamentação da inspeção federal, cuja legislação pode ser responsabilizada pela estrutura problemática de produção*” e que permite a comercialização informal do leite. O representante da ABPLB também sugeriu, segundo COSTA(1996), que se estipule uma data a partir da qual passe a ser obrigatória a refrigeração, coleta a granel, ordenha mecânica e sanidade do rebanho. Essa posição foi justificada pelo presidente da ABPLB da seguinte forma:

Toda vez que se fala em modernização e normalização, muitos argumentam que o pequeno e médio produtores não têm capacidade de investimento. Não acredito que devemos nos preocupar com a manutenção de sistema arcaico em nome de pequenos produtores que não conseguem se especializar. E nem que devemos pedir crédito para um Estado que não tem recursos para cuidar de sua saúde e educação. O que devemos reivindicar é a **seleção dos produtores**. Quem se especializar fica. (Roberto Jank, representante da ABPLB. In: COSTA: 1996:37). [Grifo nosso]

Para viabilizar os objetivos defendidos pelo seu representante no referido evento a ABPLB apresentou a seguinte proposta para a atividade leiteira:

- a) cadastramento de todos os produtores de leite;
- b) credenciamento desses produtores, exigindo-lhes veterinário responsável pela sanidade do rebanho, local adequado para a ordenha e conhecimento de noções básicas de higiene;
- c) coordenação e fiscalização dessas exigências por parte de comissão composta por representantes do Ministério da Agricultura, produtores e laticínios;
- d) criação de selo de origem para identificar os produtos lácteos fabricados a partir de matéria-prima produzida por produtores especializados.

A declaração do representante da ABPLB está marcada por um Darwinismo Social³⁵. Evidentemente essa noção não incorpora os outros valores, além da produção, que a sociedade cada vez mais passa a prestigiar e que por isso devem ser contemplados nos planos de desenvolvimento. Depois da produção ter ocorrido, cada vez mais se questiona quantos empregos ela criou, como foi a distribuição da renda gerada, como ficou o meio ambiente. Por isso essas variáveis devem sempre mais ser consideradas nos planos de desenvolvimento.

Uma pesquisa que tem como objetivo identificar um conjunto de ações, tanto para o âmbito privado quanto público, que melhore a capacidade competitiva de alguns sistemas agroindustriais do país está sendo implementada pelo Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA). Para a atividade leiteira a pesquisa é conduzida por JANK & GALAN (1997), para quem os anos 90 representam o início de um processo de seleção e especialização dos produtores de leite. Dizem não haver melhor forma de especializar o produtor que o pagamento diferenciado por volume de produção, qualidade da matéria-prima e regularidade da entrega. Salientam que a especialização dos produtores também decorre das mudanças que estão acontecendo no sistema de captação de leite, em especial o crescimento da coleta do leite a granel. Entendem os autores que para produzir leite de melhor qualidade será necessário promover alterações fundamentais em toda a cadeia produtiva do leite e na **legislação**. Também dizem que “*no atual desenvolvimento tecnológico, muitos sistemas de produção se tornarão inviáveis*”.

A partir das discussões que resultaram no relatório da Câmara dos Deputados “Um projeto para o leite”, o segmento especializado na produção de leite busca incorporar na discussão a questão referente à qualidade sanitária da produção de leite, o que deflagrou a criação de um fórum específico, no qual o governo federal e alguns segmentos do setor privado de produção e transformação de leite estão gestando um programa que está sendo chamado de “Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite”³⁶ (PNQL). Segundo

³⁵ Darwinismo Social, segundo SANDRONI (1994), refere-se à escola do pensamento socioeconômico surgida na Europa no final do século XIX e que teve como seu principal teórico o pensador positivista inglês Herbert Spencer. Apoiado nas idéias de Darwin, ele transplanta para a vida econômica e social a teoria da seleção natural, segundo a qual os menos aptos tenderiam a desaparecer. A intervenção do Estado no “organismo” social, segundo os seguidores de Spencer, seria contrária à evolução natural. Assim, a empresa monopolista resultaria do processo de seleção da vida econômica e portanto seria benéfica na medida em que afastaria os menos aptos.

³⁶ Não tivemos acesso a esses documentos, ou mesmo a alguma minuta dos documentos que estão sendo elaborados pela comissão. As poucas informações que obtivemos foram através da imprensa.

o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, o que o programa busca é a produção de leite tipo B para o consumo e eliminação do leite tipo C³⁷, esboçando uma série de medidas a serem adotadas. As informações dão conta que as regiões Sul e Sudeste devem adaptar-se ao programa até no máximo o ano 2.000. Para isso, a qualidade industrial do leite cru terá que ser melhorada, por meio do controle da saúde animal e da higiene no trato do produto, e terá de ser feita a refrigeração imediata do leite, através de resfriadores de expansão³⁸, no próprio estabelecimento agrícola. Dentre outras medidas estão o transporte em caminhão tanque isotérmico, melhoramento zootécnico, sanidade dos rebanhos e um novo instrumento de inspeção sanitária chamado de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)³⁹.

Uma idéia das medidas que devem estar presentes nas normas do PNQL é fornecida por JANK & GALAN (1997). Segundo eles, a questão da qualidade envolve uma mudança radical nas *normas de plataforma* (contagem bacteriana, crioscopia, acidez, redutase, células somáticas) e a introdução de *normas de origem* (animais controlados, refrigeração, coleta a granel e ordenha mecânica) e a fiscalização e punição nos pontos de venda [grifos nossos]. Também sugerem a substituição dos tipos de leite (A, B, C) por *selos de qualidade* ou *selos de origem* que atestem produtos controlados desde a produção de leite.

Como se vê, as questões referentes à higiene na produção, transporte, transformação e comercialização dos produtos lácteos e à sanidade animal são assuntos recorrentes em debates. A qualidade nesse caso está associada à visão industrial, relacionada com os defeitos e perdas no processo produtivo⁴⁰. Certamente é nesse ponto que a produção de leite especializada buscará criar barreiras para a entrada e permanência na produção comercial agroindustrial do leite originado de sistemas de produção diversificados como os do Oeste catarinense. Neste sentido, e considerando que uma parcela significativa da produção e transformação de leite na agricultura familiar do Oeste estará associada à produção agroindustrial, necessita-se buscar formas para produzir no mínimo os padrões higiênicos e sanitários exigidos. Outra parcela poderá se consolidar

³⁷ FOLHA DE S. PAULO. "Governo quer eliminar leite C". 19/08/97.

³⁸ Um resfriador por expansão é um tanque, que atualmente tem capacidade para armazenar 750 a 2 mil litros de leite, cujo objetivo é reduzir a temperatura do leite de 36 para 4 graus centígrados uma hora após a ordenha. Seu preço varia de R\$ 5 mil a R\$ 12 mil.

³⁹ CORREIO DO POVO. "Brasil quer ajustar o setor leiteiro". 05/05/98.

⁴⁰ Fica evidente que o conceito de qualidade do leite que está sendo proposto não incorpora a determinação da presença de contaminantes como agrotóxicos, hormônios e antibióticos frequentemente utilizados em sistemas especializados na produção de leite.

através da produção artesanal ou que apresente alguma qualidade intrínseca relacionada com a forma ou o local de produção. Nesse caso não basta que essa produção apresente as qualidades obrigatórias de higiene e sanidade mas também tenha em conta as “qualidades não obrigatórias”. Por isso, tanto em um como outro caso, pesquisas são necessárias para encontrar soluções exequíveis e compatíveis com os modelos técnicos presentes no Oeste de Santa Catarina. Certamente a higiene na produção, na transformação, no transporte e na comercialização não podem ser negligenciados se o desejo é converter a região em um pólo referencial na produção e transformação de leite. Esta opinião é compartilhada por WILKINSON (1996a), que considera haver condições para a produção familiar se firmar no setor leiteiro contanto que estructure medidas que melhorem as condições higiênicas da ordenha e da produção, da coleta e da saúde do rebanho, sem se transformar, no entanto, em políticas punitivas de exclusão, como as que estão sendo propostas pelo segmento de produção especializado.

2.1.5 A coleta do leite a granel e a especialização da produção

Comenta-se que além das exigências relacionadas com a qualidade do leite, a especialização dos produtores também decorre das mudanças que estão acontecendo no sistema de captação de leite, principalmente com o crescimento da coleta do leite a granel.

A face mais dura da granelização é a **inevitável** seleção de produtores implícita nesse processo. De fato, refrigeração e granel representam, a médio prazo, um forte impacto sobre o produtor não especializado de leite. Isto porque a granelização força a homogeneização do leite na linha de coleta, sendo que os produtores que não se adaptarem à nova regra deverão obrigatoriamente deixar de entregar o produto, sob pena de prejudicar os demais. Indivíduos que produzem menos de 50 litros/dia não conseguem sequer adquirir o menor tanque de expansão disponível no mercado (200 litros). (...) a generalização da coleta a granel de leite refrigerado poderá, a médio prazo, provocar o **desaparecimento** de pelo menos um terço dos produtores brasileiros, ou seja, aproximadamente 400 mil (JANK & GALAN, 1997:13-14). [Grifos nossos]

Em outra publicação, ao definir o produtor especializado, JANK (1996) afirma que apesar de existirem inúmeros tipos de produtores de leite no Brasil, destacam-se sempre dois tipos básicos: o produtor especializado, que investiu em tecnologias, visando economias de escala; e o produtor “extrativista”, que trabalha com tecnologia extremamente rudimentar, para o qual o leite ainda é um subproduto do bezerro. Por analogia, muito embora o produtor familiar de leite do Oeste catarinense não seja

extrativista, deduz-se que a maioria desses agricultores são produtores não especializados de leite, porque não se encaixam na definição de Jank. Logo, com a generalização da coleta a granel, conclui-se, a partir de JANK & GALAN (1997), que os produtores familiares de leite do Oeste estariam ameaçados de desaparecer.

É verdade que muitos avanços técnicos na agricultura têm aumentado a produtividade do trabalho e liberado mão-de-obra. No entanto, a chamada granelização da atividade leiteira, não considerando a ordenha mecânica, é um processo que apenas facilita o transporte e diminui as possibilidades de contaminação do leite. A adoção dessa tecnologia praticamente não aumenta a produtividade física da atividade. Também pode-se dizer que com o uso dessa tecnologia o aumento da eficiência do trabalho na produção de leite, se existe, é insignificante. O mesmo não pode ser dito quanto à eficiência no trabalho de transporte. Portanto, se a tecnologia para a coleta do leite a granel praticamente não aumenta a produtividade da atividade e nem a eficiência do trabalho, dizer que a sua generalização conduziria a uma **inevitável** seleção e **desaparecimento** de produtores seria no mínimo precipitado. Esse vaticínio é muito mais externalização do preconceito com que alguns segmentos da sociedade sempre trataram as pequenas unidades familiares de produção. Ora, inevitável seria alguma coisa que não se pode impedir. A seleção e o desaparecimento de dois terços dos produtores de leite brasileiro pode ser impedido, sim, pelo menos uma grande parte, desde que haja políticas e arranjos institucionais de apoio. A maior parcela dos problemas internos das pequenas propriedades é muito mais resultado do clima sócio-institucional que lhe é alheio e hostil e sobre o qual têm pouca influência. O agricultor familiar do Oeste catarinense se estimulado é capaz de gerar importantes ganhos de produtividade e qualidade comparável a qualquer país eficiente em produção leiteira.

Verifica-se um equívoco de que na agricultura a dimensão é mais importante que a forma social de organização. Nas agriculturas desenvolvidas, o que está ameaçado de extinção é o trabalho assalariado, independente do tamanho da propriedade. Quanto à capacidade de adotar as inovações técnicas, JEAN (1994) afirma que a agricultura familiar teve um tal desempenho que ela é praticamente vítima de seu próprio sucesso.

O padrão de desenvolvimento agrícola e rural adotado pelo Brasil desde os anos 60, segundo VEIGA (1997), tem como característica a expulsão prematura de trabalho (EPT). Ele continua dizendo que padrão oposto é proposto por Hans Binswanger e que tem como característica a redução da pobreza (RP). É claro que quando JANK & GALAN (1997)

mencionam que é inevitável a seleção e o desaparecimento de 400 mil produtores de leite no Brasil, eles estão analisando sob a perspectiva do padrão (EPT) e não da redução da pobreza (RP). Atualmente as transformações socioeconômicas, políticas, culturais e tecnológicas que estão em curso acabam modificando os padrões de produção e de consumo. Por exemplo, uma consequência destas transformações é o desemprego que atinge todas as nações. Segundo BECK (1997), o desemprego não coloca em jogo “apenas” milhões de desempregados, ou o bem-estar social, ou o impedimento da pobreza ou a possibilidade de justiça, mas o que está em jogo é a liberdade política e a democracia. A percepção dessa crise pode levar a sociedade a discutir novas formas de produção e distribuição do trabalho. A não-incorporação dessa perspectiva é que faz com que Jank & Galan considerem com naturalidade a desaparecimento de mais de 400 mil famílias da produção de leite no Brasil. É por isso que políticas que levam àquela situação descrita por Jank & Galan devem ser vistas com grandes reservas, especialmente em Santa Catarina, onde a produção agrícola baseia-se na agricultura familiar de pequeno porte.

Assim como Jank & Galan, outros dois especialistas em pecuária leiteira, Vidal Pedroso de Faria e Sebastião Teixeira Gomes, são de opinião que devido à globalização ocorrerá o fim do pequeno produtor de leite. Aquele acredita que enquanto existir o leite C ele permanece e aponta dois fatores como determinantes para o fim do pequeno produtor de leite: quando a usina não coletar mais leite quente e quando for exigido o credenciamento do produtor. Já Gomes acredita que dada a qualidade do produto ofertado por esses agricultores o processo será muito mais rápido⁴¹.

O futuro do pequeno produtor de leite, segundo JANK & GALAN (1997), depende da racionalização das linhas de coleta, de qualidade na matéria-prima, redução nos custos de transação, granelização e frio, economias de escala e regularidade de oferta – itens que fatalmente atuam no sentido de desaparecimento do pequeno produtor. Nenhum desses itens está fora do alcance dos pequenos produtores de leite. Trabalhando de forma individual ou coletiva não há nada, a não ser o desejo da sociedade, que possa ser uma barreira intransponível para as exigências listadas. Sobre as possibilidades do agricultor familiar do Oeste catarinense se inserir no mercado do leite, um representante da FECOAGRO assim se manifestou:

⁴¹ FOLHA DE S. PAULO. **Pequeno produtor corre risco de extinção**. 27 maio 1997, p. 5-10.

As dificuldades atuais são frutos da falta de investimentos que a propriedade precisa ter em relação à qualidade, ao volume de produção e à produtividade. (...) eu vejo que com algum incremento de investimento, adequando a realidade de cada um, é possível continuar a ter o número que existe hoje de produtores integrados e ainda ampliar esse número. Eu advogo essa tese. Claro que ampliar dentro de um planejamento de mercado, conforme a capacidade de absorção da produção. (...) discordo disso, [da concentração da produção] acho que se tem em uma comunidade várias propriedades e elas têm um nível de produção médio, já dá para produzir. Discordo desse princípio, porque aí nós vamos ter a exclusão. (...) Nós temos que buscar alternativa de sobreviver. (...) e o sistema cooperativo tem um compromisso muito grande, de buscar alternativa para o pequeno. Porque se ele é pequeno hoje, ele não vai ser grande nunca se você não der a chance dele subir. Então eu entendo que quem trabalha apenas em cima de concentrar a produção está numa posição muito comodista. É um desafio (Entrevista 7, abril de 1998).

A declaração do representante das cooperativas mostra que a idéia da especialização e concentração da produção de leite, apesar de estar arraigada na maioria das pessoas, por preconceitos ou interesses particulares, não é hegemônica. Esse é um ponto importante e demonstra que existe abertura para a realização de alianças entre pessoas e entidades comprometidas com o desenvolvimento da região.

2.1.6 A crise das cooperativas de leite

Desde os anos 90 o sistema cooperativo sofre dificuldades financeiras que levaram muitas das cooperativas a buscar recursos externos através de financiamentos bancários. Com a estabilização econômica a partir de 1994, a crise se agravou, uma vez que os juros aumentaram enquanto o preço dos produtos com que as cooperativas trabalhavam diminuiu ou estabilizou, fazendo recuar as margens de comercialização. Para as cooperativas que trabalhavam com leite a situação foi ainda pior, já que o advento do leite esterilizado retirou-lhes uma parte da hegemonia no mercado local. Isso implicava a necessidade de investimentos para acompanhar os avanços tecnológicos que estavam em curso.

Essa crise desencadeia análises que buscam encontrar soluções para o problema. No centro da questão debate-se a possibilidade da abertura de capital das cooperativas. Desde algum tempo, intensificando a partir de 1996, a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. ouve especialistas e desenvolve estudos para verificar as possibilidades de abrir seu capital como forma de atrair investimentos e crescer mais aceleradamente. “Precisamos buscar parceiros para ter maior escala; a cooperativa não pode ficar apenas no crescimento vegetativo”, defendeu o presidente da CCLPL (REVISTA BATAVO, set/1996: 8).

Palestrando aos dirigentes e produtores do Grupo Batavo em outubro de 1996, Marcos Jank disse que *“a cooperativa tem que parar de ficar olhando para o produtor e achar que o mercado vai comprar tudo que ele produzir. (...) ter os olhos voltados para o mercado, mostrou o palestrante, significa trabalhar somente com os cooperados ativos, parar de tratar os cooperados de forma igual quando eles são diferentes em volume e forma de produção, eliminar o critério de livre entrada e saída, buscar acesso ao capital de risco, à formação de parcerias e alianças estratégicas, como forma de crescer e ganhar escala”*. Acrescente-se que em outras oportunidades o palestrante coloca como uma necessidade a eficiência administrativa da gerência, além de também questionar o princípio cooperativo de *“uma pessoa, um voto”*⁴².

Inegavelmente os resultados desastrosos de muitas cooperativas devem-se à deficiência na sua administração, ao nepotismo de alguns dirigentes e ao uso político da sua estrutura. Profissionalizar o gerenciamento da cooperativa e criar mecanismos que evitem o mau uso de sua estrutura é fundamental – ponto sobre o qual poucos não concordam. O que é muito discutível são os outros pontos propostos. As cooperativas são por natureza empresas de pessoas, onde a cooperação e a ajuda mútua estão explícitas no próprio nome. Muitos dos associados das cooperativas não investem nela por pura falta de recursos, e outros por não considerá-la sua propriedade, justamente porque muitas delas passaram a ter um fim em si mesma e deixaram de olhar o associado. Muitas falhas podem existir nas cooperativas, mas dizer que um de seus problemas reside no princípio *“uma pessoa um voto”* seria muita hipocrisia, uma vez que é do conhecimento geral que na maioria delas as assembléias apenas servem para legitimar uma decisão tomada nos bastidores. Com certeza uma das falhas da cooperativa reside justamente nessa falta de ambiente para que os associados possam participar das decisões sobre os seus rumos. Nesse sentido um dos entrevistados, representante dos agricultores, assim se referiu:

Um caminho seria das pequenas organizações, das associações, grupos. Facilita muito mais a discussão, claro que você pode até pensar em uma coisa regional ou estadual, mas hoje é mais fácil você resolver nos pequenos grupos as coisas. Porque em um grande grupo o pessoal se intimida, não quer falar. Precisa trabalhar do lado dessa organização e a capacitação também do pessoal. A voz dos agricultores [nas assembléias das cooperativas maiores] não soa na frente da diretoria. Mesmo que ele leve uma sugestão, uma proposta, dificilmente é acatado, porque você tem uma voz lá que fala mais alto. Aí a pessoa fica inibida, e aí cai fora. (Entrevista 6, abril de 1998)

⁴² JANK, M. S. Agenda para as cooperativas. **Balde Branco**, n.º 393, jul. 1997, p. 66.

A perspectiva apresentada por esse representante dos agricultores bem expressa a realidade de muitas cooperativas. A solução que ele aponta – formação de cooperativas menores, associações, ou grupos de cooperação entre agricultores – merece maiores debates e estudos. Ela pode corrigir o problema da heterogeneidade de interesses entre os sócios de uma grande cooperativa. Uma visão de cooperativa diferente da apresentada pelo palestrante aos dirigentes da Batavo tivemos ao entrevistar um dirigente da Cooperativa Central dos Assentados do Extremo Oeste.

O objetivo de formar um novo sistema cooperativo é porque a gente não concorda com o que existe aí. Nós temos uma coisa que é fundamental. Nós temos assembléia geral que é o órgão máximo. Tem o conselho deliberativo, que é composto por um representante de cada núcleo. Uma condição para ser associado da cooperativa é a participação no núcleo. Não importa se o núcleo é de cinco ou dez famílias. (...) Onde começa a nossa diferença? Até hoje o agricultor só conhece o lado dele. O agricultor não conhece o lado da indústria porque ninguém abriu isso para nós... A primeira coisa é isso: o agricultor ter consciência e se sentir dono. Dizer isso faz parte da minha vida porque a partir dela eu melhoro minha condição, ganho um pouco mais, participo, a gente procura ter essa relação para que o agricultor tenha o conhecimento do todo, e não apenas do teto da sua vaquinha. É uma coisa mais ampla, não é uma coisa isolada. (Entrevista 15, maio de 1998)

Resta saber se a visão das cooperativas do Oeste catarinense está próxima ou não daquele proposta pelo palestrante. Nossa pesquisa sempre teve como pressuposto que as cooperativas ligadas à produção de leite no Oeste catarinense representavam um locus importante para a viabilização de grande número de propriedades diversificadas da região. Esse pressuposto tinha por base que a cooperativa, por ser um estrutura local e de propriedade dos agricultores, estaria interessada na viabilização de seus sócios e no desenvolvimento regional. Além do que, como as cooperativas do Oeste têm uma estrutura diversificada de comercialização (leite, aves, suínos, laranja e grãos), entendíamos que também desejariam que seus sócios tivessem uma produção diversificada. Devido à dinâmica da atividade leiteira e ao rápido processo de estruturação que vem sofrendo, no decorrer desta pesquisa importantes mudanças ocorreram. No final de 1996 as cooperativas do Oeste catarinense se associaram à Batavo, que no final de 1997 transformou-se em uma sociedade anônima, vendendo o controle acionário à Parmalat. Portanto, ela agiu

exatamente como os temas abordados em sua revista mensal estavam sinalizando⁴³. Fica a dúvida, então, se a Batavo também seguirá o conselho sugerido por aquele palestrante para selecionar e excluir seus associados. Como se posicionará sua parceira do Oeste catarinense? Não tivemos pleno sucesso na análise dessa situação uma vez que se tratava de uma nova realidade e os atores inquiridos furtavam-se a analisá-la. Por isso a análise dessa questão terá uma abordagem apenas exploratória. A opinião de um dos entrevistados dá uma idéia aproximada sobre ela.

o número de produtores quando nós começamos a trabalhar mais fortemente começou a reduzir. **Esse era o nosso objetivo.** Em 90 ainda estava próximo de 20 mil e em 95 ele estava entre 14 a 15 mil produtores. Então, aqui já começou a ter efeito aquele trabalho de produtividade, reduzindo o número de produtores e aumentando a produção. Claro que este é o caminho de qualquer empresa, principalmente no caso do leite, né. **A gente trabalhava justamente para acontecer isso** (Entrevista 4, abril de 1998). [Grifos nossos]

Não podemos cometer o equívoco de concluir que esse é o pensamento preponderante nas cooperativas da região Oeste, até porque não existe essa unidade. Existe, isso sim, num sistema complexo como é o caso das cooperativas, onde convive uma multiplicidade de pensamentos. Até mesmo o pensamento do entrevistado pode estar representando mais uma visão idealizada daquilo que seria bom para a cooperativa. Entretanto, a maioria das cooperativas tem uma visão muito próxima à das agroindústrias, dada sua incapacidade em trilhar rumos próprios. Conseqüentemente, a valorização do desenvolvimento regional, por ser do interesse da própria cooperativa, já que é uma empresa da região, acaba não acontecendo devido à falta de uma estratégia que incorpore essa perspectiva.

⁴³ REVISTA BATAVO. Algumas lições do cooperativismo norte-americano. n.º 56, p. 20, jun. 1996.

_____. As cooperativas paranaenses no caminho do futuro. n.º 58, p. 8, ago. 1996.

_____. Nova geração de cooperativas norte-americanas mostra como ganhar competitividade no mercado. n.º 58, p. 9, agosto de 1996.

_____. **Delegados esboçam empresa do futuro.** n.º 60, p. 8, out. 1996.

_____. Cooperativas discutem sociedades anônimas. n.º 65, p. 5, mar. 1997.

2.2 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE EM SANTA CATARINA

2.2.1 A produção e transformação de leite em Santa Catarina a partir dos anos 70

Uma das primeiras pesquisas sobre a indústria de laticínios catarinense a contemplar todo o Estado foi realizada pela (ACARESC, 1971) entre dezembro de 1970 e janeiro de 1971 e tinha o objetivo de conhecer a realidade da indústria de laticínio catarinense e sugerir ações visando sanar possíveis falhas.

O relatório final⁴⁴ dessa pesquisa dá conta da seguinte situação: em 1970 foi identificada em Santa Catarina a presença de 33 laticínios, sendo que desses um estava desativado e outro em processo de reorganização. Havia ainda um laticínio pertencente a uma cooperativa de Itajaí que estava em construção e um outro que seria construído em Lages e estava em fase de planejamento. A pesquisa concluía que havia uma má distribuição dos laticínios e destacava que a região que denominou de “Grande Vale do Itajaí”⁴⁵, contando com apenas 14% da área do Estado, concentrava 28 laticínios, sendo que em apenas 2.500 quilômetros quadrados existiam 21, enquanto que em 84% da área do Estado havia somente quatro. Nesse trabalho Santa Catarina foi dividida em quatro regiões: a) Oeste Catarinense, b) Campos de Lages, c) Sul do Estado e d) Grande Vale do Itajaí. Para cada uma a situação levantada pela pesquisa era a seguinte:

- a) **Oeste Catarinense:** Em 1970 havia em funcionamento dois laticínios: a Cooperativa de Chapecó e um localizado no distrito de Bela Vista, município de Concórdia, que pertencia a uma cooperativa e havia sido uma aquisição recente da Cia. Jansen (laticínio cuja matriz estava localizada em Blumenau). Havia ainda um terceiro localizado no distrito de São João, município de Itapiranga, mas que à época da pesquisa encontrava-se desativado e atualmente pertence à Cooperativa Central Agromilk. A pesquisa detectou que nas duas indústrias da região uma das maiores dificuldades era a obtenção da matéria-prima. Lembramos que a comercialização do leite no Oeste catarinense tem impulso em meados da década de 80, quando aumenta a exclusão na suinocultura.

⁴⁴ ACARESC. Relatório do levantamento realizado nas indústrias de laticínios no estado de Santa Catarina. Florianópolis: ACARESC, 1971.

⁴⁵ A região que a pesquisa da ACARESC chama de “Grande Vale do Itajaí” refere-se à área que atualmente abrange, conforme classificação do IBGE, a mesorregião do Vale do Itajaí somada à microrregião de Joinville.

- b) **Campos de Lages:** Apesar de haver nessa região grandes produtores de leite e condições favoráveis para a produção, na época não havia laticínio instalado, mas apenas um projeto para a instalação de um em Lages, o qual se refere à atual Lactoplasa, que começou a funcionar em setembro de 1971.
- c) **Sul de Santa Catarina:** Só havia o laticínio Lactubasa, localizado em Tubarão e que na época era de instalação recente. A pesquisa dá conta que aí havia boas perspectivas de mercado tanto para leite *in natura* como para derivados do leite.
- d) **Grande Vale do Itajaí:** Todos os agricultores tinham tradição na produção de leite e a indústria de laticínios estava em funcionamento na região havia mais de 60 anos, isto é, desde o começo do século XX. De um total de 32 milhões de litros de leite industrializado no Estado em 1970, 28,9 milhões o foram nessa região. O relatório indica como problema o fato de ali existirem 28 pequenas indústrias de laticínios onde só poderiam existir três. A maioria dos laticínios tem interesse no leite apenas com o objetivo de adquiri-lo em troca da venda de mercadorias para os agricultores, já que todos apresentam um comércio em anexo. Isso causa um círculo vicioso que inicia com o não-pagamento do leite pela qualidade. Em consequência, não estimula a observância de regras de higiene por parte do agricultor. Como resultado, os produtos industrializados são de qualidade inferior, ocasionando problemas de mercado e baixos preços. Assim, se as indústrias não recebem bom preços pelos seus produtos, também não podem pagar preços satisfatórios aos agricultores, e então reinicia o ciclo. Além disso, segue o relatório, a maioria das construções onde estão localizados esses laticínios são inadequadas, tanto no que tange às operações como à higiene; e os funcionários não têm a capacitação adequada.

Em vista do acima exposto, a pesquisa conclui que o “grande problema” das indústrias de laticínios de Santa Catarina localiza-se na região do Grande Vale do Itajaí e é resultado da excessiva concentração de laticínios na região. Essa situação poderia ser resolvida de duas formas, sugere o relatório. A primeira – rejeitada pela maioria dos proprietários – seria reunir as 28 pequenas indústrias da região do Grande Vale do Itajaí transformando-as em apenas três. Cada uma delas seria instalada em um pólo regional, localizados em Rio do Sul, Jaraguá do Sul e Blumenau. A segunda passaria pelo fortalecimento da cooperativa. Para isso se fazia urgente concluir a construção do seu

laticínio que estava em andamento no município de Itajaí. Também estava contemplada a organização de uma cooperativa de transporte de leite visando racionalizar a operação.

A tabela 7 apresenta a relação dos 28 laticínios presentes na região do Grande Vale do Itajaí e o volume de leite recebido em 1970.

Tabela 7 – LATICÍNIOS PRESENTES NA REGIÃO DO GRANDE VALE DO ITAJAÍ E VOLUME DE LEITE RECEBIDO EM 1970

MUNICÍPIO	LATICÍNIO	VOLUME (L)
1 - Timbó	Fritz Lorenz S. A. Ind. Com. Agricultura	534.675
2 - Timbó	H. Cessner	164.124
3 - Indaial	Schroeder	72.000
4 - Indaial	Frederico Hardt S. A.	746.000
5 - Indaial	Pfuetzenreiter	130.500
6 - Pomerode	Haut & Cia Ltda.	671.897
7 - Pomerode	W. Passold	127.750
8 - Pomerode	Indústria e Com. Hermann Weege S. A.	1.752.765
9 - Pomerode	Curt Passold Comércio e Indústria	392.165
10 - Pomerode	Indústria e Comércio Ricardo Koch Ltda.	145.986
11 - Pomerode	Glatz	171.600
12 - Pomerode	Hermann Koch S. A. Ind. Com. Agricultura	367.727
13 - Blumenau	Cia Jensen - Agricultura Indústria e Com.	10.762.606
14 - Blumenau	Comércio e Indústria Arthur Zimdars Ltda	383.896
15 - Blumenau	Augusto Islep	274.000
16 - Jaraguá do Sul	Gumz Irmaos S. A. Ind. Com. e Agricultura	975.351
17 - Jaraguá do Sul	Comércio e Indústria W. Raduenz S. A.	227.610
18 - Jaraguá do Sul	Indústria e Comércio W. Weege S. A.	1.844.555
19 - Jaraguá do Sul	Bernardo Grubba S. A. Indústria e Com.	378.711
20 - Jaraguá do Sul	Costa	372.820
21 - Jaraguá do Sul	Kien	182.500
22 - Rio do Sul	Meinicke S. A. Indústria, Com. Agricultura	2.598.100
23 - Ibirama	Franz Blohm Indústria e Comércio	1.717.626
24 - P. Getúlio	Schattenberg	292.586
25 - Pouso Redondo	Agro Industrial e Comercial Willy Fritsche	249.511
26 - Pouso Redondo	José Serafin Stein Com. Ind. e Agricultura	234.500
27 - Agrolândia	Siegfried G. Bauer	351.165
28 - Joinville	Usina de Leite Catarinense S. A. - ULEICA	2.733.574
TOTAL (litros)		28.906.300

Fonte: ACARESC (1971).

Em 1968 iniciam-se articulações dos agricultores do Vale do Itajaí com o intuito de criar uma cooperativa para industrializar a produção de leite da região. Com a possibilidade de captar recursos do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), em 1969 foi constituída a Cooperativa Central Agrícola do Vale Ltda. com sede em Massaranduba.⁴⁶, a qual serviu de embrião para a criação da atual Cooperativa Central Catarinense de Laticínios Ltda. (CCCL). Segundo COLLI (1992: 46), ela tinha a função de captar os recursos provenientes dos incentivos concedidos pelo governo, que permitia que parte do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) fosse usado na produção. O autor comenta que essa cooperativa só começa a operar depois de receber recursos governamentais através da ACARESC, entrando definitivamente na atividade leiteira em 1974, após congregar outras quatro cooperativas da região que já atuavam com o leite.

Segundo OLIVEIRA (1994), até meados da década de 70 a indústria de laticínios catarinense era formada por 30 empresas; destas 23 eram pequenos laticínios que não comercializavam leite fluido mas somente derivados, predominando a fabricação de queijos. A realidade da atividade leiteira no Vale do Itajaí, no final dos anos 60 até meados dos anos 70, configurava a presença de um grande número de laticínios e praticamente todos os agricultores produzindo leite. Essas condições, associadas à tradição de mais de 60 anos na atividade e à proximidade dos maiores centros consumidores do Estado, denota um enorme potencial para o desenvolvimento da atividade leiteira. Porém não foi o que aconteceu – a partir do final dos anos 70 a atividade entra em um processo de arrefecimento no Vale do Itajaí, perdendo espaço para outras regiões do Estado. A tabela 8 mostra a evolução do número de vacas ordenhadas e produção de leite segundo as mesorregiões de Santa Catarina entre 1985 e 1995. Verifica-se que todas apresentaram aumento da produção. O destaque fica por conta do Oeste, que apresentou uma variação percentual na produção (79,36%) mais que o dobro da apresentada pela brasileira (36,39%) no mesmo período.

⁴⁶ JORNAL DO LEITE. A história da maior empresa de laticínios do Estado. v. 1, n. 1, nov/dez 1992.

Tabela 8 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS E DA PRODUÇÃO DE LEITE SEGUNDO AS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA ENTRE 1985 E 1995

MESORREGIÃO	VACAS ORDENHADAS			PRODUÇÃO (1.000 L)		
	1985	1995	(%)	1985	1995	(%)
GRANDE FLORIANÓP.	23.762	20.607	- 13,28	25.495	28.143	10,39
NORTE CATARINENSE	41.739	36.369	- 12,87	58.669	74.224	26,51
OESTE CATARINENSE	186.575	259.481	39,08	270.493	485.151	79,36
SERRANA	59.305	49.429	- 16,65	47.153	51.276	8,74
SUL CATARINENSE	54.404	51.663	- 5,04	62.173	81.026	30,31
VALE DO ITAJAÍ	99.846	86.367	- 13,50	139.721	149.598	7,07
TOTAL DO ESTADO	465.631	503.916	8,22	603.704	869.419	44,06
BRASIL	16.890.308	20.579.211	21,84	12.078.399	16.474.366	36,39

Fonte: Censo IBGE 1985; Censo IBGE 1995/1996 e Instituto CEPA/SC (1997).

Elaboração do autor

Suscitam curiosidade os motivos que levaram a atividade leiteira do Vale do Itajaí a entrar em um processo de relativa estagnação a partir de meados dos anos 70, apesar de todo seu potencial. Na relação dos laticínios que atuam sob o serviço de inspeção estadual (S.I.E.) em agosto de 1998, constata-se a presença de apenas dois remanescentes daquele grupo de 28 existentes na região em 1970. Essa quantidade também verifica-se para estabelecimentos com serviço de inspeção federal (S. I. F.).

Os motivos que contribuíram para isso podem ser os mais variados. A certeza é que a região perdeu uma oportunidade de se transformar num pólo referencial na produção e transformação de leite, o que poderia contribuir para aumentar a competitividade da atividade em virtude da diminuição nos custos de transações. Também teria contribuído para a maior diversificação econômica da região, para a criação de postos de trabalho e quiçá uma ainda melhor distribuição de renda para a população. A presença de uma diversidade de laticínios e a concorrência entre eles, associada à tradição na produção e transformação de leite da região, criaria um ambiente propício a inovações, que poderia resultar numa maior diversidade de tipos de produtos industrializados ofertados, que tanto pode estar associada à forma de produção, à cultura, ou à preservação ambiental. A heterogeneidade dos produtos alimentares, que resulta de um mercado cada vez mais segmentado, é uma característica sempre mais valorizada pelo consumidor e seria para a região uma atração turística a mais, que se somaria às já existentes, relacionadas às festas populares, à cultura e ao meio ambiente.

Um indicativo das razões do desaparecimento de alguns desses laticínios é fornecido por COLLI (1992:45) ao mencionar o decreto do governo federal de 1976 que criava a obrigatoriedade da inspeção federal para as empresas que atuavam com produto de origem animal. Dada a forma intempestiva desse decreto e os altos custos de investimentos que muitas empresas teriam que fazer, várias delas preferiram encerrar suas atividades na área leiteira, ou então permaneceram fora do sistema legal. Esse é um aspecto relevante para a atual produção de leite no Oeste tendo em vista que na atual conjuntura do país – abertura de mercado, não-interferência do governo e competição entre empresas – alguns segmentos da produção e transformação de leite articulam-se com o intuito de obter competitividade na sua produção de leite através da criação de normas sanitárias e comerciais. Na medida em que não se dê prazo e condições (financeiras e tecnológicas) compatíveis com os modelos técnicos da produção familiar diversificada, essas normas podem transformar-se em barreiras sanitárias e comerciais à produção não especializada de leite. Sendo essas normas implantadas nas condições e velocidade desejadas pelos grupos de interesse, então certamente muitos agricultores do Oeste serão alijados da produção comercial de leite, o mesmo podendo se dizer dos pequenos laticínios que hoje estão surgindo na região. Diante dessa situação, também fica remota a realização do desejo de um grande número de agricultores da região que ainda pretendem produzir leite de forma comercial.

Outra explicação para o desaparecimento da maioria dos pequenos laticínios existentes no Vale do Itajaí no início da década de 70 pode ser obtida em GRANOVETTER (1991) quando diz que o modo como uma empresa está ou não organizada constitui-se em uma construção social. Isto é, mesmo em condições idênticas econômica e tecnicamente, são possíveis resultados muito diferentes se a estrutura social é diferente. O autor cita como exemplo o caso dos serviços elétricos dos Estados Unidos entre 1880 e 1930, que poderiam seguir três caminhos: propriedade pública, geração de energia elétrica descentralizada privada e serviços privados. Granovetter chama esta situação de “múltiplos pontos de equilíbrio estável”. Thomas Edison sempre preferiu estações centrais enquanto o banqueiro J. P. Morgan era adepto de geradores para cada residência e empresas. Granovetter conta que Edison venceu essa batalha não porque sua solução era a única tecnologicamente correta, mas porque foi capaz de construir coalizões vitoriosas com atores-chaves.

Vale lembrar que os anos 70 no Brasil ficaram conhecidos como o período do “milagre econômico” – estava-se em plena fase da consolidação da industrialização do país e da modernização da agricultura. Esses setores contaram com fundamental apoio do Estado através de incentivos fiscais e crédito facilitado. Nesse caso, o padrão preconizado era o de grandes empreendimentos, que conseqüentemente foram os que tiveram acesso privilegiado a essas políticas. A definição desse padrão contou, entre outros elementos, com a idéia-feita de que a superioridade técnica e a produção de melhor qualidade estavam relacionadas aos grandes estabelecimentos. Essa noção evidentemente não era exclusividade brasileira. As próprias inovações tecnológicas estavam direcionadas para estabelecimentos maiores, forçando os pequenos laticínios a um atraso tecnológico, o que acabou minando a competitividade de muitos deles. Mas de qualquer modo, essa idéia-feita, por exemplo, acabou prevalecendo quando se propunha a aglutinação de 28 laticínios do Vale do Itajaí em apenas três, visando solucionar a baixa qualidade dos seus produtos. Acredita-se que à época poucas soluções tecnológicas estavam disponíveis para laticínios com aqueles volumes de produção. Algumas soluções de ordem civil e organizacional poderiam ter sido implantadas visando resolver ou amenizar o problema, mas não se tem notícia que tivesse havido qualquer empenho, por parte do Estado, para que isso acontecesse. O próprio decreto-lei de 1976 que criava a obrigatoriedade da inspeção federal se encarregou de fazer a seleção e acabou legitimando a superioridade dos grandes estabelecimentos. Isto demonstra, valendo-nos das palavras de WILKINSON (1996c), que a irreversibilidade dentro de uma trajetória tecnológica (modelo técnico) particular não é necessariamente um reflexo direto da superioridade competitiva, mas pode ser o resultado de arranjos institucionais que predisporão para uma determinada solução tecnológica.

2.2.2 As cooperativas e a produção de leite no Oeste catarinense

A entrada das cooperativas na atividade leiteira no Oeste catarinense tem seu marco inicial em 1983, quando a então Cooperativa Central Agrícola Vale Ltda. – que em 1987 muda a razão social para Cooperativa Central Catarinense de Laticínios Ltda. (CCCL) – passa a atuar no município de Concórdia, na área de abrangências da Cooperativa de Concórdia (Cooperdia). Para tal, é construído nesse município um posto de recepção e resfriamento de leite.

A partir de 1986, a Cooperativa Auriverde Ltda., com sede em Cunha Porã, passa a entregar a produção de seus associados para a Cooperativa Central Agrícola Vale Ltda.

Em novembro de 1987, foi a vez da Cooperativa Regional Alfa de Chapecó entrar na atividade leiteira com a inauguração de um posto de recepção e resfriamento de leite no município de Quilombo. Mais tarde, essa mesma cooperativa constrói um segundo posto, desta vez em Caxambu do Sul.

O ano de 1988 marcou definitivamente a presença das cooperativas na atividade leiteira do Oeste. Nessa época os associados das cooperativas singulares exigiam a presença delas na comercialização do leite⁴⁷. Foi então que a Cooperativa São Miguel, com sede no município de São Miguel do Oeste, a Cooperativa Santa Lúcia, do município de Descanso, e a Cooperita, de Itapiranga, juntamente com a Cooperativa Central Catarinense de Laticínios, decidem atuar na atividade leiteira no Extremo Oeste. Para tanto, adquirem três unidades industriais pertencentes à Laticínios Chapecó, localizadas nos municípios de Descanso, Guarujá do Sul e Saudades, e iniciam as atividades em maio de 1988. Ainda no mesmo ano, a Cooperativa Itaipu, de Pinhalzinho, passa a fazer parte do sistema.

No início dos anos 90, o setor cooperativo, através da associação das cooperativas singulares do Oeste com a Cooperativa Central Catarinense de Leite, transforma-se na principal empresa a atuar na atividade leiteira na região. Encerrando o ciclo das aquisições, em 1991 o grupo das cooperativas adquire três unidades industriais pertencentes à Laticínios Ivoti, localizadas em São João do Oeste, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. Em 1994 foi construída uma unidade industrial de leite esterilizado em Concórdia.

O complexo cooperativo possuía, no final de 1995, estrategicamente localizadas na região Oeste, três unidades industriais e oito postos de resfriamento: aquelas localizadas em São João do Oeste, São Miguel do Oeste e Concórdia; estes em Guarujá do Sul, Campo Erê, Quilombo, Pinhalzinho, Cunha Porã, Palmitos, Planalto Alegre e Seara. Esse complexo se transforma, no início dos anos 90, na indústria com o maior volume de recepção de leite na região. Essa transformação em tão curto espaço de tempo pode ser resumida em três fatores principais. Um fator preponderante foi o desejo e a eficiência dos agricultores familiares em transformar em comercial uma atividade voltada à subsistência. A produção de leite na região, até um determinado limite de escala, teria a função de

⁴⁷ Jornal do Leite. nov/dez 1992. v.1, n.1, p.2.

utilizar os fatores produtivos ociosos ou aproveitá-los melhor. Por exemplo, a atividade leiteira ao utilizar a mão-de-obra nos chamados “tempos mortos” e as glebas de terra inadequadas ao cultivo de lavouras anuais, permite que a produção de leite da maioria das propriedades do Oeste tenha custos de produção nos mesmos níveis de regiões consideradas altamente competitivas, como Nova Zelândia, Uruguai e Argentina. Um segundo fator foi a grande capilaridade das cooperativas, que permitiu o acesso à produção de leite em quase todas as comunidades da região. O último e terceiro fator deve-se à união de nove cooperativas agropecuárias da região em torno da Cooperativa Central Catarinense de Leite, que já estava presente no mercado e portanto possuía certa experiência na atividade.

Um relatório da Gerência Geral de Produção e Indústria da Cooperativa Central Catarinense de Laticínios Ltda.⁴⁸ dá conta da existência, no final de 1995, de 15.104 fornecedores de leite a ela vinculados. Desses, 12.717 ou 84,2% localizavam-se na região Oeste e forneceram 110 milhões de litros de leite, ou 73,9% dos 148 milhões de litros de leite recebidos pela cooperativa.

Em outubro de 1996 as nove cooperativas singulares do Oeste catarinense mais uma cooperativa do estado do Paraná, a Caminsc, do município de Mariópolis, e uma do Planalto catarinense, a Cooper Campos, do município de Campos Novos, rompem com a Cooperativa Central Catarinense de Laticínios Ltda. e formam a Cooperativa Central Agromilk, com sede em Concórdia, cuja base territorial abrange mais de uma centena de municípios e congrega mais de 34 mil sócios, dos quais 13 mil vendem leite. Ela possui três plantas industriais no Oeste, sendo uma unidade produtora de leite esterilizado e creme de leite no município de Concórdia, uma produzindo queijo em São João do Oeste e outra produzindo doce de leite em São Miguel do Oeste. Uma quarta planta produz queijo em Campos Novos, no Planalto catarinense.

Em dezembro de 1996 a Cooperativa Central Agromilk Ltda. oficializa um acordo comercial societário com a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLPL), dona da marca Batavo. Essa associação permite que a Batavo dobre o volume de captação de leite, passando para 300 milhões de litros em 1997. Com essa parceria, disse o presidente da Batavo, *“a cooperativa pretende se expandir para fazer frente à crescente participação*

⁴⁸ Cooperativa Central Catarinense de Laticínios Ltda, Gerência Geral de Produção e Indústria. **Informações gerais da produção primária.** Jan. 1996.

*dos grupos multinacionais no mercado brasileiro*⁴⁹ e em julho de 1996 ele já defendia uma parceria entre todas as cooperativas de laticínios do Paraná e Santa Catarina para evitar a concorrência entre elas, o que só servia – diz – para dar espaço aos grandes grupos privados⁵⁰. No final de 1997 a compra do controle acionário da Batavo já estava sendo disputada pela Bombril-Cirio e Parmalat. As negociações estavam emperradas pelo fato de a Batavo pagar aos seus cooperados R\$ 0,30 por litro de leite, enquanto a concorrência estava pagando em torno de R\$ 0,16 por litro. No início de 1998 a CCLPL acaba vendendo 51% de suas ações para a Parmalat. Como a legislação atual impede que empresas com fins lucrativos, como a Parmalat, controlem cooperativas, foi criada a Batavia, que herdou todos os ativos da Batavo inclusive a marca e a carteira de clientes e em julho de 1998 inaugura a ampliação e modernização de sua unidade industrial de Concórdia, a qual, conforme relata a Gazeta Mercantil, recebeu investimentos de 10 milhões de reais. Foi ampliada de dois mil metros quadrados para 4,5 mil metros quadrados, o que aumentou a capacidade diária de processamento de leite de 90 mil litros para 330 mil litros. Nessa unidade, além do esterilizado e do creme de leite que já eram fabricados, a indústria passa também a produzir doce de leite e manteiga⁵¹. Tendo em vista que somente essa unidade tem capacidade instalada para processar em torno de 30% de todo o leite comercializado atualmente no Oeste catarinense, isso se reveste da maior importância para a consolidação de grande parte dos agricultores da região Oeste na produção integrada de leite.

2.2.3 Estudo da cadeia produtiva em Santa Catarina

Com o advento da abertura de mercados, especialmente do Mercosul, tem aumentado o interesse no estudo de cadeias agroalimentares, principalmente naquelas que envolvem produtos agrícolas denominados de “sensíveis”, porque se imagina que apresentam menor competitividade em relação a outros países.

A noção de cadeia agroalimentar implica uma abordagem integrada dos processos que ocorrem desde a produção, passando pela transformação, comercialização até chegar ao consumidor. Esta abordagem é válida na medida em que se constata forte interação entre processos de produção, comercialização, industrialização e consumo, bem como efeitos determinantes de uns sobre outros elos da cadeia (ESCOSTEGUY, 1993a : 9). Isso

⁴⁹ REVISTA BATAVO. Batavo X Agromilk: uma parceria com visão de futuro. n. 62, dez. 1996, p. 6.

⁵⁰ LUCAS, T. O leite que todo mundo quer. **Revista expressão**. v. 6, n. 67, jul. 1996.

⁵¹ GAZETA MERCANTIL. Batavia duplica fábrica de derivados de leite. 23 jul. 1998, p. C7.

também permite diagnosticar os principais pontos de estrangulamentos em cada elo da cadeia produtiva, possibilitando a proposição de melhorias a partir da visão de todo o sistema.

Por tais motivos esse tipo de estudo tem acontecido em praticamente todos os Estados. A partir de 1995, em Santa Catarina, a EPAGRI, contando com a participação da Cidasc, Icepa, cooperativas e indústrias de laticínios, inicia o estudo da cadeia produtiva do leite⁵². Indica como principais ponto de estrangulamento no processo produtivo:

- a) grande número de agricultores que adotam sistemas de produção não especializado tem apenas o objetivo de obter uma renda complementar;
- b) grande parte da produção de leite é destinada ao consumo na forma “*in natura*” (leite cru) e à produção de derivados “coloniais”;
- c) baixa eficiência técnica e econômica dos sistemas, resultando em baixa produtividade média das explorações e altos custos de transporte da produção;
- d) grande número de propriedades apresenta **altos índices de diversificação** de atividades agrícolas: exploram a atividade leiteira para autoconsumo e como renda complementar [grifo nosso];
- e) produção sazonal da atividade leiteira;
- f) alto custo de produção do atual sistema produtivo comparado com custo de produção de regiões com maior produtividade;
- g) alto custo de transporte do leite devido à pulverização geográfica das propriedades rurais;
- h) a produção de leite de miniusinas concorre com o leite comercializado pelas indústrias de laticínios;
- i) a produção informal de queijos coloniais concorre com a produção de queijos da agroindústria formal (com inspeção federal).

Esse estudo, além do diagnóstico, também sugere ações para a solução dos principais problemas detectados, com prioridade na questão de assistência técnica à produção de leite. Dentre elas destacamos as seguintes:

- a) os técnicos devem atuar especificamente na atividade leiteira;

⁵² Tivemos acesso ao estudo, mas trata-se de material de circulação restrita, uma vez que ainda não foi publicado.

- b) priorizar a assistência técnica aos agricultores especializados na atividade e àqueles já treinados nos cursos profissionalizantes de gado leiteiro e que tenham maior potencial de resposta;
- c) o Estado deve dar apoio aos produtos de importância econômica.

O tipo de abordagem proposta pelo estudo da cadeia produtiva do leite continua com o mesmo perfil das políticas públicas – que tratamos no capítulo 1 e contribuíram para a modernização da suinocultura – colocadas em ação desde os anos 60 até meados dos anos 80, as quais se mostraram infrutíferas para dar conta de um desenvolvimento equânime. Falando especificamente sobre o trabalho extensionista, mas que também poderia ser estendido para todos os outros atores sociais, ABRAMOVAY (1998) diz que o público da extensão deveria ser definido antes de tudo como o conjunto das múltiplas iniciativas destinadas à valorização do espaço e das oportunidades locais de geração de renda.

O estudo comenta que o fato de os agricultores adotarem um sistema de produção não especializado seria um dos motivos que estaria impedindo o desenvolvimento da atividade, mas não apresenta qualquer dado que comprove essa afirmação. Ora, a região do Vale do Itajaí tem tradição de mais 80 anos na produção de leite, três ou quatro gerações de agricultores se passaram, e a maioria ainda persiste nesse sistema. Não haveria necessidade de questionar por que esses agricultores preferem desenvolver sistemas com altos índices de diversificação? Que motivos os levam a ter esse comportamento? Conservadorismo? Falta de conhecimento? Não gostam de ganhar dinheiro? Preguiça? Certamente os que continuam nesse sistema devem ter razões muito fortes e que não têm nada a ver com essas suposições. Algumas dessas razões discutimos no capítulo 1.

Antes de substituir os sistemas praticados pelos agricultores seria recomendável que se conhecessem suas razões para então tentar melhorar esses sistemas e adequá-los às exigências de quantidade, qualidade e higiene a partir desse entendimento. Nas propriedades da agricultura familiar de Santa Catarina todas as rendas são importantes por menor que seja seu valor. Conhecer melhor a perspectiva do agricultor certamente ajudaria a entender por que ele adota essa estratégia, o que requer uma abordagem sistêmica em que a atividade leiteira é apenas mais uma das que fazem parte da estratégia de sobrevivência da família. Formular políticas a partir desse entendimento e sob essa perspectiva contribuiria para torná-las mais realistas e exequíveis.

Em um estudo sobre a atividade leiteira do Alto Vale do Itajaí, MOREIRA (1994) estratificou os agricultores que produzem leite naquela região em micro, pequenos, médios e grandes, e a maioria dos agricultores entrevistados pela pesquisadora tem em comum o fato de serem policultores e ter na diversificação a segurança da unidade produtiva.

O fato de grande parte da produção ser destinada ao consumo na forma *in natura* e à produção de derivados “coloniais” não significa um estrangulamento no processo produtivo; como indica o estudo da cadeia produtiva, antes ao contrário, trata-se de uma oportunidade. Significa que há um mercado com potencial nada desprezível, e que pode ser “reapropriado” por um grande número de famílias de agricultores ou seus filhos, podendo se transformar numa grande oportunidade de trabalho no meio rural, em tempo integral ou parcial. Pode estar aí a oportunidade que os filhos de agricultores vão buscar nos centros maiores.

Quanto à sazonalidade da produção, trata-se de uma situação que precisa ser resolvida com criatividade. Cada região, comunidade ou mesmo agricultor pode ter uma solução mais adequada. A verdade é que a sazonalidade está relacionada com a estacionalidade da produção de pasto e muitas vezes sua solução implica em custos proibitivos ou na quebra de um sistema equilibrado ecologicamente. Pelo lado da produção, por exemplo, pode ser pensado em melhoramento da pastagem hibernal nativa da região ou a utilização de raças bovinas mais adequadas a essas condições ou a combinação das duas alternativas. Mas também podem ser adotadas alternativas pelo lado da transformação. Assim, por exemplo, a indústria pode ser dimensionada para operar com o volume de leite produzido no inverno, e a produção excedente do verão poderia ser utilizada por agricultores individuais ou em grupo para industrializar produtos coloniais, artesanais, queijos de longa cura e sorvetes. Evidentemente muitas soluções poderiam emergir caso os atores estivessem comprometidos com a valorização dos espaços e a criação de oportunidades de geração de rendas. Isso dependerá de projetos que vão além da produção agrícola, sem no entanto desprezá-la.

Sob essa noção e a partir de uma perspectiva mais realista das unidades familiares de produção é que deveriam estar alicerçadas as propostas de políticas para a agropecuária de forma específica, e o desenvolvimento de toda uma região de modo geral. Só assim haveria ambiente propício para que a maioria da população rural (homens e mulheres) pudesse enxergar esse espaço como o local para realizar seus projetos de vida. Nesse

sentido é que ABRAMOVAY (1998), referenciando Kayser *et al.* (1994), coloca que *são os projetos que moldam os territórios*. O livre curso das forças de mercado tende a desperdiçar vocações e capacidades que as políticas públicas têm a missão de encontrar e estimular. Segundo HERVIEU (1997), dois obstáculos espreitam o desenvolvimento rural: o primeiro consiste em pensá-lo apenas em função do desenvolvimento da agricultura: o segundo é pensar o mundo rural independente do mundo agrícola.

Segundo COLLI (1992), a característica da produção leiteira em pequenas propriedades pulveriza esta produção e torna onerosa a tarefa de coleta do leite, já que é percorrido um longo trajeto para recolher um pequeno volume de leite por propriedade. Em decorrência desta realidade, as indústrias de laticínios são obrigadas a operar com extensas linhas de coleta de leite para suprir sua demanda de matéria-prima. Opinião idêntica é compartilhada por outro técnico entrevistado. Referindo-se à produção de leite em Santa Catarina, fez a seguinte consideração:

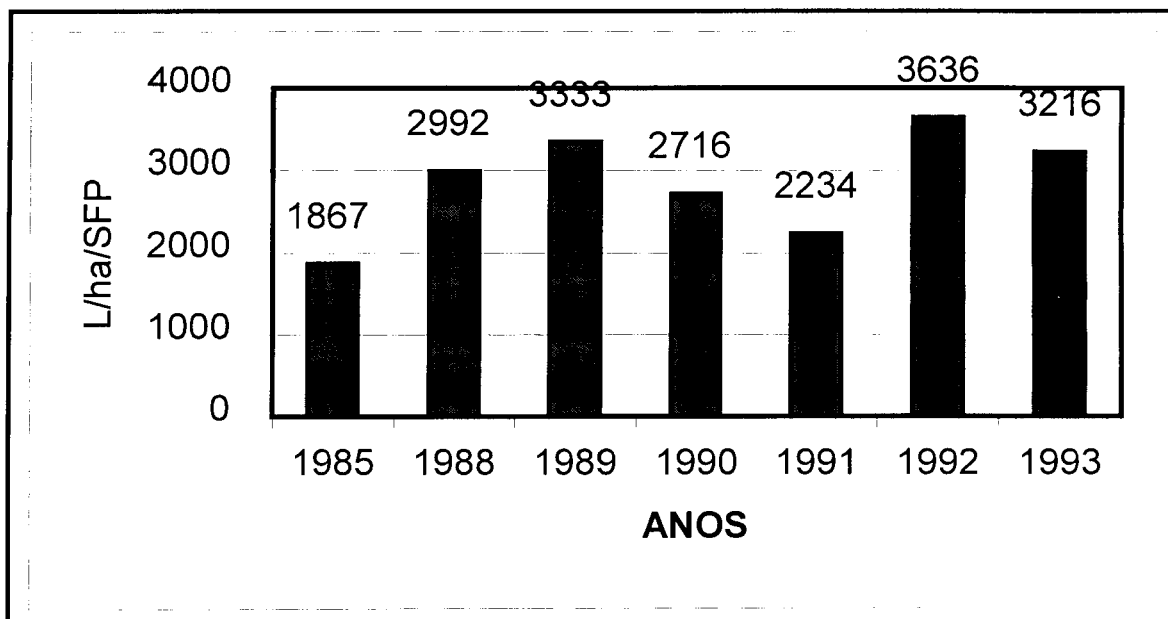
A pequena produção está onerando demais a coleta do leite. Comparando com a de outros países onde o leite é coletado a granel, em caminhões-tanque que levam 22 a 25 mil litros cada um, circulando em 5 a 6 propriedades para encher um tanque. Assim, o custo do transporte baixa significativamente, comparando com esse que é transportado em tarros, um pouquinho em cada propriedade. Por isso, mesmo que o produtor ganhe uma margem razoável por litro, se ele não tem uma quantidade de produção significativa ele não tem renda suficiente para permanecer na atividade. Essa é uma das grandes preocupações hoje. Como intensificar a renda nessas propriedades?" (Entrevista 2, março de 1998)

Quanto aos altos custos de transporte, o capítulo 3 dedica um tópico específico ao assunto.

No que se refere à baixa produtividade dos sistemas de produção de leite em Santa Catarina, como é mencionado pelo estudo da cadeia produtiva, muito pode ser feito para melhorá-los, já que poucos trabalhos de pesquisas com abordagem sistêmica foram desenvolvidos até o momento. No entanto pode se arriscar dizer que muitas propriedades ou sistemas de produção do Oeste apresentam produtividade que nada deixa a desejar quando comparada com outras regiões.

Na figura 4 pode-se observar a produtividade média por hectare de pastagem de alguns dos principais tipos de propriedades diversificadas do Oeste catarinense.

Figura 4 – PRODUTIVIDADE MÉDIA DE PROPRIEDADES TÍPICAS DO OESTE CATARINENSE EM DIVERSOS ANOS ACOMPANHADAS PELO MÉTODO DE GESTÃO AGRÍCOLA (LITROS DE LEITE/ha DE SUPERFÍCIE FORRAGEIRA PRINCIPAL)



Fonte: MELLO (1997)

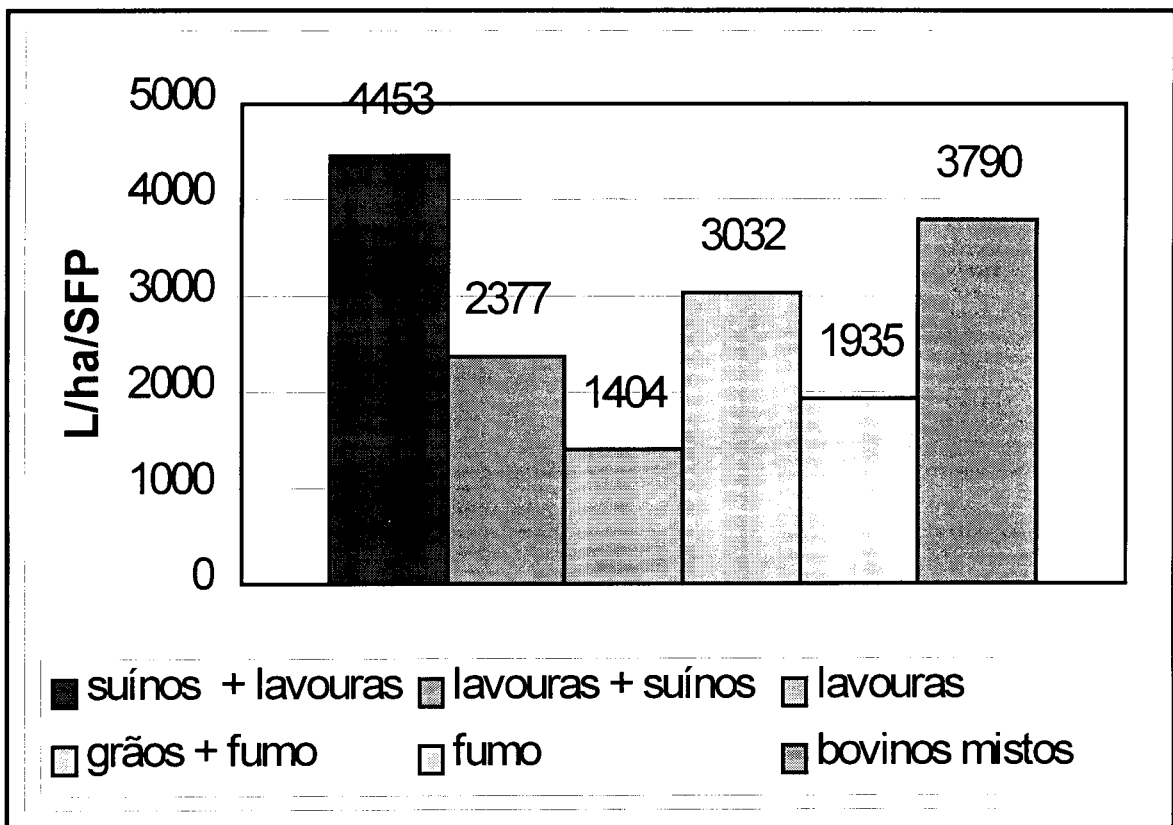
Os dados da figura 4 representam a produtividade média por hectare de pastagem de uma amostra de 20 a 34 (conforme o ano) propriedades típicas do Oeste catarinense entre 1985 e 1993. Esses dados de produtividade quando comparados com os resultados encontrados em uma pesquisa realizada em Minas Gerais em 1995, evidenciam a superioridade das propriedades catarinenses. O “diagnóstico da pecuária leiteira do estado de Minas Gerais” que pesquisou 1.000 produtores de leite associados as cooperativas, verificou que a produtividade média da atividade ficou em 521 litros/ha/ano entre os pequenos produtores, 765 litros/ha/ano entre os médios e 1.376 litros/ha/ano entre os grandes, enquanto a produtividade média das propriedades do Oeste catarinense nos anos 90 ficou próxima de 3.000 litros por hectare (MELLO, 1997). Recorde-se que o estado de Minas Gerais é um tradicional produtor de leite.

Vale destacar que para as unidades familiares de produção do Oeste catarinense o que importa é a produtividade por hectare de pastagem, já que a terra é o fator mais restritivo. Apesar disso a maioria das análises referencia a produtividade/vaca e acaba propondo ações no sentido de melhorá-la. Esse é o caso, por exemplo, da introdução de

vacas importadas, que – não sendo consideradas essas restrições e as restrições ambientais – apenas servem para algumas poucas propriedades.

A figura 5 apresenta a produtividade média de alguns dos principais tipos representativos de propriedade do Oeste Catarinense, segundo a definição do INSTITUTO CEPA/SC (1994). Trata-se de uma amostra composta de 6 a 10 propriedades por tipo cuja média foi ponderada pela área de pastagem. É importante ressaltar que os custos dessas propriedades variaram de 9 a 13 centavos de dólar por litro de leite.

Figura 5 – PRODUTIVIDADE MÉDIA DE SEIS TIPOS DE PROPRIEDADES REPRESENTATIVAS DO OESTE CATARINENSE – SAFRA AGRÍCOLA 93/94 (LITROS DE LEITE POR HA DE SUPERFÍCIE FORRAGEIRA)



Fonte: Mello & Ferrari (1995)

Uma comparação das produtividades apresentadas na figura 5 pode ser feita com os resultados encontrados por OLIVEIRA (1992), que realizou entre 1988 e 1991 um acompanhamento técnico e econômico com os produtores de leite tipo B de estabelecimentos representativos do Sul de Minas Gerais, cuja produtividade média

encontrada foi 1.995 litros de leite por hectare de pastagem/ano. Os dados da figura 5 mostram que apenas um tipo de propriedade do Oeste catarinense apresenta produtividade inferior a essa; um outro tipo apresentou produtividade aproximadamente igual; e os outros quatro, produtividade superior. Existem propriedades individuais dentre essas estudadas por MELLO & FERRARI (1995) que apresentam produtividade próxima a 7.000 litros de leite por hectare/ano, o que se aproxima dos 7.500 litros de leite por hectare/ano obtidos pelas melhores propriedades da região de Santa Fé, Argentina, que utilizam o sistema de pastagem de alfafa⁵³.

Mesmo considerando que essas comparações podem apresentar alguma fragilidade, elas nos habilitam a fazer alguns questionamentos. Em primeiro lugar, elas expõem os limites das análises das cadeias produtivas, sobretudo daquelas que apresentam grande heterogeneidade, especialmente quando a partir dessas análises se pretende propor políticas. Em segundo lugar, permitem questionar o dogma segundo o qual sistemas de produção diversificados apresentam produtividade inferior aos sistemas especializados. Por último, mostram que muitas análises para a produção especializada do Sudeste do Brasil são incorporadas sem sofrer uma crítica e adequação para a produção familiar do Sul. Por esse motivo, é importante ter presentes as diferenças apresentadas pelas unidades familiares de produção quando comparadas com outros locais. Sobre isso também foram poucos os trabalhos de pesquisa realizados até esta data. O destaque fica por conta de algumas pesquisas em propriedades realizadas pelo CPPP/Epagri, CETAP e Unijuí, e mais recentemente APACO/CCA/UFSC.

2.2.4 Módulo de produção

A produção de leite na região Oeste catarinense está presente em praticamente todas as propriedades, sendo que grande parcela dos ex-suinocultores vislumbram na produção de leite uma reinserção no mercado, podendo gerar um elevado número de ocupações produtivas, que poderiam se equivaler, *a priori*, às que a suinocultura proporcionava e com vantagens decorrentes das suas especificidades, sobretudo quanto a descentralização, desconcentração espacial e interiorização e maior distribuição de renda.

Mas a produção e transformação do leite no Oeste catarinense vive um momento decisivo, que envolve a definição de modelos técnico-econômicos, trazendo em seu bojo

⁵³ BALDE BRANCO. Leite argentino se produz com alfafa, técnica e baixo custo. n. 388, p. 19, fev. 1997.

reflexos (a) econômicos (na competitividade da produção e na dinâmica econômica regional); (b) sociais (definição do número de oportunidades e da natureza das relações de trabalho, se familiar ou assalariado); (c) ecológicos (uso eficiente e protecionista de recursos naturais marginais) e (d) políticos (de representatividade política da região junto aos governos estadual e federal).

No centro do debate dos modelos de produção a serem adotados está a escala da produção por produtor, a tecnologia a ser utilizada (material genético, produtividade/vaca, formas de alimentação das matrizes, instalações e manejo da criação) e se os modelos culminarão com um sistema especializado ou diversificado de produção. De forma indireta, a escala de produção adotada e a produção especializada ou diversificada poderão resultar em: (a) produção familiar ou (b) empresarial com o uso de mão-de-obra assalariada.

A combinação destes elementos pode ser sintetizada em dois modelos de produção que polarizam o debate:

1. produção especializada em grande escala;
2. produção diversificada de escala média.

Os rumos que a produção e transformação de leite no Oeste tomarão será o vetor resultante das diversas forças que estarão agindo sobre o sistema. Para identificar esses rumos é importante conhecer a posição e o poder de alcance das principais lideranças regionais e a congruência de seus pensamentos e ações com os cenários externos, com o que também se pode identificar a existência ou não de abertura para a adoção de estratégias diferenciadas para a região.

É possível produzir leite de qualidade, com índices produtivos razoáveis, em sistemas diversificados? Até que intensidade de diversificação agrícola é possível produzir leite comercialmente? O fundamental nesta questão é partir para uma compreensão mais detalhada da realidade dos produtores de leite. Certamente teríamos, como resultado desse esforço, elementos que indicariam a necessidade de uma outra política de desenvolvimento para a agricultura em geral, e para a bacia leiteira em particular (ESCOSTEGUY et al.1993a).

Quanto à escala e à diversificação da produção, um dos técnicos representante do setor público de pesquisa e extensão rural manifestou-se da seguinte forma:

A produção de leite no Oeste é viável, mas não para todos os agricultores. Será viável para as unidades que conseguirem definir um sistema de produção que

permita produzir um mínimo necessário para aquilo que chamo de 'unidade economicamente viável', e isso vai ser definido pelo próprio mercado. Calculo que isso deve ser em torno de 40-50 vacas por propriedade, o que pode ser conseguido com área em torno de 20 ha. Esse tipo de propriedade pode conduzir outras atividades paralelas, porém a principal renda tem que vir do leite. Porque produzir leite "de qualquer jeito", em pequena escala não vai ser viável, do ponto de vista de qualidade e de custo de coleta. Então o agricultor terá que entrar em um grau de produção profissional, isto é, vai se tornar um produtor de leite profissionalizado. É o mercado que vai definir isso. [...] Isso é uma imposição do mercado. Se verificarmos o preço do leite que está entrando no país atualmente, e competindo com a nossa produção, estão dando uma clara sinalização que teremos preços cada vez menores (Entrevista 2, março de 1998). [grifo nosso]

Esse ponto de vista traduz a opinião corrente entre os principais especialistas da área: utilizam-se os conceitos de escala industrial e busca-se implementá-los na agricultura. Esta perspectiva esteve presente nos projetos de desenvolvimentos guiados pela teorias de desenvolvimento do período "fordista" (SCHURMAN, 1993) e que dão mostras de sua dificuldade para promover um desenvolvimento que considere as pessoas e o meio ambiente (REDCLIFT, 1993). Essa lógica está voltada em especial aos interesses dos grandes capitais industriais, e com certa frequência esteve presente nas ações de pesquisa agrícola e extensão rural (BELATO, 1985; PRETTY, 1995). Não se pode negar que esse modelo teve algum sucesso quanto ao volume de alimentos produzido, mas há casos em que os custos ambientais e sociais superam em muito seus benefícios. Esse modelo, segundo GRIMM (1994:32), leva a um desenvolvimento sem equidade, em que os mais fracos são aniquilados e a concentração de riqueza se acentua. Por isso, sugere o autor, ele deve ser encarado com grandes reservas no Estado de Santa Catarina, uma vez que grande parcela de seus agricultores familiares carecem de capital, de capacitação gerencial e de conhecimento tecnológico. Isso sugere a necessidade de políticas públicas distintas da maioria das que foram adotadas até agora.

Quanto à "imposição do mercado" a que se referiu o entrevistado, WILKINSON (1997) cita que as abordagens de rede desenvolvidas por Callon, Latour e Granovetter, oferecem teorias operacionais das organizações econômicas que transcendem as noções de eficiência. "*Esses autores têm formulado hipóteses com relação à criação, manutenção e consolidação de coalizões heterogêneas que asseguram estilos específicos de organização econômica e tecnológica*". Essa abordagem, ao mostrar que o mercado e a estrutura de preços são conseqüências e não a origem dos arranjos institucionais, desmistifica os critérios de competitividade transmitidos pelo entrevistado. Também não foi considerado

por ele que hoje, além das demandas econômicas e da quantidade ofertada de alimentos após a produção ter acontecido, cada vez maior será o questionamento por parte da sociedade quanto à qualidade dessa produção, que não se refere apenas à qualidade industrial mas também está relacionada com suas conseqüências para o ambiente, a geração de empregos e assim por diante. Isso requer que as ações estejam inseridas em um contexto de desenvolvimento rural e não exclusivamente sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola.

Contraopondo-se às proposições que aconselham uma especialização para a produção de leite na agricultura familiar do Oeste catarinense, TESTA *et al.* (1996), em trabalho que pretende discutir e propor ações que visam o desenvolvimento sustentável da região, sugerem sistemas diversificados de produção agropecuária semelhantes aos que atualmente são ali desenvolvidos pela maioria das propriedades agrícolas. Assim, segundo aqueles autores a produção de leite representaria apenas um dos componentes do sistema de produção e seria explorada, de forma combinada, com mais uma a no máximo mais quatro atividades comerciais. Deseja-se que a atividade leiteira contribua com 20% a no máximo 50% da renda da operação agrícola (ROA)⁵⁴ da propriedade. No contexto de um desenvolvimento regional e rural harmônico para o Oeste, os autores sugerem que os sistemas de produção para o leite ocorram em propriedades familiares diversificadas, com seis a dez vacas com médio padrão genético cuja produtividade situa-se entre 8 e 12 litros/vaca/dia, obtidas com uma alimentação predominantemente à base de volumoso.

Dados do Censo Agropecuário para Santa Catarina 1995-1996, demonstrados na tabela 9, revelam no Oeste a existência de 70.577 agricultores que produziram um total de 485 milhões de litros de leite em 1995. Desses agricultores, 38.179 vendem leite, perfazendo um total vendido de 348 milhões de litros em 1995. Ou seja, um pouco mais da metade vende o leite que produz, podendo-se inferir, com base nos dados, que existe uma considerável parcela que vende seu leite depois de transformá-lo em produtos lácteos ou que realmente não o comercializa sob nenhuma forma. Isto denota que há um potencial

⁵⁴ A renda da operação agrícola (ROA) representa a diferença entre a renda bruta e os custos reais, sendo que a renda bruta é o valor gerado pela produção vendida ou consumida ou pela família acrescida da diferença de inventário, apurada pela diferença de valor monetário entre o estoque final e o estoque inicial descontado o valor da compra de animais, enquanto os custos reais representam todos os custos da propriedade agrícola, incluindo a depreciação, com exceção da remuneração da mão-de-obra familiar e os juros sobre o capital próprio (SOLDATELLI *et al.*, 1993).

nada desprezível para aumentar a produção comercial, apenas incluindo no mercado uma parcela dos agricultores que ainda não comercializam a produção.

Tabela 9 – PRODUTORES E VENDEDORES DE LEITE, VOLUME DE PRODUÇÃO E DE VENDA NA MESORREGIÃO OESTE SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E O TOTAL DE SANTA CATARINA

Microrregião	Leite produzido			Leite vendido		
	Infor- mantes	Média vacas	Produção (mil litros)	Infor- mantes	Quantidade (mil litros)	Litros por dia
Chapecó	24.519	3,27	145.240	12.782	98.794	21
Concórdia	11.288	4,33	90.351	7.192	68.377	26
Joaçaba	10.257	3,83	83.293	4.443	59.748	37
São Miguel do Oeste	17.600	3,84	128.612	10.665	96.385	25
Xanxerê	6.913	3,37	37.655	3.107	24.756	22
Total Oeste Catarinense	70.577	3,68	485.151	38.179	348.060	25
Total do Estado	145.668	3,46	869.419	61.394	557.077	25

Fonte: IBGE (1998) - Censo Agropecuário 1995-1996 – Santa Catarina.

Os caminhos da especialização apontam para a diminuição de agricultores produzindo e comercializando leite. Tomando-se como exemplo as proposição do técnico (entrevista 2) relatada acima elaboramos a tabela 10. Nela foram considerados três módulos hipotéticos de produção, com 30, 40 e 50 vacas e produtividade de 3.600 litros de leite/vaca/ano. A partir desses dados calculou-se quantas propriedades seriam necessárias para produzir o volume de leite comercializado no Oeste em 1995/1996⁵⁵ e, por conseqüência, quantas seriam excluídas da produção comercial.

Assim, para a escala que foi proposta pelo entrevistado, isto é, de 40 a 50 vacas por propriedade agrícola e produtividade de 3.600 litros de leite/vaca/ano, cada propriedade produziria 144 a 180 mil litros de leite/vaca/ano. Nessas condições, bastariam apenas de 1.933 a 2.417 agricultores para produzir o volume de 348 milhões de litros de leite que em 1995 foi comercializado na região por 38 mil agricultores. Isto significa que, mantendo-se constantes os volumes comercializados, cada agricultor que passasse a atuar com essa escala deslocaria da comercialização em média 15 a 19 agricultores.

⁵⁵ Utilizaram-se como base os dados do Censo Agropecuário 1995/1996 – Santa Catarina, do IBGE (1998), que dão conta, para o Oeste Catarinense, um volume de 348 milhões de litros de leite comercializados em 1995 por 38.179 estabelecimentos, conforme apresentado na tabela 9.

Tabela 10 - PRODUÇÃO ANUAL DE LEITE, PRODUTORES NECESSÁRIOS PARA PRODUZIR O VOLUME DE LEITE COMERCIALIZADO NA REGIÃO OESTE EM 1995 E O NÚMERO DE PRODUTORES EM “EXCESSO” QUANDO SE ADOTA ESCALA DE 30, 40 E 50 VACAS POR PROPRIEDADE AGRÍCOLA.

Vacas por propriedade	Produção/propriedade por ano (litros)	Produtores necessários	Produtores atuais	Produtores em “excesso”
30	108.000	3.223	38.179	34.956
40	144.000	2.417	38.179	35.762
50	180.000	1.933	38.179	36.246

Fonte: elaboração do autor

O volume da produção de leite depende de condicionantes internos e externos às explorações rurais. Os externos escapam ao poder decisório dos produtores, enquanto os internos à propriedade são manejáveis e formam o arcabouço de gestão dos produtores. Sendo assim, considerando apenas o nível interno à propriedade, a decisão sobre o tamanho do plantel - e conseqüentemente do número de vacas e da produção de uma propriedade agrícola - dependerá da disponibilidade de recursos produtivos (terra, mão-de-obra e capital), dos objetivos do agricultor (renda mensal, reserva de valor, ocupação da mão-de-obra, melhor utilização da terra, manejo do solo), da preferência do agricultor e sua família pela atividade e da tecnologia utilizada. Com efeito, um dos fatores mais restritivos para o aumento do plantel e por conseqüência do número de vacas para a maioria das propriedades agrícolas do Oeste catarinense é a disponibilidade de terra que cada uma possui.

A tabela 11 apresenta algumas características de determinados sistemas diversificados de produção agrícola do Oeste acompanhados pela Epagri. Pode-se verificar que o número médio de vacas por propriedade varia de 4 a 7,8 e também que o número de vacas/ha SAU varia de 0,20 a 0,39. A mesma pesquisa mostra que em torno de 25% da SAU é dedicada à pastagem. Assim, é possível deduzir que a lotação média de vacas por hectare de pastagem varia de 1,0 a 1,6. Considerando-se que a lotação mencionada anteriormente refere-se apenas às vacas, pode-se arriscar dizer que poucos produtores especializados alcançam esse desempenho a não ser em sistemas intensivos, com elevada quantidade de forragem conservada. Porém, nesse caso, tais sistemas sofrem restrições econômicas e ambientais. ESCOSTEGUY *et al.* (1993b) verificaram, em pesquisa realizada

em sistemas semelhantes no Noroeste gaúcho, que parte do satisfatório resultado apresentado por eles deve-se ao uso da alimentação no cocho, baseada em culturas hortícolas e gramíneas perenes, como batata-doce, abóbora, mandioca e cana-de-açúcar. Além disso, o cultivo dessas lavouras é realizado na forma consorciada ou em sucessão de culturas, o que aumenta a eficiência no uso do solo. Isso se transforma em um fator preponderante na agricultura familiar da região dada a exigüidade de área disponível.

Tabela 11 – CARACTERÍSTICAS DE ALGUNS SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO OESTE CATARINENSE SAFRA 92/93

SISTEMAS DE PRODUÇÃO	ÁREA TOTAL (ha)	SAU ⁵⁶ (ha)	VACAS (CAB.)	VACAS/ÁREA TOTAL	VACAS/SAU (ha)
Aves, cereais e outros grãos de 1 a 15 ha de SAU	22	13,4	4,3	0,19	0,32
Aves, cereais e outros grãos de 16 a 30 ha de SAU	28	20,6	4,1	0,14	0,20
Suínos Terminação, aves, cereais e outros grãos de 16 a 30ha de Sau	36	26,0	6,5	0,16	0,25
Bovinos, cereais e outros grãos – 1 a 15 ha de SAU	16	11,4	4,0	0,25	0,35
Bovinos, cereais e outros grãos – de 16 a 30 ha de SAU	38	23,5	6,33	0,16	0,27
Suínos ciclo completo, bovinos e cereais – 1 a 15 ha de Sau	19	13,8	5,4	0,28	0,39
Suínos ciclo completo, bovinos e cereais – 16 a 30 ha de Sau	37	22,39	7,8	0,21	0,35

Fonte: EPAGRI (1996).

Outro ponto importante nessas lavouras é que elas requerem relativamente pouca mão-de-obra e, sob a perspectiva do agricultor, não exigem o cumprimento de um rígido cronograma nos tratos culturais, o que permite utilizar a mão-de-obra nos períodos ociosos.

⁵⁶ SAU (Superfície Agrícola Útil) refere-se à área de terra de uma propriedade agrícola (própria ou arrendada) que é utilizadas para lavouras anuais ou perenes (excluídas as áreas de florestas e bosques).

isto é, nos chamados “tempos mortos” em que estão se desenvolvendo as culturas e as criações. Outra forma muito comum de utilização do solo é o cultivo de pastagens em áreas impróprias ou inadequadas para lavouras e que potencializam o uso do solo, as quais ESCOSTEGUY *et al.* (1993b) denominaram de forragicultura de “cantos”, “beiras” e “curvas”. Os “cantos” são pequenas parcelas do terreno de difícil acesso e/ou com formato restritivo à mecanização. Geralmente estão próximas ao estábulo e são cultivadas com pastagens anuais de verão. As “beiras” são as margens das estradas onde são cultivados capim-elefante e cana-de-açúcar. Têm o objetivo de controlar a erosão e fornecer alimentos aos animais, principalmente no verão quando diminui a área destinada aos animais. As “curvas” correspondem aos terraços de base estreita, que tem o objetivo de controlar a erosão nas áreas de lavouras anuais e onde é plantado capim-elefante, cana-de-açúcar ou outra gramínea de verão.

Essas forrageiras são manejadas em regime de corte e fornecidas aos animais no cocho – passando previamente por um picador de forragem – ou diretamente no potreiro. Esse sistema à primeira vista parece demandar uma excessiva carga de trabalho, o que não deixa de ser verdade quando comparado com outros sistemas (mecanizado ou a pasto). No entanto, como a utilização desses pastos inicia em meados da primavera e se estende até final do outono, coincide justamente com a época em que o agricultor vai à lavoura diariamente. Como as pastagens de “beira” ou de “canto” estão no caminho que leva à lavoura, quando o agricultor retorna para casa aproveita para colher o pasto que será dado aos animais. Apesar da exigência de maior intensidade de trabalho, quando comparado com outros sistemas, a lógica organizacional – tanto física como do pessoal – faz com que a execução desse trabalho se dê de maneira eficiente. Trata-se de uma outra forma de utilizar os “tempos mortos”.

Isso faz com que a produção de leite em sistemas diversificados, como é o caso do Oeste, apresente-se eficiente do ponto de vista dos custos econômico e ambiental. Como essa eficiência estará relacionada com a adequada utilização dos recursos de cada propriedade, fica claro que cada qual apresentará uma escala ótima. Os sistemas de produção diversificados da agricultura familiar do Oeste são complexos, e o agricultor, porque vive essa realidade, tem conhecimento de que qualquer mudança em um dos componentes do sistema implica todo um rearranjo no sistema que pode torná-lo inexequível.

Não se trata aqui de idealizar o conhecimento local dos agricultores, dicotomizando esse e o técnico-científico e atribuindo ao conhecimento do agricultor um valor intrínseco e que por isso deve ocupar um lugar central no desenvolvimento rural sustentável, como é criticado por GUIVANT (1997). Pretendeu-se demonstrar, isso sim, como ressalta essa autora, que *“as formas como os agricultores estruturam suas propriedades mostram um rico mosaico de práticas, conhecimentos, estratégias e interesses, que configuram diferentes estilos agrícolas por trás das aparências de uniformização”*.

Visando verificar como os agricultores familiares da região do Alto Uruguai gaúcho consideram a atividade leiteira, tanto em termos de processo produtivo em si como da importância socioeconômica da atividade para a reprodução de seus familiares e de seus estabelecimentos, ESCOSTEGUY *et al.* (1993b) conduziram pesquisa de campo em quatro municípios representativos⁵⁷. Essa pesquisa tem grande relevância para esta dissertação porque em primeiro lugar há uma semelhança entre o Alto uruguai gaúcho e o Oeste catarinense, tanto no que concerne às características edafoclimáticas quanto à forma da colonização, à origem étnica dos colonos, à estrutura fundiária e ao tipo de agricultura: familiar baseada em policultivo. Em segundo lugar, porque a denominada “nova bacia leiteira” que ocupa toda a região Noroeste do Rio Grande do Sul é também de formação recente. Contudo, tanto uma como a outra já detêm a maior produção leiteira em seus Estados. A expansão dessas bacias leiteiras, no lado gaúcho, ocorreu como uma alternativa econômica à sucessão trigo-soja⁵⁸, em vez da suinocultura como foi o caso do Oeste catarinense. Finalmente, a relevância da pesquisa também reside na adoção de uma abordagem metodológica híbrida, situada entre o método analítico clássico e o enfoque de sistemas, que busca analisar a produção de leite do grupo de agricultores entrevistados sem perder de vista o conjunto da unidade de produção familiar. Este método parece mais adequado para entender a lógica das complexas interrelações existentes nos sistemas de produção utilizados pelos agricultores e que os autores chamaram de policultores com

⁵⁷ A pesquisa constou de entrevistas detalhada com 40 agricultores, distribuídos em oito comunidades pertencentes aos municípios de Sarandi, Rondinha, Erechim e Jacutinga. Os objetivos da pesquisa foram: a) caracterizar as unidades de produção familiar da região do Alto Uruguai gaúcho; b) conhecer as práticas adotadas pelos agricultores e a racionalidade na produção de leite; c) identificar os principais pontos de estrangulamentos na produção de leite, considerando como um todo o sistema diversificado de produção.

⁵⁸ Para uma explanação aprofundada sobre produção comercial do leite na região Noroeste do Rio Grande do Sul como uma alternativa da agricultura familiar ao cultivo de trigo e soja, ver LAUSCHNER (1993).

diferentes níveis de “especialização nas relações de mercado”.

Contra-pondo-se à visão dominante no meio técnico e empresarial, ESCOSTEGUY *et al.* (1993b: 56-57) concluem que

o trabalho executado fornece elementos para o questionamento do mito da necessidade da especialização na produção de leite. (...) os pequenos produtores da região de abrangência deste estudo somente viabilizar-se-ão como bons produtores de leite em sistemas agrícolas pluri-produtivos. A especialização não vingará, como também esses produtores não abandonarão a produção de leite, a menos que as condições de mercado deteriorem-se ainda mais. Estes produtores são e permanecerão diversificados. Esta afirmação baseia-se na constatação a campo, de uma lógica gerencial e de sobrevivência que induz e confere estabilidade aos sistemas, garantindo a reprodução deste grupo social, embora em condições precárias, as quais podem e devem ser superadas.

A conclusões semelhantes também chegaram PERONDI & KIYOTA (1997), num estudo de caso no Sudoeste do Paraná.

Em resumo, a mudança de um desses sistemas para outro, como é a proposta da especialização na produção de leite, representa uma profunda reorganização da propriedade, que envolve desde a reordenação no uso do solo até a organização do trabalho, a mecanização e outras.

Verifica-se, pois, que proposições de manutenção e implantação de sistemas produtivos diversificados para a agricultura familiar do Oeste catarinense, como as que foram propostas por TESTA *et al.* (1996) e citadas acima, vêm ao encontro da lógica dos atuais sistemas de produção desenvolvidos pela agricultura familiar da região.

A produção de leite em unidades familiares de produção diversificada do Oeste catarinense mostra-se eficiente em custos e nada impede que possa ser em qualidade industrial. O desenvolvimento da atividade leiteira no Oeste de forma desconcentrada constitui-se numa alternativa de melhor adequação socioeconômica e ambiental, podendo transformar-se, nessas condições, em uma atividade âncora capaz de promover o desenvolvimento de toda a região de forma mais equânime.

Existem possibilidades de viabilizar a produção de leite sem concentração da produção. Para tanto Pascal Byé⁵⁹ sugere estratégias diferentes daquelas que denominou de “tipo prego” - como se fosse uma linha de montagem em que as etapas se sucedem, uma dependendo de a outra estar acabada. Sua proposição é que a produção de leite sem a

⁵⁹ Informação fornecida pessoalmente ao Professor Wilson Schmidt em julho de 1997.

tendência à economia de escala passe pela adoção de estratégias que ele denominou de “tipo pente”, em cuja noção está implícito trabalhar em várias frentes ao mesmo tempo (tendências de demanda, exigências financeiras, formas de organização, normas, treinamento, pesquisa agropecuária e industrial, logística, necessidades do consumidor e outras). No capítulo seguinte analisaremos algumas delas.

CAPÍTULO III

3. A PRODUÇÃO DE LEITE E A VIABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PRODUTIVAS OU POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL?

Neste capítulo resgata-se e analisa-se algumas políticas do “tipo pente” como chamou Pascal Byé – que estão ou que poderiam estar sendo implantadas com o objetivo de afastar as possibilidades de exclusão dos agricultores da produção e transformação de leite no Oeste catarinense e dar à região uma possibilidade concreta de desenvolvimento que leve em conta as pessoas e o ambiente.

A noção das políticas tipo pente incorpora a idéia de implementar ações em várias frentes ao mesmo tempo, como por exemplo as que dizem respeito às questões financeiras, organizacionais, mercadológicas, de pesquisa agropecuária e industrial, normatização, logística, treinamento e outras. Essas ações precisam estar sintonizadas pelo menos com duas tendências. A primeira refere-se aos movimentos ambientalistas que pressionam por padrões ou regulamentações agrícolas no sentido de prevenir impactos ambientais negativos, fazendo emergir demandas por alimentos produzidos com menor agressão ambiental e isentos de resíduos poluidores. A título de ilustração, WARD (1993) relata que na Inglaterra a partir da metade dos anos 80 começa a aumentar a consciência social sobre qualidade dos alimentos, do meio ambiente, e a valorização da paisagem rural. Como consequência, também aumentam as críticas a algumas práticas agrícolas e às implicações negativas sobre o bem-estar animal dos sistemas de criação em confinamento, o que contribui para minar a legitimação das políticas que incentivavam modelos produtivistas. Um exemplo na mudança nos rumos das políticas é uma iniciativa lançada em 1991 pela Direção Geral de Agricultura da Comissão Européia denominada LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), que tem por objetivo o desenvolvimento econômico, social e cultural das zonas rurais desfavorecidas dos quinze Estados-membros da União Européia. Grosso modo, esse programa visa corrigir os efeitos colaterais perversos produzidos pela política agrícola adotada na Europa desde o pós-

guerra. Esses efeitos, já bem conhecidos, foram o êxodo rural, a desertificação humana de grandes áreas, a perda da identidade cultural e das tradições em muitas regiões e a homogeneização da produção. A segunda tendência refere-se à necessidade de retirar o viés urbano das políticas que incorporam a idéia de que o meio rural pode ser um local propício à luta contra o desemprego, a exclusão e a pobreza.

Especificamente para a produção leiteira do Oeste as políticas públicas devem ser implementadas no sentido de seguir duas vertentes principais: viabilizar a inserção ao mercado dos agricultores que produzem em sistema de integração para as agroindústrias e uma segunda vertente voltada àqueles agricultores que verticalizam a produção artesanal ou que incorporem qualidades específicas. Iniciaremos, pois, analisando algumas ações relacionadas com a viabilização da produção integrada e na seqüência trataremos de algumas questões voltadas à viabilização da verticalização da produção através dos agricultores ou suas organizações.

3.1 INTEGRAÇÃO COM OS LATICÍNIOS E O CUSTO DA COLETA DO LEITE

Na atualidade a produção integrada de leite no Oeste catarinense configura-se em um elemento-chave para a consolidação de um expressivo número de propriedades na atividade leiteira, especialmente se os laticínios tiverem acesso ao mercado externo à região. O escoamento da produção de leite para fora da região se reveste de importância dada sua condição superavitária. Para uma população urbana de 576 mil habitantes foram comercializados no ano agrícola 1995/1996, segundo o IBGE (1998), 348 milhões de litros de leite, o que significa uma oferta per capita anual de mais de 600 litros, que é mais de quatro vezes superior ao consumo médio nacional. Isso significa que atualmente o Oeste catarinense já é uma região exportadora de leite e com um enorme potencial para aumentar ainda mais a produção. Por esse motivo é importante ter na região empresas capazes de escoar essa produção para outros mercados, sem no entanto minar a atual competitividade da produção de leite dos sistemas diversificados. Isso implica conciliar as exigências dessas empresas às condições peculiares da produção familiar diversificada do Oeste catarinense. Nesse sentido analisaremos algumas dessas exigências quanto à sua pertinência e, evitando incorporar qualquer determinismo, apenas a título de exemplo, discutiremos algumas possíveis soluções.

Tanto os laticínios de grande porte presentes no estado de Santa Catarina quanto considerável parcela do pessoal técnico que atua na área de produção, comercialização e industrialização do leite apontam os custos de transporte do leite no primeiro percurso – ou seja, desde a propriedade do agricultor até a unidade de resfriamento ou processamento industrial – como um dos fatores que mais afeta negativamente a competitividade da atividade leiteira do Estado. Aponta-se ainda como fator negativo o pequeno volume que cada agricultor produz e a grande dispersão destes agricultores por todo o território de Santa Catarina:

(...) outro grave problema é o grande número de pequenos produtores espalhados por todas as bacias leiteiras do estado, o que contribui para uma verdadeira “pulverização” da produção. Isso dificulta a coleta através das linhas de produção e encarece sobremaneira o custo do transporte, com prejuízos tanto para as empresas quanto para os produtores. (...) a dificuldade de coleta pode ser avaliada pela estratificação dos produtores por faixa de produção. Mais de 60% dos fornecedores enquadram-se na categoria de pequenos produtores. Fornecem até 450 litros/mês e participam com menos de 25% no volume de produção entregue às cooperativas (CONCEIÇÃO, 1993:2).

O mito da superioridade técnica e econômica da grande produção por um lado, e as análises originárias das regiões que praticam sistemas especializados na produção de leite e que possuem estrutura fundiária diferente da encontrada no Oeste catarinense contribuíram para influenciar muitas análises que tratam da produção de leite em Santa Catarina. Não encontramos na literatura, para as condições dessa região, pesquisas que confirmassem aquela afirmação ou que revelassem qual o impacto do aumento do volume transportado na diminuição dos custos, o que nos leva a sugerir três motivos, não excludentes, que podem estar conduzindo a formulação daquela hipótese. A primeira é que as análises simplesmente reproduzem, sem contestar, os argumentos defendidos pelas indústrias, cujos interesses ficam claros na declaração de um representante de um laticínio do Estado, em entrevista direta:

Nós tínhamos um grande interesse em aumentar a produtividade, por isso tínhamos que acenar com preços melhores para quem produzisse mais volume. Então criamos uma tabela de preços diferenciados por volume. (...) Criamos no início três faixas de preços conforme o volume entregue, onde o preço final era diferente. (...) Nós optamos sempre por esse sistema, porque o produtor que produz 100 litros por dia ele tem um cheque e três análises de gordura [custo mensal para a

indústria], e isso é igual para quem produz 100 ou para quem produz 20 litros por dia (entrevista 4, março de 1998).

Quando o entrevistado diz que para aumentar a produtividade tinham que acenar com preços maiores, ele está se referindo ao pagamento diferenciado por volume entregue. Atualmente as indústrias de maior porte adotam essa estratégia, sendo que algumas possuem mais de 15 faixas progressivas de preço do leite segundo o volume entregue. Certamente deve haver outros custos operacionais além dos citados pelo entrevistado, mas arriscamos dizer que não devem ser os que oneram o custo de transporte mais significativamente. Além disso, com o advento da informática, esse tipo de custo tende a reduzir sensivelmente.

Quando questionado se o “prêmio” oferecido no preço do leite aos agricultores que vendem maior volume não era superior à diminuição dos custos que o maior volume proporcionava, o entrevistado dá pistas de que pelo menos uma parte desse “prêmio” é arcada pelos agricultores que vendem volumes menores.

(...) é um risco, porque se você paga por volume, o produtor que tem um volume maior tem um preço diferenciado, se todo mundo tem aquele volume você acaba tendo um custo da matéria-prima maior, então freqüentemente você tem que rever a tabela de preços. (Entrevista 4, março de 1998)

A segunda alternativa é que estas análises reproduzem as conclusões obtidas em pesquisas para regiões com características diferentes das que são encontradas no Oeste catarinense. Finalmente, a última alternativa é que elas podem estar impregnadas pelo preconceito de que a eficiência é inerente à grande produção.

As características específicas da estrutura fundiária da região Oeste merecem que se faça uma análise aprofundada da situação. Como já comentamos no capítulo I, foi de 24,2 hectares o módulo básico da área vendida aos colonos. A colonização configurou uma distribuição organizada e geométrica dos lotes que apresentam a forma de um quadrilátero, cujas dimensões variam de 1.000 a 1.200 metros de comprimento e 200 a 240 metros de largura. Mais tarde a divisão desses lotes por motivos de venda ou partilha por herança realizava-se em geral no sentido transversal do terreno, deixando-os ainda mais estreitos. A disposição espacial era feita de tal forma que pelo menos uma das extremas – normalmente

a mais estreita – coincidia com um curso d'água. Assim, o lado de maior comprimento do lote iniciava no curso d'água e seguia em direção ao divisor de água. Por ocasião da instalação no seu lote, o colono construía a moradia e as outras instalações próximo a este curso d'água visando o fácil acesso a ele. Posteriormente as estradas foram locadas no sentido transversal aos lotes cruzando próximo às instalações das propriedades. Sendo assim, na maioria das estradas, grosso modo, ao se rodar um quilômetro, em média, se passa em frente a quatro ou cinco propriedades. Essa característica imprime à região pelo menos três vantagens competitivas em relação aos custos de transporte do leite no primeiro percurso e que, dependendo dos rumos que a atividade tomar, podem ser melhoradas.

Em primeiro lugar, certamente muitas linhas de leite do Oeste apresentam baixo custo de transporte do primeiro percurso uma vez que basta rodar alguns poucos quilômetros para completar a carga de um caminhão. Nesse caso o que pode estar onerando em demasia esse custo é a distância dessa linha à unidade industrial. Em segundo lugar, na maioria das localidades da região, tendo em vista a grande concentração de propriedades e o potencial produtivo que elas apresentam e o desejo dos agricultores em desenvolver a atividade (CORTINA *et al.* 1994), há um bom potencial de produzir volumes consideráveis em pequenas áreas geográficas. Basta proporcionar condições técnicas e financeiras para que aqueles agricultores que ainda não produzem comercialmente ou que produzem abaixo do potencial das propriedades diversificadas possam fazê-lo, sem que com isso haja necessidade de especialização na atividade. As condições técnicas e financeiras devem ser oferecidas, por exemplo, exclusivamente àquelas propriedades que se enquadrem na sugestão de TESTA *et al.* (1996), ou seja, com no máximo 50 hectares, até o limite de dez vacas cuja base alimentar deve ser pastagens, e propriedades em que a atividade leiteira contribua com 20% a no máximo 50% da ROA total. Finalmente, a proximidade das propriedades facilita a organização de grupos de agricultores com vistas a adquirir e administrar unidades coletivas de ordenha, armazenagem e resfriamento do leite. Uma variante dessa proposta seria criar pontos de coleta onde houvesse um resfriador adquirido e administrado por um grupo de agricultores, que após a ordenha em seus estabelecimentos levariam o leite a esse local onde seria resfriado e posteriormente coletado pelo caminhão-tanque. Nesse caso seria recomendável que a distância entre o resfriador e a propriedade não ultrapassasse dois quilômetros. Outra variante dessa proposta é os agricultores resfriarem o leite em sua propriedade e o levarem a um ponto de

coleta instantes antes de um caminhão-tanque passar para coletá-lo. Portanto, haveria necessidade de realizar estudos e discutir em cada linha com agricultores, freteiros, indústria e outros interessados os problemas de cada linha e as soluções. Havendo igualdade de forças e interesse comum, certamente viriam à tona muitas soluções que trariam resultados benéficos a todos.

Em alguns momentos há uma certa contradição nos discursos. Existe pressão para que o agricultor individualmente aumente o volume de leite entregue à indústria, visando diminuir o custo de coleta. Ao mesmo tempo, a organização dos agricultores no sentido de centralizar e aumentar o volume entregue por ponto de coleta é visto com restrição por algumas indústrias:

(...) o grupo é uma coisa que está surgindo em todo o Estado, e foi um maneira de fazer com que o produtor tivesse um preço melhor sem melhorar sua produção. É um erro que está havendo isso, eu sou contra.(...) você acaba juntando vinte produtores de vinte litros, o que dá quatrocentos litros/dia e o produtor passa a receber incentivo por quatrocentos litros. (...) Os produtores se contentam com aquilo e não crescem mais, onde deveria ser individualmente isso. (...) pegar produtores que tenham volume pequeno, formar grupos, você cria uma ilusão e vai ter um preço totalmente diferente sem ter ganho nenhum em termos de produtividade e de volume por produtor, o que acaba só encarecendo teu produto (Entrevista 4, março de 1998).

A opinião acima deixa dúvidas quanto à real importância dos custos de coleta do leite. Fica implícito que ao menos uma parte do maior preço pago aos agricultores com maiores volumes é custeada pelos agricultores que entregam menores volume via achatamento nos preços recebidos.

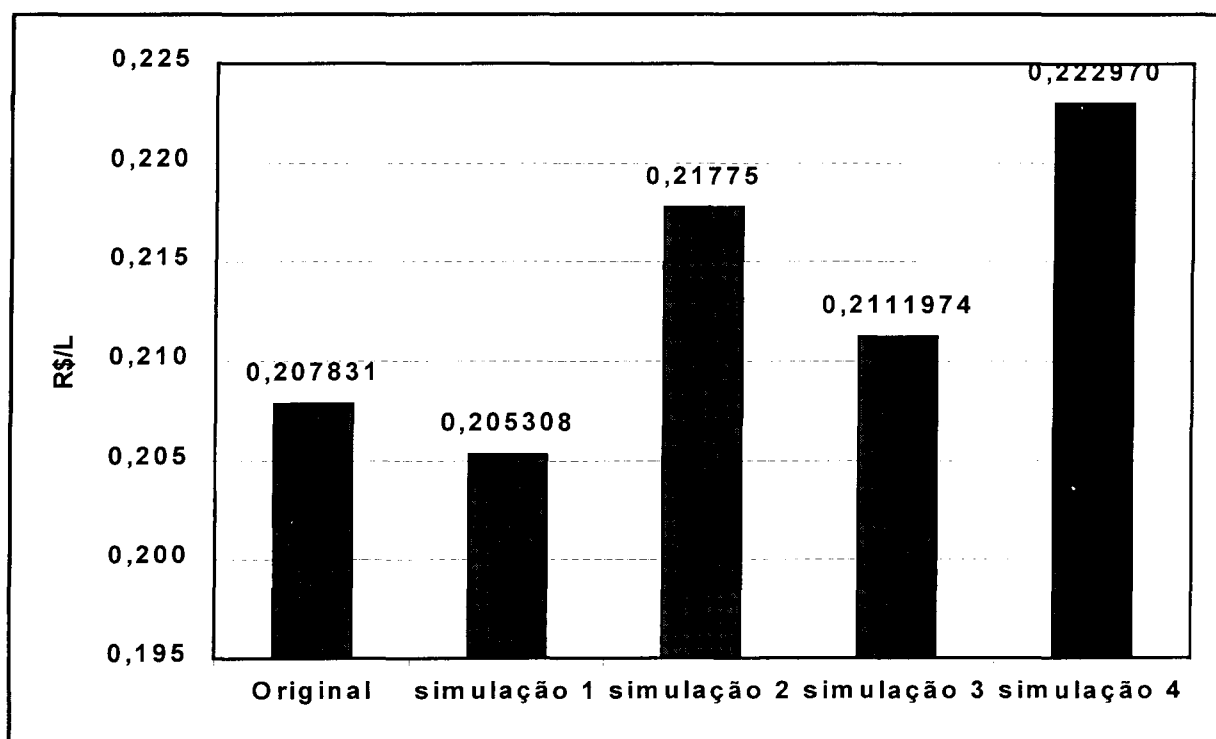
O incentivo na forma de preços diferenciados conforme o volume vendido tem sua eficiência limitada à elasticidade-preço da oferta. Sabe-se que para muitas propriedades, devido à deficiência em terra e capital, ela se apresenta relativamente inelástica. Isto é, mesmo existindo um “prêmio” na forma de melhores preços para quem vende maior volume, essa propriedade, dadas suas características, estaria impedida de produzir maiores volumes.

A tabela de preços pagos ao produtor (leite posto na plataforma) por uma indústria do Oeste catarinense, onde havia 15 faixas segundo o volume de leite entregue no mês, iniciava com a faixa de 1 a 600 litros a R\$ 0,1738, e terminava com a faixa acima de 18.000 litros a R\$ 0, 2605. Portanto, a variação entre o menor e o maior preço é de 49,88%. Tomando por base essa tabela, fizemos quatro simulações:

1. Simulação 1: todos os agricultores que vendem menos de 1800 litros/mês passam a vender essa quantidade, o restante permanecendo constante, o que proporcionaria um incremento de 32% no volume de leite recebido pela indústria.
2. Simulação 2: os agricultores que vendem menos de 900 litros/mês são descartados, aumentando proporcionalmente o fornecimento dos demais produtores de modo a manter o volume de leite recebido no mesmo patamar da Simulação 1.
3. Simulação 3: os agricultores que vendem menos de 900 litros de leite por mês são descartados, aumentando proporcionalmente o fornecimento dos agricultores remanescentes de forma a manter o volume total inicialmente recebido pela indústria.
4. Simulação 4: descartar os agricultores que vendem menos de 900 litros/mês, aumentando proporcionalmente o fornecimento dos demais produtores remanescentes, de modo a manter o volume de leite recebido no mesmo patamar da Simulação 1 (incremento de 32%).

Na Figura 6 pode-se comparar o custo médio do litro de leite para a indústria, na plataforma, na situação original, com o das quatro simulações.

Figura 6 – CUSTO MÉDIO DO LITRO DE LEITE PARA O LATICÍNIO, NA PLATAFORMA, COMPARADO COM QUATRO SIMULAÇÕES.



Fonte: dados primários da indústria

Elaboração do autor

Estas simulações demonstram que, usando a tabela de preços da própria indústria, ao se eliminar os agricultores que vendem menores volumes e compensando essa quantidade nos agricultores remanescentes, aumenta o custo do leite para a indústria. Ao contrário, quando se aumenta em 32% a produção recebida pela indústria, apenas fazendo com que aqueles agricultores que vendem menos de 1800 litros/mês passem a fornecer essa quantidade (Simulação 1), o custo médio do litro de leite pago pela indústria diminui 1,23%. Ao se manter a mesma produção original recebida pela indústria, mas eliminando os agricultores que vendem menos de 900 litros/mês, o custo médio do litro de leite para a indústria aumenta em 1,62%. É por esse motivo que um dos entrevistados disse que esse “*é um risco que se corre*” quando se tem uma tabela de preços diferenciada por volume, e, conforme a produção dos agricultores aumenta, torna-se necessário “*rever a tabela*”.

Cumprir dizer que uma parte dos laticínios do Oeste, especialmente aqueles menores ou de instalação mais recente, não praticam tabela de preço diferenciado conforme o volume de leite que o agricultor vende. A adoção de uma tabela de pagamento do leite cujo preço aumenta conforme o aumento no volume entregue é uma estratégia utilizada pelas indústrias maiores e tem o objetivo de não perder para a concorrência seus fornecedores maiores. Não haveria nada de mais nisso se grande parte desse “prêmio” não fosse dada via achatamento do preço pago aos agricultores que vendem menores volumes, isto é, se o aumento do preço do leite fosse apenas devido à diminuição dos custos que um maior volume proporciona. Isso acaba gerando um ciclo em que o produtor que vende menores volumes tem dificuldades em se capitalizar e investir na atividade.

Na região Oeste é possível diminuir os custos do transporte do leite no primeiro percurso, o que dependerá de discussão com todos os atores envolvidos pois isso implica ações heterogêneas respeitando as diferenças existentes em cada linha de produção. Um fator importante a ser considerado refere-se à logística, visto que vários quesitos precisam ser analisados: aumento de volume dos que ainda não produzem comercialmente ou que produzem volume aquém do seu potencial, da combinação entre a quantidade produzida em uma linha e o tamanho do caminhão de coleta, da forma de coleta, do intervalo de coleta, da distância da linha à indústria e outras. O condomínio leiteiro foi, por exemplo, uma das soluções encontradas para, entre outros fatores, ajustar a produção leiteira dos agricultores do Oeste catarinense às exigências de escala da indústria.

3.2 OS CONDOMÍNIOS LEITEIROS

Uma alternativa que está sendo proposta para adequar a produção de leite às exigências de volume de alguns laticínios é através de uma forma organizativa denominada de condomínio. No Oeste de Santa Catarina ele surgiu no início dos anos 80 visando a produção coletiva de suínos.

Com base na experiência dos condomínios suinícolas, no início dos anos 90 começa a tomar forma na região Oeste a idéia de implantação de um sistema de organização coletiva para a produção de leite – o condomínio leiteiro, como é chamado. Segundo a ACARESC (s.d.), em 1989 um grupo de 16 agricultores do município de Quilombo, busca o apoio da Secretaria Estadual da Agricultura do Abastecimento e da Irrigação (SAAI) e em abril de 1990, contando com a assessoria técnica do Serviço de Extensão Rural, 11 agricultores desse grupo iniciam a instalação do primeiro condomínio leiteiro no Estado, que em fevereiro do ano seguinte recebe financiamento equivalente a 42 mil dólares do Fundo Agropecuário da Secretaria da Agricultura (FAP) para o investimento em animais, instalações, equipamentos e parte da mão-de-obra para as construções⁶⁰. Por ser o primeiro condomínio leiteiro em Santa Catarina, deveria servir de exemplo para a difusão dessa forma de organização da produção.

O condomínio leiteiro em geral se forma da associação de cinco a dez famílias de agricultores que apresentam laços de amizade, parentesco ou vizinhança. Seus sócios adquirem ou arrendam uma área de terra, onde são erguidas as construções, instalam-se os equipamentos e formam-se as pastagens. Normalmente uma parte dos animais que formarão o rebanho inicial do condomínio é oriunda da criação original de cada condômino e outra parte é adquirida de granjas especializadas em bovinos leiteiros. Adquire-se equipamentos como ordenhadeira, resfriador de leite, motores, forrageiras. Em geral contrata-se uma ou mais pessoas para desenvolver os trabalhos rotineiros do condomínio, enquanto os serviços eventuais contam com a participação do trabalho dos sócios.

A partir do início dos anos 90, quando o aumento horizontal da produção de leite no Oeste tende a estabilizar, as agroindústrias e cooperativas adotam uma estratégia que visa a

⁶⁰ Este primeiro condomínio leiteiro de Santa Catarina dissolveu-se após um ano de existência. Uma avaliação conjunta de diversas entidades regionais concluiu que a tecnologia proposta era inadequada a realidade dos agricultores e foi o principal fator que contribuiu para o fracasso dessa iniciativa.

especialização e o aumento na escala de produção de leite tendo como público-alvo os agricultores familiares que estão mais bem estruturados.

A exemplo da estratégia de especialização na suinocultura adotada pela agroindústria do Oeste catarinense no início dos anos 90, cooperativas e agroindústrias do setor lácteo promovem ações que visam uma maior especialização da produção de leite, as quais sofrem influência de análises que prognosticavam a baixa competitividade do setor lácteo brasileiro frente à abertura de mercado, em especial do MERCOSUL. As análises indicavam que essa baixa competitividade residia principalmente no elo da produção primária e que a região Sul do país seria a mais sensível. A partir desses diagnósticos, as indústrias do setor lácteo argumentam que a produção de leite do Oeste catarinense é ineficiente e que a especialização da atividade é o caminho para chegar à eficiência. Como a especialização pressupõe o emprego de uma tecnologia que necessita alguns investimentos, fica implícito que os agricultores mais bem estruturados⁶¹ são os que podem se adequar mais rapidamente a essas condições.

Nesse contexto é que o condomínio leiteiro no Oeste catarinense pode se tornar uma idéia interessante do ponto de vista do setor industrial. O objetivo principal é promover uma economia de escala da produção de leite dos agricultores familiares através da organização em torno do condomínio leiteiro. Assim, o condomínio leiteiro, ao utilizar ordenha mecânica, armazenagem em resfriador de leite e outros cuidados higiênicos e sanitários, produz dentro dos padrões exigidos pelos laticínios. Além disso, a escala de produção está em conformidade com as atuais expectativas das agroindústrias e cooperativas quanto ao volume por ponto de coleta.

Apesar dessas vantagens, os condomínios leiteiros não têm a mesma aceitação, pelos agricultores, que tiveram os condomínios suinícolas. Tanto é assim que a presença deles ainda é pequena na região. Um dos motivos pode estar relacionado com a incapacidade do condomínio em melhorar a organização interna das propriedades familiares do Oeste; um outro motivo pode estar relacionado com a inexistência de financiamentos em condições favoráveis, ao contrário do que aconteceu na disseminação da idéia do condomínio suinícola.

A experiência dos condomínios tem sido objeto de várias interpretações. As inovações organizacionais que eles proporcionam estabelecem complexas relações entre os atores.

⁶¹ Grupo de agricultores familiares que a FAO/INCRA (1994) denomina de "agricultores consolidados".

resultando em um ambiente dinâmico onde fervilham idéias e projetos. Na esfera social é que ocorrem as grandes transformações: aí o agricultor fica frente a uma nova realidade, a das ações coletivas, que envolve relações entre atores. Esta relação não está dada, ela depende de toda uma aprendizagem organizacional para gerir um sistema de produção que para esses agricultores representa uma racionalidade nova que cria formas de organização e de solidariedade. Na esfera econômica⁶², além de melhorar o poder de barganha, a presença do condomínio pode favorecer a inserção no mercado da produção dos pequenos agricultores, através da sua articulação com os capitais agroindustriais, como pode desembocar em estratégias de verticalização da produção.

Por outro lado, a retirada da produção de leite da propriedade individual levando-a para o condomínio leiteiro traz consigo pelo menos quatro situações indesejadas. Em primeiro lugar, haverá dificuldade em encontrar uso alternativo para a mão-de-obra das mulheres, jovens e idosos e para as terras inadequadas a lavouras anuais e que eram utilizadas como pastagens. O mesmo pode ser dito para os chamados “tempos mortos de trabalho”. Uma segunda situação indesejada é a ociosidade ou subutilização em que ficará a maioria dos recursos físicos como máquinas, equipamentos e instalações. Uma terceira é que o condomínio acaba sendo uma propriedade especializada na produção de leite com todos os inconvenientes já discutidos nesta dissertação, inclusive a necessidade de supervisão do trabalho assalariado. A quarta situação indesejada é que como há necessidade de uma área no mínimo igual à média das propriedades da região, a formação do condomínio pode acabar deslocando famílias da comunidade. Essas situações indesejadas talvez tenham contribuído para o pouco sucesso dos condomínios leiteiros até o momento na região.

No trabalho de assessoria que a APACO presta aos grupos de cooperação agrícola, busca encontrar formas organizacionais alternativas aos condomínios suínícolas ou leiteiros, e os motivos para isso foram explicitados por um de seus representantes da seguinte forma:

A tendência dos nossos grupos de cooperação agrícola é sair do sistema de condomínio que é bastante frágil. (...) o que acontecia nos condomínios é que o capital não era próprio, o trabalho era assalariado, a direção era do presidente.

⁶² Na implantação dos condomínios de suínos, grande ênfase foi dada para a esfera econômica, tanto por parte dos animadores do processo quanto dos próprios agricultores, o que pode ter contribuído para que muitos não obtivessem sucesso.

Então, todas as vantagens da agricultura familiar não eram incorporadas. Isto é, era feito ao contrário. Centralizava a liderança na figura do presidente, que acabava ficando dono de tudo. Resumindo: os sócios não trabalhavam na atividade, não havia uma direção e o capital não era próprio. Era a união pela dívida.(...) o problema é que centralizava-se a atividade em uma propriedade isolada. Outro problema é que a tecnologia utilizada não era a mais adequada (Entrevista 12, maio de 1998).

A questão central é que, ao retirar a atividade da propriedade levando-a ao condomínio, ocorrem algumas transformações que podem resultar no sucesso da associação ou na sua inviabilização. Em termos de propriedade dos sócios uma dessas mudanças é a que ocorre na lógica organizacional do sistema diversificado de produção de cada propriedade. Em termos comunitários, as transformações estão relacionadas principalmente à coesão social. Buscando superar as deficiências que surgem quando os grupos de cooperação agrícola se formam apenas em torno de uma ou algumas atividades das propriedades, uma das soluções que emergem das discussões dos grupos animados pela APACO aponta no sentido de alcançar a cooperação em todas as atividades desenvolvidas por eles. Seria uma espécie de coletivização de toda a produção do grupo, mas mantendo a autonomia de cada unidade individual.

Nós aprendemos que os grupos que funcionam melhor é quando todas as atividades desenvolvidas pelos membros do grupo passam pela cooperação. Não é a cooperação em uma só atividade, como acontece com os condomínios onde os membros do grupo fazem outras atividades individuais, havendo a cooperação apenas naquela atividade. (...) nos grupos onde existe a cooperação para todas as atividades cada propriedade se responsabiliza por uma atividade. Não trata de uma especialização, mas sim que aquela propriedade do grupo se responsabiliza pela execução de determinada atividade. Se mantêm as unidades individualizadas, mas o trabalho e os recursos são movimentados dentro do grupo, sendo que a renda passa pela cooperação (Entrevista 12, maio de 1998, dirigente da APACO).

A estratégia organizacional de muitos desses grupos de cooperação não se limita à produção primária. Segundo um dos dirigentes da APACO, em entrevista direta, atualmente existem mais de 30 grupos de cooperação que industrializam a produção própria através de pequenas agroindústrias rurais, sendo o leite um dos principais produtos primários que passa pelo processo de verticalização da produção.

Merece destaque o desenvolvimento de novos canais e formas de comercialização, que são utilizados tanto por agricultores individuais como por associações de agricultores. Revela-se um importante mercado local e regional, ainda não dimensionado, mas

certamente capaz de absorver considerável quantidade da produção leiteira da região, o desenvolvimento de estratégias de verticalização da produção de leite da agricultura familiar do Oeste catarinense, a comercialização direta ao consumidor, a identificação de segmentos de mercado que permitam agregar valor à produção primária.

Esse conjunto de estratégias direcionadas para novas formas organizacionais, de produção, industrialização e comercialização demonstram a capacidade de iniciativa e o potencial inovador da agricultura familiar do Oeste catarinense quando adequado apoio institucional é constituído. Isso também nos habilita a questionar a visão da irreversível homogeneização das relações entre agricultura e indústria.

3.3 PRODUTOS COM QUALIDADE ESPECÍFICA

A agricultura europeia atravessa profundas mudanças, muitas delas – segundo comenta Yves Champetier, diretor do Observatório Europeu LEADER - ditadas pelas novas expectativas dos consumidores em matéria de qualidade e diversidade dos produtos agroalimentares. O aumento da procura de produtos de qualidade específica oferece novas oportunidades às empresas e territórios rurais. Esses produtos podem abrir perspectivas interessantes para os agricultores. Contudo, em virtude da diversidade de produtos e competência comercial insuficiente ou dificuldades de acesso a informações, a exploração destes novos mercados é considerada por muitos como demasiado difícil, se não impossível. Apesar disso, Champetier acredita que os territórios rurais poderão se beneficiar das novas atividades que surgirão, simultaneamente competitivas e portadoras de valor agregado; logo, de mais emprego.

Para a produção de leite e seus derivados, DUPUIS (1993), estudando a região de Nova York, constatou duas economias leiteiras especialmente segmentadas: um tipo orientado para a grande escala, destinado ao mercado de leite fluido, e outro sistema com menor escala, baseado em pastagens e baixo uso de insumos externos, orientado para produção de queijos e outros laticínios manufaturados. Já para a região superior da Península de Michigan nos Estados Unidos, considerada marginal para o padrão americano de produção de leite, SCHARZWELLER & DAVIDSON (1997) verificaram uma recente expansão na coleta de leite feita pelos laticínios da região, visando atender uma demanda de produtos especiais, tais como sorvetes e queijos, com apelo ligado aos grupos étnicos e

locais. Do resultado desses estudos é possível constatar dois fatos que se revestem de grande importância:

1. nos Estados Unidos, onde a produção e o consumo em massa foram uma tendência, há sinais de reversão e o consumidor passa a buscar produtos diferenciados;
2. no mesmo país, embora o modo de produção e consumo em massa tenham conduzido a uma forte homogeneização tecnológica e concentração da produção de leite, ainda persistem sistemas de baixa escala, com base no uso de pasto e na adequada combinação dos fatores de produção.

A recuperação e o desenvolvimento de produtos lácteos com qualidades específicas da agricultura familiar do Oeste catarinense pode se constituir em um elemento fundamental para o futuro da atividade leiteira da região. Sendo as mulheres as principais detentoras desse saber-fazer e artífices dessas atividades, elas se constituem na mais importante fonte de dado. Portanto a recuperação desses produtos, a sua origem e evolução e a ligação com a comunidade ou região passam pela participação das mulheres e podem ser o elemento aglutinador capaz de fazer com que elas vislumbrem no meio rural e nas pequenas comunidades as oportunidades que desejam para o futuro.

3.4 OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA E GERAÇÃO DE EMPREGO

A ausência da produção de leite nas propriedades familiares é algo muito raro. Aliás, ela está tão amalgamada com outras atividades que poucos agricultores da região se sentiriam como tal se no potreiro da propriedade não houvesse ao menos uma vaca.

Considerando o número de estabelecimentos que trabalham na produção de leite na região e a geração de postos de trabalho e renda associados à atividade, apenas na esfera de produção do leite, direta ou indiretamente, são envolvidas quase 300 mil pessoas. Isso se reveste da maior importância em vista da crise de desemprego que atinge o país. Além disso, a melhor distribuição de renda tanto em nível individual como geográfico constitui-se numa característica desejada quando se pretende buscar padrões equânimes e equilibrados de desenvolvimento. Ressalte-se que a promoção e a consolidação da atividade láctea (produção, transformação e comercialização) de forma desconcentrada representa uma alternativa presente na região e com potencial suficiente para a geração de grande quantidade de empregos a custos relativamente baixos. Destaque-se ainda que o

leite, por apresentar uma entrada de caixa no mínimo mensal, representa uma atividade estabilizadora das unidades familiares de produção.

Analisando os dados da matriz insumo-produto de 1975, LAUSCHNER (1993) verificou que a agroindústria brasileira gerava mais emprego tanto direto como indireto do que qualquer outro setor. Baseado nesses dados aquele autor aponta que para cada emprego na agroindústria são gerados outros 32,33 empregos indiretos, distinguindo-se entre as agroindústrias a de laticínio, que para cada emprego direto gera outros 69 indiretos. Na tabela 12 pode-se observar uma comparação do fator multiplicador de empregos entre a indústria de laticínios e outros setores da economia. O fator multiplicador representa quantos empregos totais são gerados a cada emprego direto. Deve-se evidentemente relativizar esses dados, uma vez que eles referem-se a 1975, e no lapso de 23 anos os avanços tecnológicos tendem, cada vez mais, a aumentar o rendimento do trabalho. No entanto, o que se pretende demonstrar aqui é o superior potencial gerador de empregos do setor agroindustrial, com destaque para a agroindústria de laticínios, quando comparado com outros setores da economia. Nesse sentido, merece destaque a criação das Indústrias Rurais de Pequeno Porte (IRPP) que ao se distribuir por toda a região gera oportunidades de emprego e renda de forma desconcentrada, criando maior atratividade para o meio rural.

Tabela 12 – EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS GERADOS PELA AGROINDÚSTRIA DE LATICÍNIO E POR INDÚSTRIAS DO SETOR METALÚRGICO E MECÂNICO EM CADA AUMENTO DE PROCURA EM Cr\$ 1.000.000,00. BRASIL, 1975.

INDÚSTRIAS	Emprego de cada milhão de cruzeiros vendidos		
	Diretos	Total	Multiplicador
Laticínios	1,59	109,48	69
Tratores e máquinas rodoviárias	1,90	9,88	5
Fábrica de automóveis	1,39	12,57	9
Indústria naval	4,76	11,51	2

Fonte IBGE. Matriz insumo-produto 1975. Rio de Janeiro. Apud LAUSCHNER (1993).

Na Europa estão sendo desenvolvidas ações na busca de soluções para o desemprego, entre as quais está o chamado “pacto territorial para o emprego”, que visa a mobilização de todos os parceiros envolvidos num mesmo território ou “bacia de

emprego”, por um lado, e a necessidade de reforçar a ação das políticas estruturais em matéria de emprego, por outro. O pacto deve permitir iniciar, desenvolver ou reforçar uma política dinâmica para a escala apropriada em torno de objetivos econômicos e de criação de empregos perenes. Enquanto alguns empregos tradicionais desaparecem, novos empregos rurais são criados na Europa (INFO LEADER, 1998a: 3) e não apenas em domínios de atividades ligadas às novas funções do rural, tais como turismo e lazer, mas também na transformação de produtos agroalimentares e de artesanato em pequena escala, ou ainda atividades associadas à proteção do meio ambiente. Estas parecem ser atividades com boas perspectivas de sucesso na região em estudo. No entanto, nossa pesquisa de campo identificou apenas iniciativas embrionárias nesse sentido, especialmente na transformação de produtos agroalimentares. Elas partem de alguns grupos organizados de agricultores ou algum agricultor isolado, ou estão ligadas a algumas organizações de agricultores, como o Movimento dos Sem-Terra, ou segmentos dos movimentos sindicais. Pode-se dizer que as iniciativas institucionais relacionadas aos poderes estaduais e municipais, quando existem, estão centradas na tentativa de adequar a produção dos agricultores (normalmente os mais bem estruturados) aos interesses das agroindústrias.

Investigando um projeto de implantação de microempresas de produção e comercialização de artesanatos localizado na Serra de Montemuro em Portugal, MARQUES & PORTELA (1993) concluíram que iniciativas de desenvolvimento feitas com pessoas particularmente desfavorecidas pela desigualdade de oportunidades de emprego – no caso as mulheres rurais – podem ser uma base importante num processo de inversão das tendências de despovoamento e envelhecimento. Essa é uma preocupação que deve estar presente nos projetos que pretendem criar uma valorização da região e da sua agricultura familiar, uma vez que tanto Testa *et al.* (1996) como ABRAMOVAY *et al.* (1997) observaram uma forte tendência à masculinização do meio rural.

Considerando a capacidade de geração de postos de trabalho do setor lácteo e a vocação do Oeste catarinense para produzir e industrializar leite, aliada à crise causada pelo desemprego que se agudiza em praticamente todos os cantos e que também chegou ao Brasil, a atividade leiteira (desde a produção até a comercialização) é estratégica para o desenvolvimento sustentável da região.

3.5 INOVAÇÕES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A inovação é o resultado da iniciativa dos atores locais que buscam elementos novos para dar respostas aos desafios de produção, comercialização, e industrialização que se apresentam em uma região específica, podendo tanto ser de ordem tecnológica, cultural como organizacional. A valorização de novas oportunidades para o desenvolvimento regional depende da presença de perseverança, criatividade e consenso local, isto é, ambiente propício ao surgimento de inovações.

Um contraponto às perspectivas presentes no diagnóstico que resultou no “Programa de Incremento da Pecuária Leiteira 1992-1995”, discutido no capítulo II, é apresentado pelo OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER (1997), que sugere a utilização de oito pontos-chaves para identificar uma ação inovadora:

- a) mobilização da população e coesão social;
- b) identidade da região;
- c) imagem da região;
- d) atividades e empregos;
- e) competitividade e acesso aos mercados;
- f) migração, inserção social e profissional;
- g) ambiente, gestão do espaço e dos recursos naturais e
- h) novas tecnologias.

Deve-se observar que sob essa perspectiva a tecnologia é apenas um dos componentes para identificar ou definir uma ação inovadora, enquanto na perspectiva que culminou com “Programa de Incremento da Pecuária Leiteira 1992-1995” posto em prática em Santa Catarina, somente estava presente o determinismo tecnológico. O programa LEADER (Ligação entre ações de desenvolvimento da economia rural), que está sendo colocado em prática na União Européia com o objetivo de debater e promover políticas e ações capazes de conduzir a um “meio rural vivo”, tem revelado a existência de atores sociais inovadores, que exploram novas vias de desenvolvimento e contribuem, dessa forma, para a solução de problemas como o desemprego, a exclusão social, a poluição ambiental e a perda de laços sociais.

O aparecimento dessas novas respostas, traduzidas pelas inovações, não é fruto do acaso mas sim reflexo da evolução da sociedade. Destarte, os consumidores procuram cada vez mais produtos e serviços de qualidade e novos laços sociais que o mundo rural é capaz

de oferecer. Também podem surgir novas necessidades que não seguem obrigatoriamente uma lógica de mercado, tais como necessidades ligadas à preservação da qualidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.

3.6 O PAPEL DAS INOVAÇÕES NA DIVERSIFICAÇÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS

A partir da implantação do projeto denominado de “modernização da agricultura” é que as tecnologias disponíveis e as políticas estabelecidas favoreceram a concentração da produção em algumas unidades, provocando o abandono de unidades, o êxodo dos jovens, a ruptura do tecido social e problemas de poluição, que levam ao comprometimento ambiental de extensas áreas. Como uma forma de fazer frente a esta situação, novas oportunidades se apresentam ou podem ter a perspectivas de se apresentar, como por exemplo:

1. Tecnologias industriais que permitem o aparecimento de pequenas unidades tão produtivas como as grandes.
2. A procura crescente por produtos que incorporam certas qualidades específicas pode se constituir em uma oportunidade para as pequenas unidades voltadas para economias de escopo.
3. O aumento do nível e da qualidade de vida no meio rural abre novas perspectivas de prestação de serviços voltados ao turismo, lazer, educação e saúde.
4. Das novas funções do meio rural ligadas a uma crescente consciência ecológica, emerge a necessidade de proteção do ambiente e da gestão de recursos naturais. Isso cria condições para o surgimento de novas atividades.
5. A precariedade dos mercados e dos postos de trabalho incita estratégias de diversificação, tanto em termos das regiões como das empresas e das pessoas.

A atividade leiteira no Oeste catarinense, embora à margem de apoio oficial mais agressivo, vem se constituindo em importante nascedouro de inovações mas que não têm sido consideradas nas análises dominantes. Estas, principalmente as de natureza organizacional, constituem elementos importantes para a adequação às exigências de economias de escala. Como os principais exemplos das inovações de origem organizacional podem ser citados os condomínios leiteiros, a formação de grupos de agricultores para a entrega de leite em um único ponto, diminuindo os custos de

transporte, a formação de grupos de agricultores, associações ou cooperativas visando a verticalização da produção e a comercialização de produtos industrializados.

Dentre as estratégias de verticalização da produção leiteira, uma experiência muito fértil é a que está sendo colocada em prática pelos assentamentos de reforma agrária localizados nos municípios de São Miguel do Oeste, São José do Cedro e Anchieta. Essa experiência dos assentamentos envolve complexas relações de participação entre indivíduos e o coletivo e um dos seus resultados é a aprendizagem, que se traduz tanto no processo produtivo em si como nas novas formas de organização produtiva, da industrialização, da capacidade de ligação com os mercados e com os organismos financiadores.

Dentre as inovações tecnológicas, uma que está sendo testada e já apresenta resultados satisfatórios é a experiência de produção de leite a pasto, implementada na região principalmente através da APACO e contando com a assessoria do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural do Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Também é importante destacar o surgimento de um expressivo número de pequenos e médios laticínios, a maioria contando com o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Tamanha é a rapidez do surgimento desses laticínios que não se teve acesso a informações atualizadas do número existente, e em processo de formação na região. Segundo informações da CIDASC, em agosto de 1998 havia no Oeste dois estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual (SIE), enquanto 12 estavam em processo de regulamentação. Também em agosto de 1998 havia em funcionamento na região 42 estabelecimentos com Serviço de Inspeção Federal (SIF).

A inovação corresponde a um processo escalonado no tempo que, segundo o OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER (1997), possui várias fases sucessivas durante as quais se criam diferentes laços sociais:

1. A ação é concebida a partir da identificação do contexto.
2. Este suscita no indivíduo ou grupo de indivíduos o aparecimento de uma idéia inovadora.
3. Esta idéia transforma-se progressivamente em projeto.
4. O projeto entra em seguida em uma fase de execução.
5. A inovação consolida-se e concretiza-se.

Os riscos de insucesso são muito elevados para cada uma dessas fases e apenas um pequeno número de ações atinge a fase de realização. Em cada fase são estabelecidas novas conexões, tanto com novos atores quanto com idéias, fontes de informações, saber-fazer e outros. Sendo assim, o sucesso do processo de inovação vai depender da diversidade e solidez destas conexões. As causas de insucesso são múltiplas e variadas, mas normalmente estão ligadas à impossibilidade de realizar as conexões necessárias.

Daí a importância de apoio institucional para facilitar a realização das conexões e para a transposição de cada fase. Este apoio pode se concretizar na forma de animação do processo ou de apoio financeiro. Ressalta o OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER (1997) que embora as ações inovadoras sejam resultado de conexões e alianças, elas também são motivo de oposição por diversas razões: de certa maneira, as inovações alteram as “regras estabelecidas”, os esquemas culturais, e originam conflitos de toda a ordem (cultural, social, econômico, etc.). Opositores revelam-se durante todas as fases da inovação valendo-se de jogos de poder ou de influências buscando barrar a implantação dessas inovações. Um exemplo, que inclusive se origina dos próprios representantes de uma parte dos agricultores, encontramos na nossa pesquisa de campo e aqui colocamos para ilustrar a situação:

Qualquer indústria que não industrializar 100 mil litros de leite por dia fecha as portas. A usina que não beneficiar 100 mil litros por dia está fadada a fechar. A não ser que não pague impostos. Agora se ela for legal, pagar tudo direitinho, não sobrevive com menos de 100 mil litros por dia (Entrevista 9, maio de 1998).

Opinião semelhante é compartilhada por um representante das cooperativas singulares de produção:

Eu colocaria em xeque a multiplicação dessas pequenas indústrias. Acho que tudo bem, como mercado regional nós temos condições de manter isso. (...) Só que se quisermos ser uma região produtora de leite, com expressão nacional, temos que pensar em empresas de grande porte. A dúvida hoje está em saber o que é melhor, é a pequena empresa, aquela que hoje se prega, a empresa familiar ou aquela de grande porte? O que eu contesto é algumas questões que nos atingem. É o fato dessas empresas não manterem um nível de qualidade, o que limitaria a participação dessas empresas no mercado. Principalmente hoje se discute muito a necessidade de recursos para a saúde, para a educação, para a infra-estrutura rural, estas empresas normalmente não contribuem com os impostos. Porque a grande maioria dessas empresas não recolhem o Funrural. Vendem o produto sem nota fiscal, sonogando o ICMS (Entrevista 18, maio 1998).

A opinião apresentada acima sobre a existência e o surgimento de um grande número de pequenas indústrias de laticínios na região Oeste bem ilustra os conflitos resultantes das inovações e que muitas vezes provêm de interesses antagônicos, ou mesmo porque a inovação rompe o equilíbrio antes existente. Administrar esses conflitos é fundamental para que a inovação sedimente-se na região mas, em grande parte, trata-se de uma tarefa difícil e que depende, além das conexões institucionais, de um processo de aprendizagem.

A perspectiva apresentada pelos entrevistados também traduz o que MARQUES & PORTELA (1993) denominaram de “*hostilidade social envolvente*”. Ao mesmo tempo em que desmerecem a qualidade da produção dessas pequenas indústrias, eles também demonstram certo receio pela concorrência que elas porventura possam fazer, a qual pode se dar tanto na disputa pela matéria-prima quanto pelos mesmos mercados para os produtos industrializados. Essa estratégia que busca desqualificar a concorrência, como visto no capítulo II, é semelhante à utilizada pelos produtores especializados de leite com relação à produção oriunda da produção diversificada.

Nas duas citações anteriores há uma referência a uma suposta sonegação fiscal por parte das pequenas indústrias. Apesar de ser apenas uma suposição, fica ali implícito que um fator de competitividade dos pequenos laticínios deve-se a esse fato. Contrapondo-se a esse tipo de visão, PORTELA (1994) comenta que em Portugal há uma idéia-feita – em geral não admitida abertamente e nem proclamada – de que as microempresas rurais não são “verdadeiramente” empresas. São uma ficção. Essa idéia estaria alicerçada no fato de essas empresas apresentarem tamanho reduzido e trabalharem com pequena escala, o que as tornaria irremediavelmente pouco produtivas.

Nesta pesquisa se entrevistou o sócio-proprietário de um pequeno laticínio que produz queijo e que iniciou as suas atividades há menos de um ano no Oeste, cuja indústria tem capacidade instalada para processar 30 mil litros de leite diariamente mas atualmente processa apenas 6 mil litros devido à falta de matéria-prima. Quando perguntado sobre a viabilidade econômica de sua empresa, ele considerou que

hoje se vende qualquer quantidade de produto. Esta faltando produto. No verão eu não sei como se comportará o mercado. Agora se for pelo que é hoje a atividade, eu acho que somos inteiramente viáveis. Eu estou ganhando dinheiro industrializando 6 mil litros de leite por dia. Não vou ficar rico com isso, eu sei disso, mas o nosso

projeto é de 30 mil litros por dia. isso daria hoje um faturamento mensal de 400 mil reais, com uma margem de 7% a 8% daria uma renda líquida de 30.000 reais por mês (Entrevista 19, maio de 1998).

Esses conflitos fazem parte do processo inovador, cujo sucesso muitas vezes depende da boa administração dessas oposições. Todas as ações inovadoras dependem, da parte de seus iniciadores, de tato, imaginação e paciência para vencer as oposições, convencer as pessoas e construir alianças necessárias para o sucesso da ação (OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER, 1997: 26). Por exemplo, a empresa citada na transcrição acima possui uma capacidade instalada para trabalhar com 30 mil litros de leite por dia e atualmente mantém 13 empregos diretos mais duas pessoas que fazem o transporte do leite até a indústria. Esta estrutura processa 6 mil litros diariamente, que são fornecidos por 220 famílias de agricultores. Portanto, além dos 15 empregos diretos que proporciona, ela também busca mercado fora da região para a comercialização da produção de 220 famílias de agricultores, que obtêm, apenas com a venda do leite, uma renda bruta média de R\$ 180,00 por mês. Isso significa que apenas esse pequeno laticínio, localizado no meio rural e operando atualmente com somente 20% da sua capacidade instalada, proporciona um faturamento mensal de R\$ 39.600,00 ao conjunto dos agricultores que lhe fornecem a matéria-prima. Pode parecer pouco, mas essa renda, dado o seu alto grau de distribuição, imediatamente ingressa no ciclo econômico local e regional, criando um efeito multiplicador em toda a economia da região⁶³. Considerando o desemprego cada vez mais presente no nosso cotidiano, apenas esse motivo já seria suficiente para que a sociedade legitimasse e apoiasse a presença de inovações dessa natureza. Por isso, é nessa etapa que se deve tomar importantes decisões de estratégias políticas, de pesquisas, de recursos materiais, e assumir desafios. É a competência e a determinação dos atores envolvidos que permitirão ao projeto inovador tomar forma. Nas palavras do OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER (1997), é devido ao efeito de “bola de neve” que a inovação se agarra cada vez mais no terreno e origina cada vez mais alianças.

⁶³ Apenas a título de exemplo dessa capacidade multiplicadora, LAUSCHNER (1993: 86-87) comenta alguns trabalhos que analisam a multiplicação da renda, a longo prazo, da agroindústria norte-americana. Um deles mostra que para a economia americana de 1967 o valor da produção agropecuária entregue pelos agricultores à agroindústria multiplicava-se, a longo prazo, dentro da economia 24,6 vezes.

3.7 INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS

Na região do Extremo Oeste catarinense, a partir da segunda metade dos anos 80, foram implantados quatro assentamentos de reforma agrária, localizados nos municípios de Dionísio Cerqueira, São José do Cedro, Anchieta e São Miguel do Oeste. Nessa época estava muito presente nos debates, tanto entre os intelectuais e técnicos do Estado como entre os dirigentes e militantes do Movimento dos Sem-Terra, a organização da produção de forma individual ou coletiva. Conforme ESTERCI *et al.* (1992), surgiram posições defendendo a coletivização, bem como críticas à imposição desse modelo organizativo. Além da questão organizacional, deve-se considerar a unidade que se forma em torno da adesão político-ideológica ao coletivo (CAZELLA, 1992). Estas características, em maior ou menor grau, também se faziam presentes nos assentamentos do Extremo Oeste. PAULILO (1996:146), em pesquisa realizada no assentamento Putinga, localizado no município de Matos Costa, Centro-Oeste de Santa Catarina, observou que alguns aderiam aos grupos coletivos por ideais políticos enquanto outros em função de sua viabilidade econômica. Dessa maneira, formas de associativismo e cooperativismo foram as estratégias organizacionais utilizadas para obter economias de escala necessárias à consolidação dos assentamentos. O medo de “ficar para trás” de novo é generalizado, como observou PAULILO (1996:133), o que pressiona a adoção do pacote técnico preconizado. Apesar disso, a estrutura de preços dos grãos não permite a geração de rendas satisfatórias às necessidades dos assentados. Isso tem levado esse segmento da agricultura familiar do Oeste Catarinense a adotar uma estratégia de verticalização da produção visando alcançar maiores níveis de valor agregado. O depoimento do representante dos assentados do Oeste e que estão verticalizando a produção, especialmente o leite, bem ilustra essa situação.

(...) em 1985 teve a primeira grande ocupação, nós fomos uns dos primeiros assentados. Nós vínhamos trabalhando na forma tradicional da pequena agricultura. Também tinha alguns pequenos grupos isolados de trabalho coletivo. A partir de 1992 começamos a discutir uma outra forma de poder resistir à crise que estava presente e se agravando a cada ano. Então começamos a discutir a industrialização. Então definimos pelo produto leite, que é uma atividade que já vem acontecendo por diversos anos na região. Nós optamos pelo leite por esta atividade já estar implantada. Claro que com muita dificuldade, principalmente pelo nosso povo assentado, que tinha uma dificuldade em se estruturar (Entrevista 15, maio de 1998).

Como discutido no capítulo 1, a produção comercial de leite na região é facilitada porque não se trata de uma atividade estranha ao agricultor, praticamente todos eles a praticam, pelo menos para o consumo na propriedade, mesmo com uma certa dificuldade estrutural, conforme relatou o entrevistado acima. Como a atividade já existe na propriedade, a ampliação da produção depende apenas de alguns investimentos e uma estrutura de comercialização. Recorde-se que no ano de 1992, quando o entrevistado diz que o grupo começou a discutir a industrialização e optou pelo leite, estava em pleno debate a abertura de mercado, especialmente o Mercosul. No centro dessa polêmica estava a discussão sobre os produtos sensíveis, sendo que os produtos lácteos eram um dos primeiros a constar dessa lista. Por isso poucos estudos recomendariam sem grandes restrições investimentos nessa linha. No entanto, aumentar a produção de leite, como comentado no capítulo 1, era uma das poucas alternativas produtivas da região capaz de abrigar um grande número de agricultores. Por isso, esse grupo de agricultores seguiu adiante com a idéia, apesar de as análises indicarem que no Brasil, sobretudo no Sul, apenas algumas propriedades especializadas na produção do leite teriam eficiência bastante para concorrer com os produtos importados.

(...) os dois últimos recursos do PROCERA foram investidos nessa linha de produção de leite. Pensando na transformação do leite, a discussão começou no ano de 1993, e então começamos planejar que cada um de nós deveria investir mais na produção de leite (Entrevista 15, maio de 1998).

A partir desse aumento de produção de leite, um grupo de 38 agricultores, composto por 22 assentados mais outros 16 que vivem próximo ao assentamento, fundou uma associação, que iniciou os investimentos para a construção de uma microusina de leite em uma área localizada no Assentamento 26 de Outubro, zona rural de São Miguel do Oeste. Parte dos recursos necessários para a construção da usina era oriunda dos próprios agricultores do grupo e outra parte teve origem em um financiamento obtido no Banco do Brasil. Inaugurada em março de 1996, a usina produz principalmente o leite pasteurizado, sendo o excedente transformado em queijo tipo prato. Atualmente processa por mês 80 mil litros de leite que são fornecidos por 120 agricultores⁶⁴.

⁶⁴ Informações prestadas por representante do assentamento 26 de Outubro, São Miguel do Oeste – SC, em entrevista direta em maio de 1998.

As empresas não surgem apenas como uma forma de reduzir os custos econômicos. Esse caso seria um exemplo de que elas também são uma “construção social”, como explica GRANOVETTER (1991). Afirmar ele que as instituições econômicas são construídas por indivíduos cujas ações são facilitadas ou coagidas por estruturas e recursos disponíveis em redes sociais nas quais eles estão encaixados, o que implica construir coalizões com atores-chaves.

Como resultado dessa experiência, a idéia irradiava-se para outros assentamentos de reforma agrária do Extremo Oeste. No final de 1996 começa a operar uma outra usina, no assentamento localizado em São José do Cedro, formada por uma associação de 111 assentados. Em março de 1988 entra em operação uma terceira indústria, desta vez uma queijaria, localizada no município de Anchieta e formada pela associação de 31 agricultores, sendo 22 assentados. Todas elas utilizam em seus produtos a marca comercial “Terra Viva”.

Depois da criação dessas três indústrias, novas necessidades são sentidas, e dentro de um clima favorável a inovações, discute-se a criação de uma estrutura de comercialização. Como fruto dessa discussão nasce a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda. – COOPEROESTE – sediada no município de São Miguel do Oeste. Ela tem uma área de abrangência em 13 municípios e possui atualmente 253 agricultores associados. Sua principal função é a comercialização das três associações, além de prestar assistência técnica aos associados e buscar a ampliação do seu quadro associativo. Com a criação dessa cooperativa e a possibilidade de obter um financiamento junto ao Banco do Brasil de recursos oriundos do FAT, discutiu-se a idéia de construir uma indústria de leite esterilizado (esterilizado). Com a garantia de financiamento de R\$ 1.200.000,00 iniciou-se sua construção no interior do município de São Miguel do Oeste, às margens da rodovia que liga esse município a Dionísio Cerqueira. A obra foi inaugurada em setembro de 1998 e quando operar com capacidade máxima, isto é, três turnos diários, produzirá 100 mil litros de leite esterilizado por dia.

Com base na tabela 9 pode-se inferir que na microrregião de São Miguel do Oeste o volume médio diário de leite comercializado é de 264.068 litros. Portanto somente essa indústria, quando funcionar com todo seu potencial, absorverá 38% da atual produção de leite comercializada na região, o que pode trazer várias implicações. Para a indústria, os números revelam a dificuldade, pelo menos num primeiro momento, que terá para operar

na sua capacidade máxima devido às dificuldades de obtenção de matéria-prima. Caso ela obtenha sucesso na comercialização de seus produtos abrem-se perspectivas para que mais agricultores da região possam produzir leite comercialmente. Examinando a tabela 9 pode-se verificar que na microrregião de São Miguel do Oeste é, grosso modo, de sete mil a diferença do número de agricultores que produzem leite para os que comercializam. Isso sugere a existência de um número significativo de agricultores que podem, dependendo das políticas, passar a produzir leite comercialmente. Por outro lado, em face das dificuldades da indústria de obter matéria-prima, ela pode pressionar seus integrados no sentido de se especializar na atividade, o que aumentaria sua disponibilidade de matéria-prima mas diminuiria a competitividade das unidades familiares de produção diversificada. Enquanto a indústria viabiliza a inserção de muitos agricultores ao mercado também pode estar minando possibilidades maiores da região de produzir leite e seus derivados de forma diferenciada.

O fato do leite esterilizado ser um produto indiferenciado cujo maior apelo é o preço permite cogitar que agricultores integrados a esse tipo de indústria sempre terão maiores dificuldades para negociar preços favoráveis, sobretudo se a indústria for ineficiente no processo de industrialização e comercialização.

Mesmo havendo algumas restrições à usina de leite esterilizado, são inegáveis os avanços que ela proporcionou em termos de discussão e de aprendizado em campos não dominados pelo agricultor. Quanto à criação da cooperativa e dos laticínios de queijo e leite pasteurizado instalados nos assentamentos de Anchieta, São José do Cedro e São Miguel do Oeste, a lição a se tirar dessas experiências é que, mesmo num ambiente socioeconômico que apresenta tendência de exclusão, concentração e estagnação, quando se cria um adequado ambiente institucional, pode haver uma reversão. Como salienta GEHLEN (1994:174), a (re)criação de cooperativas – articulando os agricultores familiares e garantindo uma maior agregação de valor aos produtos – e a ampliação das associações de cooperação agrícola indicam uma estratégia criativa de resistência/afirmação dos produtores familiares diante do processo seletivo e de “descapitalização” em curso.

Assim, a existência de um ambiente favorável à inovação serve para colocar em xeque os prognósticos de que tanto a produção quanto a transformação do leite tendem à especialização e à concentração.

A organização dos assentados – e eles organizam-se praticamente para tudo, como ressalta PAULILO (1996) – é um fator preponderante para fazer aflorar um ambiente favorável à inovação. Entretanto, também deve-se destacar o importante papel que desempenham as estruturas dos sistemas financeiros e o crédito em condições facilitadas para amenizar os riscos envolvidos no processo inovativo. Um ambiente socioeconômico favorável e um adequado apoio institucional são necessários, uma vez que a idéia de fracasso é um componente sempre presente nas inovações e sua implementação implica um processo de aprendizagem, no qual o erro é um fator inerente.

3.8 PROCESSO DE APRENDIZAGEM COLETIVA

Quando nos assentamentos de reforma agrária do Extremo Oeste catarinense os agricultores instalam agroindústrias, como as usinas de leite, estão dando um salto para além dos seus saberes tradicionais de produtor familiar. Novas habilidades são necessárias ao longo das fases da inovação, envolvendo diversos domínios do conhecimento. Elas são necessárias na geração de novas formas organizacionais e sua gestão, na administração dos empreendimentos, na área comercial e industrial, na construção civil, no campo da legislação, na articulação com organismos financiadores, com órgão públicos, com ONGs. O desenvolvimento dessas novas habilidades significa um período de sedimentação da aprendizagem e a incorporação desta ao conhecimento coletivo. Mas ela não se restringe à aquisição de conhecimentos individuais: também é transposta para a esfera organizacional tanto nos níveis de direção como de execução. Aliás, a capacidade de aprendizado nas organizações, atualmente, tornou-se um elemento-chave para a competitividade. Tal conhecimento acumulado não se limita às fronteiras das organizações – toda a região acaba tendo acesso a ele, mesmo que isso importe em pagamento pelos serviços prestados.

Então, a inovação passa, utilizando os termos do OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER (1997), por um “processo coletivo de aprendizagem”, que incide nas técnicas, nos produtos, nos métodos de trabalho. Por esses motivos é que o processo de aprendizagem implica a capacidade de assumir certos riscos na inovação, porque não se pode prever antecipadamente os resultados de uma ação. Esse risco implícito pode se constituir em uma barreira para o projeto, podendo ser superado graças à atribuição de apoios financeiros específicos (OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER, 1997:30).



Após o conhecimento estar consolidado na região, ele é apropriado pela coletividade. Mesmo não possuindo experiência em uma determinada atividade, uma empresa consegue se estabelecer com maior facilidade em uma região que detém o saber coletivo da atividade porque este supera em parte as deficiências daquela. Mesmo uma empresa com experiência no ramo, caso se instale em uma região sem um mínimo de conhecimento coletivo na atividade, terá custos iniciais maiores. Havendo certa experiência consolidada em uma atividade, existem mais facilidades de acesso a esse conhecimento, mesmo que isso importe em pagamento de serviços. Por exemplo, nessa região é possível contratar mão-de-obra capacitada, há uma disponibilidade de insumos, de informações técnicas e de mercado, de empresas prestadoras de serviços. Nesse ambiente diminuem as possibilidades de erro no processo produtivo.

3.9 A INSERÇÃO NO MERCADO

O rápido processo de agroindustrialização do leite em curso na região Oeste, particularmente no contexto dos assentamentos de reforma agrária, chama a atenção pela forma como vem ocorrendo, que se baseia na produção de produtos indiferenciados ou banalizados, como queijos de massa mole, tipo queijo prato ou mussarela, leite pasteurizado e leite esterilizado. Esse é um mercado que a partir dos anos 90 vem sofrendo rápido processo de reestruturação, com exclusão e concentração de plantas industriais (FARINA, 1996:4). Esses produtos, por um lado, por se caracterizarem como *commodity*⁶⁵, obtêm maiores ganhos de escala, beneficiando as grandes indústrias. Por outro lado, há as mudanças em curso nos hábitos alimentares e a crescente segmentação do mercado, preterindo esses produtos por outros diferenciados. Constata-se uma forte tendência de substituir produtos banalizados por produtos mais elaborados ou que tragam maior comodidade ao consumo.

Essas características, se por um lado colocam em dúvida o sucesso dessas iniciativas, por outro podem demonstrar que a hipótese de oligopolização e homogeneização dos mercados não alcança a magnitude que se imaginava e que o real potencial dos mercados locais e regionais foi subestimado.

⁶⁵ Segundo FARINA (1994), *commodities* são produtos sem marca cujos preços não estão sob o controle de nenhum produtor ou consumidor individual, estando sujeitos a flutuações de demanda e oferta.

Exatamente aí é que reside a importância de inovações como as que estão sendo colocadas em prática pelos assentados no Extremo Oeste catarinense e outros grupos de agricultores na região, a exemplo das que foram feitas em tempos passados na região da Terceira Itália (Emílio Romana, Toscana, Abruzzi e Vêneto). Além do mais, o processo de inovação não se resume a um novo produto ou processo mas, segundo o OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER (1997), pode ter resultados intangíveis como novas formas de organização dos atores locais, mudança das mentalidades, atitudes, apropriação coletiva de novos métodos, novos símbolos. Isto justifica a existência de arranjos institucionais que criem clima favorável ao surgimento de inovações. Até porque, devido ao processo de aprendizagem e à "*hostilidade social envolvente*", a possibilidade de fracasso é um componente presente em todas as fases da inovação.

O depoimento de um representante dos assentados, por ocasião da nossa pesquisa de campo, ilustra o ambiente de incerteza em que as iniciativas estão inseridas. Também mostra que a atuação do agricultor em uma área até então totalmente estranha a ele requer um certo tempo até ocorrer a aprendizagem, que vai acontecendo no caminho, durante o trabalho, na base da experimentação.

(...) nós até temíamos um pouco em disputar mercado com essas empresas grandes. Mas como nós nunca fomos de se assustar nós enfrentamos essas feras todas. A nossa indústria na linha 26 de Outubro começou com oito a nove mil litros/mês, agora nós estamos com 80 mil litros. Para nós isso é sinal de que tem espaço. (...) por exemplo, em Chapecó iniciamos em dezembro de 1997 vendendo 6.000 litros por mês, neste mês deve ter dado 43 mil litros. A previsão é chegar a 100 mil litros até o final do ano. (Entrevista 20, maio de 1998).

A indústria a que se refere o entrevistado tem no leite pasteurizado seu produto principal. Quando perguntado sobre o futuro e o potencial de comercialização desse tipo de leite o entrevistado assim se manifestou:

A nossa realidade é outra. Nós estamos em pequenas cidades, bairros,... essa tendência e tal ...não se confirma muito. Uma pesquisa em Porto Alegre, que a gente tem os dados na mão, 85% da população compra leite pelo preço. Nessa pesquisa só 10% da população compra leite pela marca. Agora o cara que mora nos bairros, que só tem 50 centavos no bolso, que o filho atravessa a rua e pega um litro de leite na esquina, então é esse nicho de mercado que a gente tem que explorar (Entrevista 20, maio 1998).

A má distribuição de renda no país contribui para a existência de um mercado em que as exigências do consumidor são relativamente baixas. O Brasil ainda apresenta um mercado consumidor constituído por uma considerável parcela da população com baixa renda e carente em proteína animal. Por isso, nesse segmento o preço baixo é uma variável importante. A consequência disso é que a capacidade de competição das empresas que atuam nesse ramo dependerá em grande parte do custo final do produto industrializado e da logística de distribuição.

A percepção do entrevistado quanto ao tamanho e às condições desse mercado pode estar superestimada ou não estar considerando adequadamente o estado relativamente efêmero dessas condições. É difícil prever por quanto tempo esse dualismo de mercado vai perdurar; pode-se apenas dizer que ele está ligado sobretudo ao nível de renda da população. Para FARINA (1996:7), dentre os produtos de laticínios o leite fluido é o que mais conserva características de *commodity*. Todos os outros derivados são mais facilmente associados a marca, em que escala e escopo são fundamentais e portanto necessitam de investimentos em marketing. Mesmo que as análises indiquem que o leite pasteurizado é um produto “em extinção”, atualmente ele representa uma estratégia agroindustrial viável para muitos agricultores, podendo levá-los para outros estágios do mercado. Também deve-se registrar que a idéia que o entrevistado faz quanto ao potencial dos mercados locais e regionais e de baixa exigência pode fazer sentido, visto que eles sempre receberam pouca atenção, tanto por parte das indústrias como das políticas. Na nossa pesquisa verificamos que grande parte dos proprietários de pequenos laticínios com quem mantivemos contato descobriram a importância dos mercados locais e regionais.

Inegavelmente a presença de inovações organizacionais, como essas de agroindustrialização, que nascem no contexto dos assentamentos e se irradiam por toda a região, pode trazer resultados muito ricos para o desenvolvimento regional. Conforme BENKO (1996:24), as bases do processo de desenvolvimento regional mudaram profundamente desde os anos 70 e 80 e muitas regiões industriais outrora prósperas passaram por graves problemas econômicos, acompanhados de desemprego, que ocasionaram a estagnação e o declínio. Segundo o mesmo autor, nesse período de transição novos espaços econômicos estão baseados em três elementos maiores: as indústrias de alta tecnologia, a economia de serviços e as atividades artesanais e das pequenas e médias empresas (como as da Terceira Itália). Esses são pontos que poderão, se bem explorados,

transformarem-se em vantagem competitiva para a região Oeste, principalmente no que diz respeito às pequenas indústrias artesanais, utilizando tecnologias de ponta e o turismo regional como forma de prestação de serviço, e a transformação de uma parte da agropecuária em agricultura de tempo parcial.

Além da chamada “aprendizagem coletiva” de que a região pode se apropriar, essas ações criam novas configurações socioeconômicas, novos arranjos institucionais e econômicos. Nesse contexto, abre-se a perspectiva de haver ambiente favorável para as legitimações e valorizações econômicas, sociais e ambientais da agricultura familiar e da região. Podemos verificar isso no depoimento do representante dos assentados:

A própria relação com o mercado que a gente tem é diferente. Por exemplo: nós temos os associados que compram açúcar, erva-mate, farinha de trigo, café. Então, a gente não só vende como também compra. Esta é uma forma como a gente tem atacado a concorrência. Uma outra relação é a questão do regionalismo, que pega, aqui a sociedade assumiu isso. A gente faz marketing desde a inauguração da indústria. Foi a primeira indústria instalada no interior, uma coisa tão falada mas tão pouco executada. Na inauguração a gente teve uma transmissão de duas horas direto pelo rádio. A nossa regularidade, a qualidade, o preço, tudo isso a gente tem trabalhado. A questão de gerar emprego, gerar renda para a região (Entrevista 20, maio de 1998).

3.10 A AGROINDÚSTRIA RURAL DE PEQUENO PORTE

Uma estratégia dos agricultores para obter maior renda familiar é fazer a transformação do produto primário em industrializado. Trata-se de uma forma de agregar valor ao produto agrícola, aumentando a renda do agricultor sem necessariamente precisar aumentar a escala de produção. Mesmo porque, como já demonstrado no capítulo II, no Oeste catarinense o aumento de escala de produção está limitado a alguns fatores restritivos, sobretudo à disponibilidade de terra da maioria das propriedades agrícolas. Em alguns casos o aumento de escala implica um rearranjo no modelo técnico das propriedades agrícolas, o que muitas vezes ocasiona o incremento nos custos de produção; em outros, causa uma deseconomia de escala.

A agregação de valor aos produtos primários, via transformação ou industrialização, representa uma alternativa à baixa disponibilidade de terra; além disso, avanços tecnológicos industriais têm disponibilizado equipamentos capazes de processar de forma eficiente pequenos volumes e de atender aos padrões de qualidade e sanidade exigidos pelo mercado. Para WILKINSON (1996c) isso pode ter efeitos reversíveis muito

específicos nas relações entre a agricultura e a indústria, possibilitando uma realocação de determinadas fases industriais para dentro da propriedade agrícola.

Esse tipo de empreendimento está sendo denominado de agroindústria rural de pequeno porte. Normalmente organiza-se em torno de grupos de cooperação com pessoas da comunidade ou em sociedades com pessoas que apresentam entre si alguns vínculos de parentesco ou então individualmente por uma família de agricultor.

A possibilidade de industrialização e agregação de valor à produção agrícola realizada preferencialmente no meio rural e por agricultores ou membros de sua família, em nível regional reveste-se da maior importância socioeconômica devido à geração de postos de trabalho, à apropriação local do valor agregado e à melhor distribuição do “valor adicionado” na cadeia agroindustrial. Por esse motivo TESTA *et al.* (1996) sugerem a criação de pequenas agroindústrias como uma alternativa à exclusão dos agricultores do processo de produção agrícola comercial no Oeste catarinense. Esse processo constituiria, em antítese ao que GOODMAN *et al.* (1985) denominaram de “apropriacionismo”, uma “reapropriação” pelo agricultor de atividades anteriormente ligadas à produção rural, uma vez que para os agricultores familiares do Oeste a industrialização dos produtos agropecuários não representa nenhuma novidade. Ela faz parte da sua história e cultura, havendo vários exemplos de transformação de grãos, frutas, carnes e leite em produtos elaborados artesanalmente e orientados principalmente para o consumo familiar e em menor escala para a comercialização.

Em relação às indústrias rurais de pequeno porte, TAGLIARI (1997) mostrou o espírito inovador do agricultor familiar catarinense e o potencial até então pouco explorado para esse tipo de produto. Já TEIXEIRA FILHO & SUGAI (1997) mostram que no Estado de Goiás há um mercado para industrialização e comercialização do leite produzido em pequena escala, individualmente ou de forma associativa com organização de agricultores, capaz de absorver parte dos agricultores que não estão vinculados aos grandes laticínios.

A produção e transformação de leite em pequena escala que estamos referenciando, contudo, vai além da perspectiva colocada por Teixeira Filho e Sugai – ela pode ser mais adequada para atender a uma crescente demanda de segmentos específicos da população por produtos diferenciados, constituindo-se em oportunidades emergentes. Trata-se de um modo de produção chamado por Piore & Sabel (1984), citado por BENKO (1996), de

“especialização flexível”⁶⁶. Esta abordagem diz haver uma facilidade para empresas menores que utilizam estrutura e maquinário flexível e mão-de-obra qualificada para elaborar produtos diversificados. Essa perspectiva é a que tem produzido uma reemergência da pequena escala e a produção baseada no trabalho habilidoso (“ofício”). Até porque a produção de queijos envolve processos biológicos de fermentação e maturação, não estando sujeita a rendimentos crescentes de escala. A presença de milhares de pequenos produtores de queijos finos na Europa competindo em condições de igualdade com grandes laticínios evidencia que os retornos de escala provavelmente são constantes ou até decrescentes. Portanto, dispondo-se de matéria-prima de boa qualidade industrial, mão-de-obra capacitada e máquinas adequadas à escala – cujos avanços tecnológicos estão a miniaturizá-las – agricultores individuais ou em grupos podem produzir queijos finos em pequenas unidades instaladas no meio rural.

Atualmente, quando se discutem políticas para o desenvolvimento rural sustentável, a agroindústria rural de pequeno porte transforma-se em um caminho que não pode ser negligenciado. Ela cria importantes postos de trabalho no meio rural, abrindo alternativas produtivas e de renda para os jovens rurais, sobretudo às mulheres, uma vez que elas são as primeiras a abandonar o meio rural por falta de alternativas satisfatórias para concretizar seus projetos de vida. Ressalte-se ainda que a agroindustrialização distribuída espacialmente no território reduz o potencial poluidor dos resíduos e facilita seu tratamento. Isso tudo cria uma nova dinâmica no meio rural, transformando-o em um “*meio rural vivo*”, o que possibilita o surgimento de outras inovações.

Os produtos lácteos elaborados nas indústrias rurais de pequeno porte podem apresentar qualidades que se manifestam tanto objetiva como subjetivamente, no nível simbólico. Desta maneira, a qualidade do produto pode se expressar, além da higiênica e sanitária, pela forma como é produzido, se elaborados em pequena escala, de modo artesanal, pelo sua procedência, pelo processo, pelo apelo ambiental ou social que possui.

⁶⁶ Modelo proposto por Piore & Sabel (1984) (*The second industrial divide*). Nesse modelo, a hipótese implícita mas central é que não mais haverá produto com demanda suficientemente crescente e estável para que uma estratégia de economia de escala permita estabelecer a supremacia da grande série. Essa situação supõe que a demanda deve ser essencialmente segmentada e instável. Nesse caso, as estratégias baseadas num efeito-qualidade (busca da diferenciação) prevalecem necessariamente sobre as baseadas na busca de um efeito-quantidade (baseado em economias de escala). Assim, os autores afirmam que prevalecem as estratégias baseadas em economias de escopo (BENKO, 1996).

A presença desse tipo de inovação dá uma nova dinâmica à região, oportunizando a geração de empregos e melhorando a distribuição de renda e as condições de vida da população. Assim, o estímulo à criação e manutenção dessas indústrias de pequeno porte cria oportunidades de emprego e de manutenção da população local em condições mais dignas, o que pode se constituir no nascedouro de novas idéias. A título de exemplo do surgimento dessa dinâmica e clima favorável à inovação, relata-se uma experiência holandesa que foi assessorada e financiada pelo programa LEADER II. Segundo INFO LEADER II (1998b), a comercialização de produtos agroalimentares em circuitos curtos (direto ao consumidor) constitui uma inovação no contexto holandês, uma vez que a comercialização direta entre agricultor e consumidor estava quase extinta. Contudo, surge recentemente uma nova “cultura de consumo”: conhecer pessoalmente um agricultor e comprar diretamente seus produtos. Tendo percebido esta tendência, 10 produtores biológicos do sudoeste de Drenthe que pretendiam desenvolver a venda direta de seus produtos (carne bovina, legumes, queijo e outros produtos lácteos, frutas e plantas aromáticas e ornamentais) agruparam-se de maneira informal para pôr em prática, a partir de pistas já existentes de bicicleta, um “itinerário ciclista ecológico” que ligasse as diferentes explorações. O itinerário de 42 quilômetros atravessa cinco reservas naturais e liga nove propriedades. Vários pontos de venda foram instalados ao longo do percurso, onde o comprador tem a possibilidade de visitar as explorações, assistir à transformação dos produtos, prová-los e comprá-los. Também são organizadas visitas a pé em um percurso de seis quilômetros. O sucesso do projeto desencadeou outras ações, como a organização de excursões em parceria com hoteleiros e donos de pousadas, bem como a sensibilização dos agricultores locais para as vantagens da produção biológica e para o maior respeito ao ambiente.

Esse exemplo bem demonstra que mesmo uma pequena inovação é suficiente para criar um ambiente dinâmico e favorável, para retirar comunidades do estado de letargia em que se encontram. Mas para que isso aconteça são necessários arranjos institucionais comprometidos com o desenvolvimento da região e que se afastem do “viés urbano do desenvolvimento”. Por esse motivo entendemos que ações descentralizadas que viabilizam novas formas organizacionais e de industrialização no âmbito da agricultura familiar constituem fator primordial para um desenvolvimento regional mais equânime. As ações

de incentivo às pequenas agroindústrias devem buscar sobretudo a inserção no mercado daqueles agricultores de mais baixa renda.

Destarte, a viabilização da agricultora familiar do Oeste depende das decisões estratégicas tomadas na atualidade. A inserção de parcela considerável desses agricultores no mercado de leite também passa por ações que viabilizem a produção de produtos artesanais. Nesse sentido, merecem destaque os cursos de profissionalização em transformação artesanal de leite promovidos pela EPAGRI que, diante de sua importância, deve promover ações para aumentar sua abrangência, tendo como principal diretriz alcançar os agricultores de mais baixa renda. Também é importante incorporar no currículo do curso novos produtos, sobretudo aqueles que fazem parte de um perfil de qualidade específica da região ou da agricultura familiar. Nesse sentido seria oportuna uma pesquisa que resgatasse a existência, a forma de elaboração e o melhoramento de produtos lácteos tradicionais, especialmente os genuínos dessa região ou dessa forma de organização social.

Desponta então a importância das agroindústrias rurais de pequeno porte. As decisões a serem tomadas para que elas se viabilizem dependerão de arranjos institucionais que deságüem na implantação de políticas públicas e ações que valorizem a agricultura familiar como um setor social em torno do qual pode ser construído um projeto de desenvolvimento e que se diferenciaria dos anteriores, ao ter a clara noção de que o meio rural pode ser o espaço favorável na luta contra a exclusão social.

Não se pode olvidar que questões referentes à qualidade industrial do leite serão barreiras cada vez maiores a serem tomadas como desafios. Daí a necessidade de políticas favoráveis para que empresas públicas e as organizações que atuam com os agricultores familiares invistam em desenvolvimento tecnológico adequado às exigências sanitárias para a produção e transformação de leite em pequena escala, oportunizando condições para que os agricultores possam se adaptar a essas exigências. Porém, tanto para as indústrias de pequeno porte como para a produção de leite, somente a adequação às exigências sanitárias não basta. São necessárias pesquisas que estabeleçam padrões de normas de produção e transformação que agreguem um diferencial de qualidade.

A exequibilidade dessas ações permite questionar as análises que apontam para a inexorabilidade da especialização da produção de leite no Oeste catarinense e, à semelhança do que aconteceu com a suinocultura, uma inelutável exclusão de agricultores do processo produtivo.

3.11 NOVO AMBIENTE

Fruto de algumas ações implementadas em Santa Catarina por novos arranjos institucionais, formados por órgãos governamentais (EPAGRI, CCA/UFSC, prefeituras) e organizações não-governamentais (CEPAGRO, APACO, STRs), a partir de meados dos anos 90 começam a se descortinar novos cenários para a produção familiar em geral e sua produção de leite em particular. O Instituto CEPA/SC, que não apostava em mudança de tendência no processo de exclusão de agricultores na produção de leite em Santa Catarina, na “Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina –1996” identifica o surgimento de um novo elemento indicador de reversão do processo, como pode ser observado na seguinte citação:

Além do crescimento da produção com inspeção federal, está havendo ampliação na quantidade do leite recebido por pequenas empresas com inspeção estadual e municipal. Em algumas regiões ou municípios essas empresas já têm participação importante no mercado e estão tentando ampliar a sua produção. Isto tem servido de referência para iniciativas idênticas em vários municípios, *o que acaba constituindo uma maneira competitiva de comercializar a produção de leite e permitir que muitos agricultores continuem nela*. Embora ainda não existam estatísticas a respeito dessa produção, é sabido que *ela cresce anualmente; por enquanto ela não deverá ser revertida* (INSTITUTO CEPA/SC, 1997). [grifos nossos].

Uma pesquisa realizada em cinco cidades de Santa Catarina no final de 1997 tentou identificar as exigências dos consumidores e distribuidores de alimentos e o potencial de mercado para os produtos originados das Indústrias Rurais de Pequeno Porte (IRPP)⁶⁷. Dos entrevistados, 62,7% disseram que costumam comprar produtos da IRPP enquanto para os distribuidores esse índice é de 83,3%, sendo que o queijo mereceu destaque em ambos os segmentos. Dentre as conclusões sobressai a imagem positiva desses produtos junto aos consumidores, havendo expectativa de aumento do consumo caso haja garantia quanto às condições de higiene, qualidade e origem do produto.

Também merece relevar a aprovação da Lei Estadual n.º 10.356, de 10 de janeiro de 1997, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina. Por se tratar de uma lei estadual, a produção realizada sob seus critérios pode ser

⁶⁷ EMBRAPA/EPAGRI/UFSC/CEPAGRO. *Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte*. [s. l.], 1998. Relatório de pesquisa (versão preliminar).

comercializada em todo o território catarinense. O mérito da lei, avalia PREZOTTO (1997), é que ao permitir o funcionamento de estabelecimentos com instalações simples e compatíveis com a escala de produção ela possibilita o funcionamento de pequenas agroindústrias sob inspeção e, portanto, produzindo dentro de normas sanitárias adequadas, o que faz diminuir a produção de alimentos sem fiscalização e amplia a abrangência do mercado de produtos originados de pequenas agroindústrias.

A importância dessa legislação é que ela possibilita a instalação de pequenas indústrias rurais que, produzindo dentro de padrões exigidos de higiene e sanidade, viabilizam o mercado e dão segurança ao consumidor. A possibilidade de instalar uma pequena agroindústria transforma-se em mais uma opção produtiva para muitas famílias rurais e que estarão buscando mercado para a produção de leite da região. Certamente essa pode ser uma opção a contribuir com o desenvolvimento da região e capaz de manter o “meio rural vivo”. A relevância dessa iniciativa ficou evidenciada, durante nossa pesquisa, no depoimento do dirigente de uma organização dos agricultores:

Hoje tem 40 indústrias com inspeção estadual e federal atuando no Estado. Temos informações que tem mais de uma centena de pequenas indústrias solicitando inspeção, para que possam também vender seu produtos. Aí acho que mostra o despertar do interesse, porque se tem essas 40 indústrias maiores, tem também mais de uma centena de indústria menores pedindo para que possam vender de uma maneira mais organizada, o que mostra um grande potencial. Talvez seja através dessas organizações pequenas, adequando a legislação, o começo de uma grande saída (Entrevista 6, abril de 1998).

Outro fator importante a ser sublinhado é a implantação de três programas que têm o objetivo de promover o surgimento de indústrias rurais de pequeno porte no âmbito da agricultura familiar, criando condições de geração e agregação de renda no meio rural. O primeiro, denominado “Desenvolver”, está sendo implantado em 29 municípios do Estado e seus recursos têm origem no CNPq/FUNCITEC. Um segundo programa, denominado “Agregar”, está sendo implantado nacionalmente com recursos da Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, e um terceiro programa é o “PRONAF – AGROINDÚSTRIA”, cujos projetos pilotos estão sob a coordenação do CEPAGRO em três municípios do Sul do Estado e sob a do EPAGRI no Oeste, onde está sendo implantado em duas microrregiões: Extremo Oeste e Alto Uruguai. Na primeira microrregião identificaram-se 199 famílias de agricultores interessadas; na segunda, numa

ação conjunta envolvendo quatro municípios e associação de agricultores, o projeto – em fase de discussão e implantação – prevê em alguns casos a inclusão das indústrias rurais de pequeno porte em roteiro turísticos, o que o torna muito interessante e é um tipo de estratégia que vem sendo usado com muito sucesso em alguns locais da Europa. A importância disso é que se cria posto de trabalho, em tempo integral ou parcial, na prestação de serviço no meio rural.

Certamente todo o processo de mobilização, discussão e aprendizagem que culmina na criação dessas organizações e suas unidades industriais distribuídas por toda a região transforma-se em um “caldo de cultura” que favorece o desenvolvimento de outras idéias inovadoras. Isso pode gerar uma dinâmica na sociedade local que mobilizaria os atores envolvidos (políticos, agricultores e suas organizações, cooperativas, agroindústrias, comércio e indústria, órgãos oficiais de pesquisa e extensão rural, estabelecimentos de ensino, ONGs e população em geral) em torno de uma aliança comprometida com o futuro da região a partir do potencial produtivo da produção familiar. Entretanto, não basta apenas a existência de recursos financeiros para a implantação do projeto, também é necessária uma estratégia que mobilize e sensibilize os atores envolvidos, demonstrando que os efeitos positivos do projeto terão maior abrangência quanto mais ele se aproximar de pequenas unidades distribuídas em todo o território da região.

Viu-se nesse capítulo que existem possibilidades concretas de a agricultura familiar e a atividade leiteira se transformarem no Oeste catarinense em uma opção em torno da qual se aglutinem ações e esforços capazes de mobilizar a maior parte dos atores no sentido de promover um desenvolvimento que leve em conta as pessoas e o meio ambiente, o que depende de políticas e arranjos institucionais comprometidos com o futuro da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Oeste catarinense existem formas heterogêneas de produzir leite, grande parte delas coerentes com uma nova concepção de desenvolvimento que valoriza o meio ambiente, os alimentos sem contaminantes tóxicos, a paisagem, o meio rural como local de moradia, emprego e atração turística, enfim um ambiente capaz de se tornar um "meio rural vivo". A maioria dos solos da região apresenta uma fertilidade natural satisfatória e seus habitantes têm nível de escolaridade e conhecimento razoáveis, havendo inclusive possibilidade de aprimoramento. E tem-se verificado que existe o desejo da maioria das pessoas do meio rural em permanecer na região.

A sinergia presente nos sistemas de produção diversificados confere à produção de leite do Oeste catarinense competitividade em preços e por isso se constitui numa opção atraente para o agricultor familiar. O leite representa uma das poucas alternativas de reconversão produtiva capaz de incorporar tantas pessoas num processo de reorientação de um produto de autoconsumo para o mercado. Assim, trata-se de uma atividade conhecida e presente em praticamente todas as propriedades, com pelo menos uma estrutura mínima, constituindo uma importante fonte de renda em 43% dos estabelecimentos agrícolas.

Dada a abrangência da produção, transformação e comercialização de leite no Oeste catarinense, e considerando todas as outras atividades que se criam em torno delas, sua implementação de forma desconcentrada poderá transformar-se na mola propulsora de um desenvolvimento mais equânime. Da mesma forma, pode criar condições favoráveis para reverter as tendências atuais de êxodo rural e regional, principalmente dos jovens e de pessoal qualificado. A heterogeneidade existente, e que pode aumentar ainda mais, permite afirmar que não existe um único caminho para o desenvolvimento e a consolidação da atividade leiteira no Oeste, mas diversos e ainda por serem explorados.

As exigências atuais para a qualidade dos alimentos vão além das características industriais, englobando aspectos relativos à saúde humana, ao bem-estar dos animais e à reprodução do meio ambiente. Fatores como quantidade e tipo de empregos gerados, procedência e formas de produção e elaboração ganham importância crescente nos mercados europeus.

Esse quadro pode legitimar a formação de um pacto entre atores regionais e locais que permita a aplicação de políticas apropriadas, que girem em torno da criação de "postos

de trabalho". Ele seria semelhante aos "pactos territoriais para o emprego", que estão sendo colocados em prática na Comunidade Econômica Européia, sobretudo nas zonas rurais economicamente desfavorecidas.

Por outro lado, observa-se um desejo dos laticínios maiores e cooperativas de promover uma concentração da produção de leite nas propriedades agrícolas mais bem estruturadas. Contudo, ao contrário da suinocultura, que perdeu a relação antes existente entre a área de terra e o tamanho do plantel, a escala da produção de leite tem uma forte relação com a disponibilidade de terra. Este fato, associado à estrutura fundiária do Oeste catarinense, onde cerca de 94% das propriedades têm menos de 50 hectares, limita consideravelmente o número de propriedades que podem ter a escala desejada pela maioria das agroindústrias.

Essa restrição, associada a uma certa tendência dos agricultores familiares do Oeste catarinense de se afastarem de sistemas produtivos especializados, contribui para que grande parcela deles não adote o módulo de produção que está sendo preconizado pelos laticínios e cooperativas. Atualmente, pelo fato de a capacidade instalada da indústria ser maior que a produção de leite na região, existe uma certa tolerância dos laticínios para aceitar agricultores que não tenham a escala desejada. À medida que elas alcançarem um volume de coleta de matéria-prima próximo à sua capacidade instalada de processamento, no entanto, diminuirá essa tolerância e aumentarão as exigências em termos de quantidade e qualidade. Ao mesmo tempo os laticínios usam seu poder de influência para que sejam criadas políticas que fortaleçam o caminho da especialização.

Isso permite indicar que o futuro da produção de leite de grande parte dos agricultores do Oeste depende muito mais da capacidade de estabelecer formas organizacionais capazes de agregar valor à produção primária do que da sua capacidade de inserção no mercado através das grandes agroindústrias e das cooperativas. Daí a importância de experiências como a das pequenas indústrias, individuais ou solidárias, que começam a surgir no Oeste catarinense. É necessário desenvolver uma aprendizagem neste segmento da transformação, especialmente no da comercialização.

É pouco provável que esse cenário se concretize sem o apoio de políticas públicas que estimulem o crescimento e a permanência de uma estrutura de mercado heterogênea, evitando a formação de um mercado oligopsônico, semelhante ao de suínos e aves. Todavia, tais políticas não devem se constituir em penalização aos laticínios de porte

médio e grande e aos seus integrados. No Brasil, constata-se a carência de trabalhos que avaliem o real potencial dos mercados que valorizam derivados de leite com alguma qualidade diferenciada. Há sinais, entretanto, de que se trata de um mercado em franca ascensão, com capacidade de incorporar um grande número de produtores. Paradoxalmente, as políticas que viabilizam a produção na escala pretendida pelas grandes agroindústrias diminuem o potencial da região para produzir “produtos de qualidades específicas”.

A percepção de que a crise da agricultura familiar afeta toda a região é fundamental para desenvolver estratégias que mobilizem os atores envolvidos (políticos, cooperativas, agroindústrias, comércio, indústria, órgãos oficiais de pesquisa e extensão, ONGs, etc.) em torno desse potencial da produção familiar. Além disso, é necessário que essas opções sociais se traduzam em políticas compatíveis. Em resumo, a atividade leiteira do Oeste catarinense realizada em sistemas de produção diversificados apresenta-se vigorosa, mas sofre da falta de movimentos efetivos de legitimação.

As recentes demandas da sociedade pela preservação do meio ambiente, por alimentos isentos de contaminantes, pela preservação da “vida” rural e pela geração de oportunidades de trabalho e de renda no meio rural apontam para a possibilidade de novos enfoques nas políticas públicas, que deveriam ser combinadas na forma de “pente”. Isso quer dizer que elas deverão ser paralelas e complementares (e não lineares e sucessivas) e ter efeitos coerentes, buscando o fortalecimento da produção familiar diversificada que tem como âncora justamente a produção de leite.

Essa perspectiva precisa também, para a sua consolidação, de estudos que indiquem métodos de trabalho com agricultores, procedimentos técnicos, dispositivos regulamentares e estratégias de mercado a serem praticadas. Assim, é necessário por exemplo conhecer as preferências do agricultor no que se refere aos sistemas de produção de leite; acompanhar e analisar as transformações na organização interna nas unidades de produção familiares em consequência da passagem de sistemas individuais para sistemas solidários de produção e beneficiamento (condomínios e indústrias rurais de pequeno porte); efetuar enquetes de mercado para identificar as oportunidades e os canais de comercialização e as restrições nele presentes para produtos lácteos “artesaniais” ou com qualidades específicas; e estudar dispositivos regulamentares e formas de certificação que permitam a produção e valorização de produtos diferenciados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p. 132-152, jan./abr. 1998.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro:Anpocs/campinas:Unicamp. 1992. 275p.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Chapecó:EPAGRI/CP.P/Brasília:FAO/INCRA, 1997, 45p. (datilografado).
- ACARESC. **Condomínio de gado leiteiro de Quilombo: o primeiro de Santa Catarina**. [s.l.], 19..
- ACARESC. **Relatório do levantamento realizado nas indústrias de laticínios no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: ACARESC, 1971. (datilografado).
- ANUALPEC/97, São Paulo:Argos Comunicação, 1997.
- ANUÁRIO MILKBIZZ, Editora Milkbizz Ltda, 1997.
- BASTOS, W. F. Os caminhos futuros da exploração leiteira. **Balde Branco**, São Paulo, n. 384, p. 40-46, 1996.
- BECK, U. Capitalismo sem trabalho. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.1, p.41-55, 1997.
- BELATO, D. **Os camponeses integrados**. Campinas:UNICAMP, 1985, 443p. (Dissertação de mestrado).
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo : Hucitec, 1996. 266 p.
- BORTOLETO, E. E., "Cadeia agroindustrial do leite no estado de São Paulo: Tendências e demandas, In: **Anais do XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, Brasília, 1996, v. I, p.716-736.
- _____. Repensando a agricultura paulista: cadeia produtiva do leite, contribuições ao documento base. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.26, n. 12, p. 56-62, 1996.
- BRUN, A. L.; JANK, M. S.; LOPES, M. R. **A competitividade das cadeias agro-industriais no MERCOSUL**. Ijuí: UNIJUI, 1997. 308p.

- BUCHMANN, E. **A redefinição e o futuro da unidade familiar de produção frente a expansão do capitalismo no campo.** Porto Alegre: UFRGS, 1991, 237 p. (Dissertação de mestrado)
- BYÉ, P. **De la construction à la dilution du modèle technique trufficole.** Montpellier: [s.n.], 1995.
- BYÉ, P. & FONTES, M. Is the technical model of agriculture changing radically? In: PHILLIPE MCMICHAEL. (ed.) **The global restructuring of agro-food systems.** London: Cornell University, 1994. p.241-257.
- CABRAL, O. **História de Santa Catarina.** Curitiba: Grafipar, 1970, v.,
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL. **Um projeto para o leite.** Relatório final da proposta de fiscalização e controle n.º 84/97. Moacir Micheletto (relator). Maio de 1998.
- CAMPOS, I. **Os colonos do rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústrias no Oeste catarinense.** Campina Grande, UFPB, 1987, 370 p. (Dissertação de mestrado).
- CASTRO, A. C. Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de Difusão de Tecnologia.**, Brasília, v.1, n. 3, set./dez.1984, p. 309-344.
- CAZELLA, A. A. **Assentamentos e cooperação agrícola: políticas conflitantes. O caso do assentamento 30 de Outubro/SC.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 1992 (Dissertação de mestrado).
- CEAG/SC **Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina.** Florianópolis: CEBRAE/CEAG/SC, 1978. 311p. (mimeografado).
- CHALMERS, A. F. **A fabricação da ciência.** São Paulo: Unesp, 1994, 185p.
- CHAMBERS, R. **Whose reality counts? Putting the first last.** London: Intermediate Technology Publications, 1997, 376p.
- COLI, L. E. J. **Análise da dinâmica do sistema produtivo do leite do estado de Santa Catarina.** Florianópolis : UFSC. 1992. 287p. (Dissertação Mestrado)
- CONCEIÇÃO, O. A. É necessário eliminar a sazonalidade da produção de leite. **Informe Conjuntural**, Florianópolis v.11, n. 431, p.2, 1993.
- CORTINA, N.; MIOR, L. C.; WILDNER, L. P.; NADAL, R.; FERRARI, D. ; MELLO, M. A. ;TESTA, V. M.; SCHERER, E. E.; BALDISSERA, I. T.; ROCHA, R.; HEMP,

- S.; BASSI, L. BACK, C. **Diagnóstico do município de Saudades/SC**. Chapecó: EPAGRI/CP.P, 1994. 30 p. (não publicado).
- COSTA, B. Leite de São Paulo define seu futuro. **Balde Branco**, São Paulo, n. 386, p. 37-38, dez., 1996.
- D'ANGELIS, W. R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 141-220,
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Icone/Unicamp, 1985.
- DENARDI, R. A. **Políticas públicas, produção de leite e agricultura familiar no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, 175p. (Dissertação mestrado).
- DUPUIS, E. M. Sub-national state institutions and the organization of agricultural resource use: the case of the dairy industry. **Rural Sociology**, Knoxville, USA, v.58, n. 3, p.440-460, 1993.
- EMBRAPA/EPAGRI/UFSC/CEPAGRO. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte**. [s. l.], 1998. (Relatório de pesquisa).
- ESCOTEGUY, C.; DAMBORIARENA, E.; HETZEL, M.; FREITAS, P. **A cadeia agroalimentar do leite: desafio aos pequenos produtores rurais**. Ijuí: UNIJUÍ, 1993a. 43p.
- ESCOTEGUY, C.; DAMBORIARENA, E.; FREITAS, P. **A PRODUÇÃO DE LEITE COMO ALTERNATIVA PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES: RELATO DE UMA ATIVIDADE DE CAMPO**. Ijuí: UNIJUÍ, 1993b. 72p.
- ESTERCI, N.; MEDEIROS, L. S.; FRANCO, M.; LEITE, S. Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Reforma Agrária**. Campinas, SP, v.22, n. 3, set./dez., p. 4-15, 1992.
- FARINA, E. M. M. Q. Ações e tendências do setor leiteiro em tempo de mudanças. **Balde Branco**, São Paulo, p. 38-44.mar. 1997.
- _____. Cadeia produtiva do leite: situação atual e perspectivas do mercado. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL O FUTURO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL, 1995, Juiz de Fora. **Anais...Juiz de Fora**: EMBRAPA-CNPGL, 1995.178p.p.1-9.

- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: versão resumida. Brasília: FAO/INCRA, 1994. 24p.
- FELIPPESEN, L. F.; PELLINI, T. **Cadeia produtiva da bovinocultura de leite no estado do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1997. (resumo).
- FERNANDEZ, D. **Diagnóstico do setor leiteiro do Rio Grande do Sul no âmbito do Mercosul**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1995.41p. (EMATER/RS. Realidade Rural, 17).
- FLORIT, L. F. **Agricultores familiares frente aos dilemas da sustentabilidade: O caso da construção social da poluição hídrica na microbacia do Lageado São José**. Florianópolis: UFSC, 1998, 135p. (Dissertação de mestrado).
- FORAY, D. & GRÜBLER, A. Technology and environment: an overview. **Technological Forecasting and Social Change**, n. 53. p. 3-13. 1996.
- FRIEDMANN, H. Distance and durability: shaky foundations of the world food economy. In: PHILIP MCMICHAEL . **The global restructuring of agro-food systems**. 1. Ed. London : Cornell University, 1994. p.259-276.
- FRITSCHER, M. O novo paradigma produtivo do setor rural latino-americano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 101-116. 1987.
- GAZETA MERCANTIL. **Batavia duplica fábrica de derivados de leite**. 23 de julho de 1998, p.C7.
- GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul. **Cadernos de sociologia**. Porto Alegre,. V. 6, p.154-176. 1994.
- GIESE, B. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustriais: demandas e canais de influências (1970 a 1980)**. Florianópolis: UFSC, 1991, 178 p.. (Dissertação de mestrado).
- GOMES, S. T. Pequeno agricultor corre risco de extinção. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de maio de 1997, Agrofólia, p. 5-10.
- GOODMAN, D. E. ; SORJ, B. ; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.5, n.4, p.31-55, 1985.
- GRANOVETTER, M. Les institutions économiques comme constructions sociales: un cadre d'analyse. In: ANDRÉ ORLÉAN (ed.). **Analyse économique des conventions**. Paris: Presse Universitaire de France, 1994. p. 79-94.

- GRIMM, S. S. Repensando a extensão rural em Santa Catarina. Florianópolis: EPAGRI. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v.7, n.4, dez, p.31-40, 1994.
- GUIVANT, J. S. Suinocultura e poluição: os desafios de implementar uma política de controle ambiental. Florianópolis: UFSC, 1997. 28 p. (UFSC, **Cadernos de Pesquisa**,12).
- _____. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento sustentável. Brasília: EMBRAPA. **Cadernos de Ciências & Tecnologias**, Brasília, v. 14, p. 411-447, 1997.
- HERVIEU, B. Agricultura e desenvolvimento rural: a necessária convergência. Bruxelles: **LEADER Magazine**, 1997.
- IBGE **Censo Agropecuário 1995/1996: Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 1998.
- IBGE **Censo Agropecuário – 1985 : Santa Catarina**. Rio de Janeiro. 1991. 660p.
- IBGE. **Contagem da população 1996**. Rio de Janeiro, 1997.,724 p. 2v.
- INFO LEADER II. Lançamento dos “pactos territoriais para o emprego”. **Boletim de informação do Programa LEADER II da Comissão Européia**. Bruxelles. n. 52, p.3, jun. 1998a.
- INFO LEADER II. Comercialização de produtos biológicos em circuitos curtos: o “Eko-Boerderijen Route”. **Boletim de informação do Programa LEADER II da comissão Européia**, Bruxelles, n. 58, p. 7, fev. 1998b.
- INSTITUTO CEPA/SC **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 1995**. Florianópolis: 1996, 168p, v. 1.
- INSTITUTO CEPA/SC **Tipificação de propriedades agrícolas**. v.5: Região Oeste Catarinense. Florianópolis: 1994. 58p.
- INSTITUTO CEPA/SC. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina** . Florianópolis,1991. p.26-27.
- INSTITUTO CEPA/SC **Aspectos gerais de comercialização agropecuária - Oeste Catarinense**. Florianópolis, 1990. 103p.
- INSTITUTO CEPA/SC. **Oeste Catarinense: Diagnóstico geral do setor agrícola: evolução, situação atual e perspectivas**. Florianópolis, 1990. 227p.
- INSTITUTO CEPA/SC **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina. 1988-89**. Florianópolis, 1989.
- INSTITUTO CEPA/SC **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina. 1989-90**. Florianópolis, 1990.

- JANK, M. S. Situação atual e prognóstico sobre as relações comerciais entre produtores e indústria.. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL O FUTURO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL, 1995, Juiz de Fora. **Anais...**Juiz de Fora: EMBRAPA-CNPGL, 1995. p.10-18.
- JANK, M. S. & GALAN, V. B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite**. São Paulo: PENZA/FIA/FEA/USP. 1997, 28p. (datilografado).
- JORNAL DO LEITE. A história da maior empresa de laticínios do Estado. v. 1, n. 1, nov./dez. 1992.
- JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75. 1994.
- KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A. M.; REYDON, B. P.; GRAZIANO DA SILVA, J.; SILVEIRA, J. M. J.; FONSECA, M. G. D.; RAMOS, P.; FONSECA, R. B.; BELIK, W. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **IPEA. Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p.113-223. (IPEA. Série IPEA, 127).
- KONZEN, O. G.; FENSTERSEIFER, J. E. **O complexo agroindustrial do leite**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/IEPE, 1993. 84p. Projeto BRA/91/014. (mimeografado).
- LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: UNISINOS, 1993. 296p.
- LEITE: sobram prejuízos para o produtor especializado. **Balde Branco**, São Paulo, n. 378, p. 14, abr., 1996.
- LEITE: setor ganha associação mais representativa. **Balde Branco**, São Paulo, n.394, p. 18, ago. 1997.
- LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital : produção familiar e acumulação**. Campinas: UNICAMP, 1989. 231p.
- LUCAS, T. O leite que todo mundo quer. **Revista expressão**. Florianópolis, v. 6, n.67, jul. 1996.
- LYSON, T. A. ; GEISLER, C. C. Toward a second agricultural divide: the restructuring of american agriculture. **Sociologia Ruralis**, Assen, Holanda, v. 32, n. 2/3, p.248-263, 1992.

- LYSON, T. A. ; GILLESPIE, G. W. Producing more milk on fewer farms: Neoclassical and neostructural explanations of changes in dairy farming. **Rural Sociology**, knocville, USA, v.60 , n.3, p. 493-504,1995.
- MARCONDES, T. Liberação do leite trará mudanças sensíveis. Florianópolis, **Informe Conjuntural**, v. 8 n. 324, p. 9, 1990.
- MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua nova**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 7-38, mar. 1991.
- MARQUES, C. P. ; PORTELA, J. F. G. Atividades tradicionais e emprego feminino o Montemuro : notas de reflexão sobre o desenvolvimento local. **Gestão e desenvolvimento**. n. 3, p.175-185, Lisboa, 1993.
- MELLO, M. A. **Análise interanual de propriedades agrícolas representativas do Oeste Catarinense acompanhadas pelo método de Gestão Agrícola**. Chapecó: EPAGRI/CPPP, 1997. (não publicado).
- MELLO, M. A. ; FERRARI, D. L. **Diagnóstico técnico e econômico de estabelecimento agropecuários representativos da agricultura familiar do Oeste catarinense**. Chapecó: EPAGRI/CPPP, 1995. (datilografado).
- MIRANDA, C. R. **A tecnologia agropecuária e os produtores familiares de suínos do Oeste catarinense**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. 218p. (Dissertação de Mestrado).
- MIOR, L. C. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1992. 400p.. (Dissertação Mestrado).
- MOREIRA, J. **A perspectiva do agricultor frente ao modelo modernizador: o caso dos produtores de Presidente Getúlio/ SC**. Florianópolis: UFSC, 1994. (Dissertação de mestrado).
- OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER. **Inovação e desenvolvimento rural**. Bruxelles: LEADER, 1997. 55 p (Os cadernos do observatório 2).
- OLIVEIRA, J. V. **Análise da estrutura e da concorrência da indústria catarinense de laticínios**. Florianópolis: UFSC, 1994, 173p. (Dissertação de mestrado).
- OLIVEIRA, L. H. **Organização e participação dos produtores de leite na economia e política do leite no centro-sul de Minas Gerais**. Lavras: ESAL, 1992, 146 p. (Dissertação de mestrado).
- PAULILO, M. I. S. **Terra à vista...e ao longe**. Florianópolis:UFSC, 1996. 172p.

- _____. **A integração no sul de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1987. 312p. (Tese doutorado).
- PERONDI, M. A. & KIYOTA, M. A natureza da prática administrativa na agricultura familiar, um estudo na bacia leiteira do município de São João. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 35, 1997, Natal, RN. **Anais...** Brasília, SOBER, 1997, p.709-726.
- PIAZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1978. 373p.
- POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM.** Chapecó: UNOESC, 1995, p. 71- 110.
- PORTELA, J. F. G. Micro-empresas rurais e macro-visões urbanas: da hostilidade à amenidade do clima envolvente? In: SEMINÁRIO SOBRE AS ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS E AS MICROEMPRESAS FACE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL., 1994, Lisboa. **Anais...** Lisboa:[s.n.], 1994.
- PRETTY, J. N. **Regenerating agriculture: policies and practice for sustainability and self-reliance.** London : Earthscan, 1995, 320p.
- PREZOTTO, L. L. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. Florianópolis: EPAGRI. **Agropecuária Catarinense.** Florianópolis, v. 10, n. 4, p.8-13, dez. 1997.
- REDCLIFT, M. Sustainable development: Concepts, contradictions, and conflicts. P.169-192. In: PATRICIA ALLEN (ED.) **Food for the future: Conditions and contradictions of sustentainability.** New York: John Wiley & Sons, 1993.
- RENK, A. **A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense.** Chapecó: Grifos, 1997. 231p.
- ROSSETTO, S. Síntese histórica da região oeste. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM.** Chapecó: UNOESC, 1995. p. 07-15.
- SANDRONI, P. **Dicionário de economia.** São Paulo : Best Seller. 1994.375p.
- SANTA CATARINA. **Programa de incremento da pecuária leiteira estadual – 1991/95.** Florianópolis: Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, 1992.
- SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado.** 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.124p.

- SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar. 1965. 231p.
- SILVESTRO, M. L. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste catarinense**. Rio de Janeiro:UFRJ, 1995. 349p. (Dissertação de mestrado).
- SCHUURMAN, F. Introduction: Development theory in the 1990s. In: SCHUURMANN, F. (ed.), **Beyond the impasse, new directions in development theory**. London: Zed Books, 1993.
- SCHWARZWELLER, H. K. ; DAVIDSON. Perspectives on regional and enterprise marginality: dairying in Michigan's North Coutry. **Rural Sociology**, Konokville, USA, v.62, n.2, p.157-179. 1997.
- SOLDATELI, D. ; HOLZ, E.; TREVISAN, I.; ECHEVERRIA, L. C. R. ; SANTOS, O. V.; NADAL, R.; PINHEIRO, S. L. G. Glossário de termos de administração rural. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL, 2, 1992, Concórdia, SC. **Anais...** Florianópolis: Epagri, 1993. P.75-106.
- TAGLIARI, P. S. A agroindústria artesanal: uma conquista da dignidade e do valor da pequena agricultura familiar. Florianópolis: EPAGRI. **Agropecuária Catarinense**. Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 30-37, 1997.
- TEIXEIRA FILHO, A. R. ; SUGAI, Y. A economia do leite e as miniusinas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.6, n. 2, p. 29-36, abr./jun. 1997.
- TESTA, V. M.; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (Proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI,1996. 247p.
- VEIGA, J. E. O Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil. Caxambú: ANPOCS, 1997, **anais... XXI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS**, 1997.
- _____. **Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991. 219 p.
- WARD, N. The agricultural treadmill and the rural environment in the post-productivist era. **Sociologia Ruralis**, Assen, Holanda, v.33, n.3/4, p. 348-364, 1993.
- WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagem teórica e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p.25-50, abr., 1997.

- _____. . A ciência social e o mundo rural impasses atuais, continuidades e desafios. In: XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1997. **Anais**
- _____. Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil. **Políticas agrícolas**, México, v. 2, n. 1, p. 101-135, 1996a.
- _____. **Estudo da competitividade da industria brasileira: o complexo agroindustrial**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, UFRRJ, 1996b. 136p.
- _____. Integração regional e o setor agroalimentar nos países do Mercosul: a produção familiar na encruzilhada. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 2. p.155-184,1996c.